



VICARIATO EPISCOPAL PARA A
AÇÃO PASTORAL

ARQUIDIOCESE
DE BELO HORIZONTE



Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental

7
Documento

Volume VII

2ª Edição Revisada e Ampliada

É proibida, de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico e mecânico, a reprodução total ou parcial deste livro sem a permissão expressa do autor.

Os direitos de propriedade desta edição estão reservados ao autor.

Expediente

Comissão de Revisão para a 2ª Edição:

Daniel Felipe Couto Vieira Silva
Felipe Magalhães Francisco
Maria Lúcia Carvalho Alves
Lorena Alves Silveira
Neuza Silveira Souza
Dom João Justino de Medeiros Silva
Pe. Aureo Nogueira de Freitas
Pe. Márcio Antônio Ferreira Pimentel
Pe. Danilo César dos Santos Lima
Pe. Antônio Damásio Rêgo Filho

Revisão Ortográfica:

Maria Lúcia Carvalho Alves

Revisão Final:

Felipe Magalhães Francisco
Tânia da Silva Mayer

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

I24d

Igreja Católica. Arquidiocese de Belo Horizonte.
Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental / Arquidiocese de Belo Horizonte;
Apresentação de Dom Walmor Oliveira de Azevedo. 2. ed. rev. ampl. Contagem:
FUMARC, 2016. (Documento, 7).
143 p.

ISBN: 978-85-68364-03-1

1. Igreja Católica - Diretórios. 2. Teologia Pastoral. 3. Liturgia. 4. Sacramento.
I. Azevedo, Walmor Oliveira de. II. Título. III. Série.

CDU: 256

Índice

Apresentação	7
Siglas.....	9
Capítulo I.....	13
<i>Fundamentação Litúrgico-Pastoral</i>	
1. Liturgia, ação de Cristo.....	13
2. Igreja, povo sacerdotal	15
3. Assembleia Cristã	16
Capítulo II.....	21
<i>Liturgia e Pastoral</i>	
1. O Ano litúrgico	21
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	21
B. Orientações Pastorais	23
2. A Oração da Igreja (Liturgia das Horas e Ofício Divino das Comunidades).....	26
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	26
B. Orientações Pastorais	28
3. A Música Litúrgica	29
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	29
B. Orientações Pastorais	31
4. Espaço Celebrativo	36
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	36
B. Orientações Pastorais	38
5. Pastoral Litúrgica	45
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	45
B. Orientações Pastorais	47

6. Os Ministérios Litúrgicos nas Comunidades	49
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	49
B. Orientações Pastorais	50
Capítulo III.....	55
<i>Sacramentos</i>	
1. Sacramentos da Iniciação cristã	55
1.1. Batismo	55
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	55
B. Orientações Pastorais.....	56
<i>Admissão ao batismo</i>	56
<i>Preparação</i>	57
<i>Pais, responsáveis e padrinhos</i>	61
<i>Celebração</i>	61
<i>Batismo de Adultos</i>	61
<i>Batismo de outras Igrejas</i>	62
1.2. Crisma	64
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	64
B. Orientações Pastorais.....	66
1.3. Eucaristia.....	69
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	69
B. Orientações Pastorais.....	71
<i>Gerais</i>	71
<i>Específicas</i>	74
2. Sacramentos da Misericórdia, da Cura e da Paz.....	81
2.1. Penitência e Reconciliação	81
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	82
B. Orientações Pastorais.....	84
A) <i>Rito para a reconciliação individual dos penitentes</i>	87
B) <i>Rito para a reconciliação de vários penitentes com confissão</i> <i>e absolvição individuais</i>	88
C) <i>Rito para a Reconciliação de vários penitentes com confissão</i> <i>e absolvição geral</i>	88

2.2. Unção dos Enfermos	89
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	89
B. Orientações Pastorais	91
3. Sacramentos do Serviço	92
3.1. Matrimônio	92
3.2. Fundamentação Bíblico-teológica	92
<i>Orientações Pastorais</i>	95
3.3. Ordem	100
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	100
B. Orientações Pastorais	103
Capítulo IV	109
<i>Sacramentais</i>	
1. A Celebração da Palavra no Dia do Senhor	109
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	109
B. Orientações Pastorais	111
2. A Bênção na Vida Cristã	114
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	114
B. Orientações Pastorais	117
3. A Piedade Popular	119
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	119
B. Orientações Pastorais	121
4. A Celebração da Morte do Cristão	122
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	122
B. Orientações Pastorais	124
5. Culto Eucarístico fora da Missa	126
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	126
B. Orientações Pastorais	127
6. Celebrações Ecumênicas	129
A. Fundamentação Bíblico-Teológica	129
B. Orientações Pastorais	130
Índice Remissivo	137

Dom Walmor Oliveira de Azevedo,
POR MERCÊ DE DEUS E DA SANTA SÉ APOSTÓLICA,
ARCEBISPO METROPOLITANO DE BELO HORIZONTE

DECRETO 03/2016

PROMULGAÇÃO DO DIRETÓRIO PASTORAL LITÚRGICO-SACRAMENTAL

2ª edição Revisada e Ampliada

Dom Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, no exercício de suas funções pastorais, diante da necessidade de oferecer à Arquidiocese um instrumento eficaz para uma compreensão mais clara e vivência mais fecunda da graça de Deus, nas celebrações litúrgicas de modo geral e especialmente dos sacramentos, de acordo com o Concílio Vaticano II, outros documentos do Magistério Eclesiástico, Código de Direito Canônico, orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e as Normas da Arquidiocese, Promulga este Decreto, que entra em vigor na presente data, vigorando na sua íntegra até que se determine em contrário.

Belo Horizonte, 27 de março de 2016

Páscoa do Senhor

Dom Walmor Oliveira de Azevedo,
Arcebispo Metropolitano

Pe. Nédio dos Santos Lacerda,
Chanceler da Arquidiocese

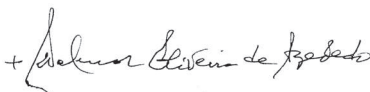
Apresentação

*Amados e amadas de Deus,
Saúde e Paz!*

No caminho evangelizador de nossa Arquidiocese de Belo Horizonte, temos dedicado um cuidado especial à Liturgia, expressão do rosto da Igreja de Cristo Ressuscitado, e fecunda experiência de espiritualidade cristã, que estreita nossos laços de fraternidade e de comunhão, fortalecendo e nutrindo nosso discipulado missionário. É famosa a assertiva do Concílio Vaticano II, na Sacrosanctum Concilium (n. 10), de que “a liturgia é o cume para o qual se dirige a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, a fonte donde emana toda a sua força”.

Para qualificar, ainda mais, as ricas experiências celebrativas de nossas comunidades, apresentamos esta 2ª Edição Revisada e Ampliada do Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental, depois de um longo processo de reflexão colegiada e de intenso trabalho. Convidamos a todos e a todas a nos empenharmos na promoção de uma experiência litúrgico-sacramental cada vez mais profunda e transformadora, a partir da grande riqueza que o Mistério Pascal de Cristo é para nós. Para tanto, esse Diretório é um forte aliado nesse processo e precisa ser amplamente divulgado e estudado por todo o povo de Deus desta Igreja Particular, leigos e leigas, clérigos, religiosas e religiosos.

Motivados pela Ressurreição de Jesus, que nos alcança a todos e a todas, sigamos firmes na busca por fazer de nossa caminhada litúrgico-pastoral, fecunda experiência de evangelização e de testemunho do Deus de amor que nos salva pela morte-ressurreição de seu Filho. Enquanto esperamos “um novo céu e uma nova terra” (Ap 21,1), quando celebraremos definitivamente a Liturgia da Vida, vamos, juntos, celebrar a nossa fé e experimentar nossa participação na Ressurreição de Jesus, na dignidade de Igreja Viva, Povo sacerdotal.



Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte

27 de março de 2016 - Páscoa do Senhor

Siglas

APD	Assembleia do Povo de Deus
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano.
CDC	Código de Direito Canônico.
CIC	Catecismo da Igreja Católica.
CLAI	Conselho Latino-Americano de Igrejas.
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.
DAP	Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, 2007.
DPPL	Diretório sobre Piedade Popular e Liturgia, Congregação para o Culto Divino.
DD	<i>Dies Domini</i> . Carta Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre a Santificação do Domingo.
DM	<i>Dives in Misericordia</i> . Carta Encíclica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre a Misericórdia Divina, 1980.
DNC	Diretório Nacional de Catequese, 2009.
DP	Documento de Puebla.
DV	<i>Dei Verbum</i> . Constituição dogmática sobre a Divina Revelação, Concílio Vaticano II.
EE	<i>Ecclesia de Eucharistia</i> . Encíclica de João Paulo II (2003), no Jubileu de seu Pontificado.

EG	<i>Evangelii Gaudium</i> . Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual, Papa Francisco.
GS	<i>Gaudium et Spes</i> . Constituição pastoral sobre a Igreja no mundo de Hoje, Concílio Vaticano II.
ICME	Instrução sobre o Culto do Mistério Eucarístico, Papa Paulo VI.
IELM	Introdução Geral ao Elenco das Leituras da Missa.
IGLH	Introdução Geral sobre a Liturgia das Horas.
IGMR	Introdução Geral ao Missal Romano.
IGRB	Introdução Geral ao Ritual de Bênçãos.
IGSP	Introdução Geral ao Sacramento da Penitência.
IGSO	Introdução Geral do Sacramento da Ordem.
LG	<i>Lumen Gentium</i> . Constituição Dogmática sobre a Igreja, Conc. Vat. II.
MD	A Misericórdia de Deus, Carta Apostólica de João Paulo II sobre alguns aspectos da Celebração do Sacramento da Penitência.
RICA	Ritual de Iniciação Cristã de Adultos
RS	<i>Redemptionis Sacramentum</i> , Congregação para o Culto Divino e a disciplina dos sacramentos.
SC	<i>Sacrosanctum Concilium</i> . Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia, Concílio Vaticano II.
SCa	<i>Sacramentum Caritatis</i> . Exortação Apostólica Pós-sinodal (2007) Sua Santidade Papa Bento XVI.
SD	Documento de Santo Domingo.
UR	<i>Unitatis Redintegratio</i> , Decreto sobre o ecumenismo.
UUS	<i>Ut Unum Sint</i> , Carta Encíclica do Santo Padre João Paulo II, sobre o empenho ecumênico.

Diretório Pastoral
Litúrgico-Sacramental

Volume VII

Capítulo I

*Fundamentação
Litúrgico-Pastoral*

Capítulo I

Fundamentação Litúrgico-Pastoral

1. Liturgia, ação de Cristo

1. Ao conjunto de celebrações e elementos simbólicos e rituais que o constitui, entende-se como Liturgia. No âmbito eclesial, a compreensão é mais profunda, pois inclui sua realidade mais importante e essencial, que é a fé. Essa não é mais um dos elementos constitutivos da Liturgia da Igreja, senão, o elemento que lhe dá razão e sentido. A fé é adesão a uma Pessoa, Jesus Cristo, o Filho de Deus. É dom de Cristo¹ e do Espírito, transmitida, por meio da Igreja, aos fiéis². A fé é celebrada na Liturgia e a Liturgia nutre a fé dos crentes. A Liturgia é a epifania da fé cristã, em seu sentido mais vivo e verdadeiro.

2. A Liturgia é ação ritual e serviço divino à humanidade. As duas concepções (culto e serviço) se complementam, quando se leva em conta que Cristo é o Liturgo, por excelência: ele promove ações permanentes em benefício de toda a humanidade e de toda a criação. Na celebração é ele quem age, tornando-nos participantes de seus benefícios.

3. Sendo fundamentalmente ação, em favor dos seres humanos, a Liturgia se constitui como exercício do sacerdócio de Cristo, pois é ele quem age nas celebrações³. Nesse sentido, ela é também ação da comunidade, que participa da ação de Cristo, prolongando na história atual a salvação que ele nos trouxe⁴.

1 Cf. Hb 12,2.

2 No rito do Batismo de crianças, após as promessas batismais e as renúncias, quem preside declara: “Esta é a nossa fé, que da Igreja recebemos e sinceramente professamos, razão de nossa alegria em Cristo, nosso Senhor”.

3 Cf. SC, n. 7.

4 Cf. SC, n. 6.

4. Também, pelo culto existencial, o agir de Cristo se prolonga no mundo. O cristão que celebra o mistério de Cristo é chamado a viver com coerência, segundo aquilo que celebra⁵. Por isso mesmo, a Liturgia comporta uma dimensão ética irrenunciável. O culto, se distanciado da prática da justiça e do testemunho coerente, é estéril e abominável a Deus⁶.

5. Para se compreender a Liturgia da Igreja, é necessário fixar os olhos em Jesus: por meio dele – homem de Nazaré, visível, tangível e audível – a humanidade pôde contemplar o Deus invisível. Sua pessoa, seus gestos, suas atitudes e suas palavras revelaram Deus. Jesus, o Filho de Deus, é o sacramento do Pai. Em Cristo existe uma íntima comunhão entre essas duas dimensões, sem negação, nem confusão, havendo, contudo, uma ordem: o visível conduz ao invisível e a ele se subordina. Da mesma forma se comporta a Igreja, e a Liturgia que a edifica: uma realidade invisível que se torna acessível por meio de sinais sensíveis, ou uma realidade sensível que se remete à outra não sensível. Mas as realidades espirituais não traem as realidades sensíveis. Elas as afirmam e as aperfeiçoam.

6. Na Liturgia prevalece o princípio da encarnação. O Cristo, que não mais vemos, tocamos e ouvimos, torna-se acessível nos sinais: pão e vinho partilhados; palavra proclamada; reunião dos irmãos; gestos; símbolos e preces. São Leão Magno afirmou: “o que era visível em nosso Redentor, passou para as celebrações”⁷, e Santo Ambrósio: “é nos teus mistérios (celebrações) que eu te encontro”⁸. Cristo preside a Liturgia. Ele nos fala, quando se leem as Escrituras; ora em nós, quando salmodiamos; cura; perdoa; une; abençoa; consagra.

7. A Liturgia traz em si um aspecto memorial. Enquanto recorda os feitos de Deus, ela transporta os fiéis ao evento primordial da fé, o Mistério Pascal

5 BENTO XVI, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal *Sacramentum Caritatis*, sobre a Eucaristia, fonte e ápie da vida e da missão da Igreja. São Paulo: Paulinas, 2007, pp. 122-123.

6 Cf. Is 1,10-20; Am 5,21-24.

7 LEÃO MAGNO. “Segundo sermão para a Ascensão”. In: CORDEIRO, José de Leão (Org.). *Antologia litúrgica: textos litúrgicos, patrísticos e canônicos do primeiro milênio*. Fátima: Secretariado Nacional de Liturgia, 2003.

8 Cf. Santo Ambrósio, *Apologia Prophetarum David* 58.

de Cristo. A comunidade que celebra é reapresentada ao acontecimento salvífico, tornando-se dele contemporânea. Isso é possível pela fé e pela atuação do Espírito que perpassa as ações da Igreja.

8. Sendo expressão da fé, a liturgia da Igreja é viva, dinâmica e encarnada. Ela não pode ser compreendida como uma realidade estática e imutável. Todavia, o seu evento se constitui de elementos imutáveis, aqueles que são divinamente instituídos, e de elementos mutáveis, aqueles que correspondem às situações humanas, aos condicionamentos históricos e culturais das comunidades com as quais interage⁹. A liturgia da Igreja, sendo um organismo vivo, cresce e se desenvolve, absorve costumes, e também evolui em situações diferenciadas. Por isso, convém discernir em que medida suas alterações são benéficas ou prejudiciais à fé¹⁰, intervindo, quando necessário, com sabedoria e paciência, sem lhe impedir o viço, e seguindo as orientações da Igreja, no caso de intervenções¹¹.

2. Igreja, povo sacerdotal

9. O Povo de Deus, presidido por seus ministros, é quem celebra a Liturgia da Igreja¹². “Povo de Deus” é uma das mais ricas expressões da eclesiolgia do Concílio Vaticano II. Por meio dela, afirma-se que “entre todos os fiéis, pela sua regeneração em Cristo, vigora, no que se refere à dignidade e atividade, uma verdadeira igualdade, pela qual todos, segundo a condição e os múnus próprios de cada um, cooperam na construção do Corpo de Cristo”¹³. O povo sacerdotal e os ministros ordenados, em íntima relação, participam do único sacerdócio de Cristo¹⁴ e realizam o culto em espírito e em verdade¹⁵. Celebrando, sobretudo, o Dia do Senhor, manifestam a sua

9 Cf. SC, n. 21.

10 Cf. SC, n. 37.

11 Cf. SC, nn. 38-40.

12 Cf. SC, n. 48.

13 CDC, Cân. 208.

14 Cf. LG, nn. 10-11.

15 Cf. Jo 4,23.

pertença a Deus, respondendo à sua convocação, e, unidos a Cristo, atingem estatura para celebrar a Aliança.

10. A categoria “povo sacerdotal” vincula-se ao culto e à celebração e se estende à vida, através do testemunho e da prática das boas obras – o chamado “culto existencial”. Manifesta-se de maneira simbólica e sacramental, pela participação no mistério de Cristo. Essa participação plena é direito e dever de todo o povo¹⁶. Como batizados e ordenados, clérigos e leigos são chamados a participar desse mistério, testemunhando sua entrega e consagração pela vida do mundo e pelo anúncio do Reino, tal como fez e nos propôs Jesus¹⁷.

11. Aquilo que se afirma a respeito da eucaristia, por princípio, estende-se aos demais sacramentos e ações litúrgicas: a Igreja convoca, para tanto, solícita e cuidadosamente, a que os cristãos não assistam a este mistério de fé como espectadores mudos, mas a que, juntamente com o presbítero, celebrem o mistério pascal¹⁸. Todos os membros da assembleia devem estar envolvidos *na e pela* ação celebrativa.

3. Assembleia Cristã

12. A palavra assembleia, em sentido comum, designa um grupo de pessoas reunidas com um objetivo determinado, ou convocada para deliberar sobre alguma questão. Com os atributos “cristã” ou “litúrgica”, especifica-se a comunidade dos fiéis, chamada a se reunir em nome de Jesus: “... onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou ali, no meio deles”¹⁹.

13. “Os cristãos saem e vêm do lugar em que normalmente vivem, de sua dispersão missionária, de sua presença em meio ao mundo, para formar sua assembleia comunitária”²⁰. Este encontro marcado tem um nome: Igreja

16 Cf. SC, n. 14.

17 Cf. Jo 4,1-42.

18 Cf. SC, n. 48.

19 Mt 18,20.

20 CELAM. *A celebração do mistério pascal*. Manual de Liturgia II. São Paulo: Paulus, p. 112.

(*ekklesia*), que significa, além da comunidade dos cristãos, a reunião transcorrida a partir de uma convocação, do chamado de Deus. A presença e participação da assembleia cristã, para celebrar o mistério da fé, a páscoa de Cristo, é resposta ao mandado do Senhor, “façam isto em memória de mim”²¹.

14. A assembleia cristã é sinal privilegiado da presença do Reino de Deus no mundo e na história; sacramento dos redimidos por Cristo, para o Pai; e de Cristo para o mundo. Aquilo que a Igreja é, na sua essência, o Corpo de Cristo, a assembleia cristã atualiza, quando celebra os mistérios salvíficos. As pessoas se reúnem na fé, “em nome de Cristo, conduzidas pela ação misteriosa do Espírito que as transforma em sinais do Reino do Pai”²².

15. A assembleia cristã tem uma dimensão comemorativa, ao se reunir em nome de Cristo para celebrar a Páscoa, realizando o memorial da sua paixão, morte e ressurreição; e uma dimensão demonstrativa, quando torna visível a imagem mais plena da Igreja. Em sua dimensão escatológica, ela é a antecipação das realidades futuras. Por fim, em uma dimensão ética, a assembleia é chamada a construir uma sociedade mais justa e fraterna, colocando em prática tudo o que celebrou.

21 Lc 22,19-20.

22 CNBB, *Doc. 43*, n. 76.

Diretório Pastoral
Litúrgico-Sacramental

Volume VII

Capítulo II

Liturgia e Pastoral

Capítulo II

Liturgia e Pastoral

1. O Ano litúrgico

*“Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último”
(Ap 22,13)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

16. “Tudo tem seu tempo. Há um momento oportuno para cada coisa debaixo do céu”²³. No que se refere ao tempo, importa que os cristãos o consagrem a Deus, envolvidos nas labutas diárias, no serviço aos irmãos e irmãs, do nascer ao pôr do sol, na sucessão dos dias e das noites.

17. O Antigo Testamento e o Novo Testamento mostram que Deus atua no tempo. Neles o tempo e a história se transformam em “história da salvação”²⁴. Paulo, qual arauto do encontro entre tempo e eternidade, declara à comunidade dos Gálatas: “Quando se completou o tempo previsto, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sujeito à Lei”²⁵.

18. O ano litúrgico é a expressão do mistério pascal de Cristo no tempo: “O mistério de Cristo se desdobra por todo o ciclo anual, desde sua encarnação e nascimento até a ascensão, pentecostes e a expectativa, cheia de esperança, da vinda do Senhor”²⁶.

19. Cada tempo ou festa litúrgica exprime o mistério de Cristo, de forma específica: o Advento é ponto de chegada e de partida do ano litúrgico; o Natal, a proximidade do Deus conosco, que se manifestou fazendo-se um

23 Eclo 3,1-8.

24 CELAM. *Manual de Liturgia II*. São Paulo: Paulus, 2005. p. 392.

25 Gl 4,4.

26 SC, n. 102.

de nós; a Quaresma, a comunhão da paixão de Cristo com o sofrimento do mundo; o Tríduo Sacro e o Tempo Pascal, a fé e a certeza da vitória que vêm do amor incondicional de Deus, revelado na cruz e na ressurreição de Cristo; o Tempo Comum, o seguimento de Jesus e o anúncio do Reino; as festas dedicadas à Maria, aos mártires e a outros santos, a fidelidade, o testemunho, a santidade e a vivência das bem-aventuranças – Deus que se revela nos seus santos.

20. Quando orientou a revisão do ano litúrgico, o Concílio Vaticano II quis relembrar os mistérios da redenção, possibilitando aos fiéis um contato mais pleno “com a riqueza das virtudes e méritos de seu Senhor, que se torna de certa maneira presente a todos os tempos, e lhes abre o acesso à plenitude da graça da salvação”²⁷. Qualquer tempo é propício para orar e celebrar. No entanto, há tempos especiais em que a comunidade se reúne para festejar a fé e a vida, por motivações que remontam às Sagradas Escrituras ou à Tradição, como a celebração do domingo.

21. Desde os tempos apostólicos, o domingo é chamado Dia do Senhor, pois faz memória ao mistério da fé cristã: a Ressurreição de Cristo. “Por tradição apostólica (...) a Igreja celebra o mistério pascal a cada oitavo dia. O dia que bem se denomina Dia do Senhor ou Domingo seja também o dia da alegria e do repouso”²⁸, afirma o Concílio Vaticano II. A Carta Apostólica *Dies Domini* recorda que, antes de ser vivido como dia de repouso, ainda não previsto no calendário civil, “os cristãos viveram o dia semanal do Senhor ressuscitado, sobretudo como dia da alegria”²⁹. O domingo é também *Dies Hominis*, ou seja, o Dia do Ser Humano, pois se caracteriza como a celebração da alegria cristã, da observância do repouso e da prática da solidariedade³⁰.

27 Idem.

28 SC, n. 106.

29 DD, n. 55.

30 Cf. DD, n. 68.

B. Orientações Pastorais

22. O ano litúrgico é uma forma de inserir a vida dos fiéis na comunhão com Cristo, Senhor do tempo e da história. Precisa ser compreendido como realidade simbólico-sacramental e não como simples calendário religioso. Cada tempo litúrgico e as festas têm caráter próprio que precisa ser valorizado em sua relação íntima com o mistério da fé, a morte e a ressurreição do Senhor.

23. A comunidade deve celebrar a sua vida, na Liturgia, à luz de Jesus Cristo ressuscitado, vivo, presente e atuante, em meio a ela; e não à luz de um tema, de uma ideia³¹. Ela deve estar atenta à importância dos tempos litúrgicos, como aprofundamento do mistério de Cristo, evitando enfatizar os dias e meses temáticos.

24. “Perder o sentido do domingo como dia do Senhor, que deve ser santificado, é sintoma de uma perda do sentido autêntico da liberdade cristã, a liberdade dos filhos de Deus”³².

25. A vivência do domingo, fora da celebração, deve ser tida como dia da família, da convivência alegre e feliz, no gozo e na solidariedade. Devem ser evitadas, quando possível, atividades comunitárias além das celebrações dominicais. A comunidade deve ser a primeira a incentivar o encontro e a convivência familiares.

26. Cuidar, para que não haja desrespeito à reserva simbólica nos tempos preparatórios do Advento e da Quaresma. A ausência do hino de louvor, no tempo do Advento, e a ausência do Aleluia e das flores na Quaresma não podem ser tratadas como meras prescrições. A reserva simbólica não pode perder seu caráter pedagógico. Como símbolo da ausência, ela prepara o coração da assembleia, promove o desejo, educa para a espera e incentiva a piedade cristã.

31 Cf. CNBB. *Guia Litúrgico-Pastoral*, 2ª. Ed., Cap. I, nn. 3.6.

32 Sca, n. 73.

27. A Igreja prevê o acendimento do Círio, especialmente no tempo pascal, na celebração do Batismo e nas exéquias. Dado que a Celebração Eucarística Dominical promove, de modo todo especial, a renovação e amadurecimento da consagração Batismal, por ser sacramento da iniciação cristã, pelo qual os cristãos são constituídos luzeiros de Cristo, nada impede que, dominicalmente (com exceção dos domingos da Quaresma e do Advento), seja aceso o Círio Pascal. Nesse caso, a densidade espiritual, própria do tempo pascal, no que diz respeito ao Círio, pode ser ressaltada por uma oração de bênção, no momento de seu acendimento e também pela incensação. Seja retomado, onde for possível, o costume de celebrar a “abertura do Domingo” com o Lucernário e Ofício de Vigílias, conforme atesta antiga tradição incentivada na Instrução Geral da Liturgia das Horas. Nessa ocasião, acenda-se o Círio Pascal, solenemente, estabelecendo uma ligação direta com a Vigília Pascal. Outros símbolos que reforcem essa dinâmica, como a Menorá e a Coroa do Advento, também podem ser utilizados nos tempos adequados.

28. A memória dos santos está vinculada à Páscoa do Senhor. Por ser a Mãe do Senhor imagem da Igreja, que, na força do Espírito, acolhe o Verbo da Vida, Maria goza de especial participação no Mistério da Salvação. Nesse sentido, para além das Missas votivas, festas e solenidades, e sua memória facultativa aos sábados (antes das primeiras vésperas do Domingo), tenha-se em conta a possibilidade de proceder com uma breve saudação mariana nos ritos finais. Não é lugar para esta saudação a Oração dos Fiéis. Valorize-se esse rito, particularmente, no Advento com a recitação ou canto do *Angelus Domini*; bem como no tempo pascal, com a entoação do *Regina Coeli*. As coroações no mês de maio, tão caras à piedade popular, sejam inseridas nesse contexto, sem comprometer aquilo que é específico do Tempo Pascal.

29. Em Minas Gerais é muito difundida a coroação da imagem de Nossa Senhora no mês de maio. Esse costume possui reconhecimento na tradição litúrgica da Igreja e consta no Ritual de Bênçãos. É preciso, no entanto, verificar até que ponto as coroações interferem no que é próprio da celebração dominical, seja pelo rito utilizado, seja pelo espaço previsto para tal – os chamados “altares de coroação” – cujas dimensões e ornamento são tantas vezes desproporcionais. Que seja oferecida à comunidade a formação adequada sobre o assunto, considerando a fé da Igreja e a piedade dos fiéis.

30. A reforma litúrgica, realizada a partir do Concílio Vaticano II, aprofundou o desejo eclesial de recuperar o sentido da comunidade cristã como verdadeiro e consciente sujeito celebrante. Ela deixou para trás tudo aquilo que, com o passar dos séculos, havia sido acrescentado, como fruto de tradições particulares, que não colaboravam para que a comunidade de fé assumisse a condição de assembleia convocada para celebrar. Promova-se, então, essa participação ativa mediante a própria ritualidade, proposta pelo Concílio Vaticano II.

31. Para que os membros da assembleia litúrgica, respeitando-se as funções ministeriais próprias, participem ativamente da liturgia, é necessário dar acessibilidade à assembleia naquilo que lhe compete nos ritos, rompendo com a perspectiva estática que em muitos lugares se fixou. Para tanto, valorizem-se os gestos em chave comunitária, não apenas os previstos pelas rubricas, como também aqueles que nascem da própria estrutura ritual: erguer as mãos na oração dominical (*Pai-nosso*), tomar parte nas procissões, aproximar-se do altar, da cruz, da fonte batismal ou de algum ícone, cantar em coros alternados, saudar com o ósculo ou outro sinal que evidencie o *shalom* bíblico, etc.

32. Para favorecer e dinamizar esta interação, a partir dos ritos, promova-se o uso adequado dos subsídios litúrgicos e dos folhetos (para as comunidades que ainda o utilizam), pois os mesmos não são mais do que um auxílio à participação, não devendo, portanto, roubar a atenção de quem os porta. Os sentidos do corpo devem ocupar-se das ações, promovendo o envolvimento no acontecimento litúrgico. O folheto pode ser útil para antes e depois da celebração litúrgica, respectivamente preparando o fiel para melhor absorver tudo quanto se dará durante a liturgia, e servido de base para ulterior meditação e retomada do serviço litúrgico no âmbito pessoal. Nesse sentido, que os fiéis recebam a necessária orientação de não utilizarem os folhetos para acompanhar as leituras e orações, a não ser para as suas respostas e intervenções e essas não tenham sido ainda assimiladas.

33. Quando as celebrações forem transmitidas pelos meios de comunicação social, não se comprometa a primazia dos fiéis que participam presencialmente. Por outro lado, que os comentários ou as explicações endereçadas aos que acompanham a celebração remotamente pela TV ou

rádio sejam restritos aos expectadores, evitando que a assembleia presente os escute.

34. As práticas devocionais gozam de legitimidade no seio da Igreja. No entanto, não devem prejudicar o enfoque no Mistério Pascal de Cristo que se dá nas celebrações litúrgicas, sobretudo no que se refere ao Domingo. Cuide-se para que as missas votivas, as bênçãos, as procissões e demais práticas rituais se deem no tempo e lugares oportunos dentro do quadro mistagógico do Ano Litúrgico. A religiosidade popular possui preciosidades que podem enriquecer a experiência e a expressão da fé que a liturgia oferece, mas não se deve transformar as celebrações em meras ocasiões para veiculá-las e promovê-las. O mesmo se diga para pastorais, movimentos, grupos e associações no que se aplica à sua espiritualidade, missão e carismas específicos.

2. A Oração da Igreja (Liturgia das Horas e Ofício Divino das Comunidades)

"[...] as leituras e preces da Liturgia das Horas são fonte de vida cristã. Esta se alimenta na mesa da Sagrada Escritura e com as palavras dos Santos, e se fortalece com as preces"³³.

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

35. O costume de orar, ao longo do dia, remonta aos primórdios da Igreja e tem seus precedentes no judaísmo. O nome cristão usado para essa prática é "ofício", que significa profissão, trabalho, ocupação. Documentos da Igreja primitiva testemunham que os cristãos se entregavam à oração em determinadas horas, pré-fixadas, sobretudo ao entardecer, com o cair da noite, como simbolismo aplicado à morte de Cristo; e ao amanhecer do novo dia, como sinal da sua ressurreição³⁴. Tal orientação ao mistério pascal de Jesus configura a Liturgia das Horas como celebração que caracteriza a vivência do Mistério da fé no ritmo diário.

33 IGLH, n. 18.

34 Ibidem, 1.

36. “Jesus contou aos discípulos uma parábola, para mostrar-lhes a necessidade de orar sempre, sem nunca desistir”³⁵, assim começa a parábola da viúva e do juiz. A Igreja, orientada por Cristo e pelos apóstolos, ensina-nos a viver a oração, por meio de um precioso ritmo: a Liturgia das Horas, que santifica todo o dia, toda a existência.

37. Quando a vida se torna uma oração permanente, pela Liturgia das Horas, ela se torna preparação e extensão da Eucaristia. A Igreja, fiel à sua missão, não cessa nem por um momento sua oração, e convida: “Por meio de Jesus, ofereçamos a Deus um perene sacrifício de louvor, isto é, o fruto dos lábios que celebram o seu nome”³⁶.

38. O Ofício Divino ou Liturgia das Horas é a oração de todo o povo de Deus e não prerrogativa ou obrigação dos clérigos e religiosos: “O louvor da Igreja, nem por sua origem, nem por sua natureza pode ser considerado como algo próprio do clero ou dos monges, mas pertence à comunidade eclesial inteira”³⁷.

39. A Liturgia das Horas é oração, um sinal litúrgico, uma ação simbólica e sacramental. A oração dos que celebram as Horas é a voz do Cristo glorioso e de sua Esposa, a Igreja. A celebração das Horas traz a presença ativa e eficaz do Espírito Santo, uma realização efetiva do mistério da salvação. A Liturgia das Horas é pura ação litúrgica. Contudo, essa atenção privilegiada à oração litúrgica não está em contraposição à oração pessoal; ao contrário, ela a supõe e a exige (cf. *Sacrosanctum Concilium*, 12), e se harmoniza muito bem com outras formas de oração comunitária, sobretudo aquelas reconhecidas e recomendadas pela Igreja³⁸.

40. É por isso também que a reforma proporcionada pelo Concílio Vaticano II valorizou as horas maiores, Oração da Tarde – também conhecida

35 Lc 18, 1.

36 Hb 13,15.

37 IGLH, n. 270.

38 JOÃO PAULO II. Carta apostólica: *Spiritus et Sponsa*. Por ocasião do quadragésimo aniversário da Constituição do Concílio Vaticano II «*Sacrosanctum Concilium*» sobre a Sagrada Liturgia, em 4 de dezembro de 2003, n. 14.

como Vésperas – e Oração da Manhã – chamada Laudes –, como polos essenciais à santificação do dia³⁹. Com o tempo, foram incluídas, nesse rol, outras horas, de tradição mais monástica, “que os padres viam insinuadas nos Atos dos Apóstolos”⁴⁰.

41. A celebração do Ofício Divino das Comunidades, uma bem sucedida iniciativa de inculturação brasileira da Liturgia das Horas, presidida por leigos e leigas, com a presença de símbolos ligados à piedade popular, às labutas e às conquistas, introduz um elemento precioso para alimentar a espiritualidade e santificar as horas do dia: a ligação entre Liturgia e vida, valorizando a história e a caminhada pascal do povo.

42. O Ofício Divino das Comunidades guarda todos os elementos essenciais da Liturgia das Horas, tendo como alvo principal a vivência do mistério de Cristo pelas comunidades⁴¹. O que parece ser mera simplificação, como por exemplo, o fato de cantar apenas um ou dois salmos, ou não cantar o cântico evangélico durante a semana, responde à necessidade do povo que trabalha e tem outro ritmo de vida, diverso daquele dos clérigos e religiosos, sem, contudo, deixar de atentar para a necessidade de uma oração de cunho bíblico e litúrgico, recuperando os tesouros da piedade popular.

B. Orientações Pastorais

43. Como oração, a Liturgia das Horas deve ocupar um lugar primordial na vida cristã. Ela também é a que melhor prepara e prolonga a Eucaristia e a mais eficaz na ordem da graça, por ser a oração de Cristo e da Igreja.

44. É importante incentivar os fiéis para a celebração do Ofício Divino das Comunidades, pois, “como oração pública da Igreja, é fonte de piedade e alimento da oração pessoal”⁴². Não é uma ação individual ou privada, mas

39 Cf. SC, n. 89.

40 IGLH 1.

41 Cf. Instrução *Inter Oecumenici*, para uma correta aplicação da Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada Liturgia, n. 80.

42 SC, n. 90.

pertence a todo o corpo da Igreja. A Pastoral Litúrgica e as lideranças evangelizadoras devem se empenhar na tarefa de contribuir para um maior conhecimento e prática do Ofício Divino. Ele possui uma importância superior às práticas devocionais. Deve-se criar o costume de rezar o Ofício Divino para atender a sede espiritual do povo.

45. As vigílias do Ofício, sempre celebradas aos sábados, devem ser ocasiões propícias para iniciar os fiéis na celebração do Ofício Divino das Comunidades, bem como as novenas, os encontros e os retiros pastorais.

46. Os seminários não devem se descuidar de propiciar aos futuros pastores a formação adequada a respeito da importância do Ofício Divino. Não se pode esperar uma participação ativa dos fiéis na Liturgia, especialmente na Liturgia das Horas, se, antes, os mesmos pastores “não se impregnam totalmente do espírito e da força da Liturgia, e chegam a ser mestres da mesma”⁴³. Na formação integral dos fiéis, inclui-se uma educação espiritual, ritual, musical e estética. Que haja sempre a possibilidade de uma instrução bíblica mais rica, principalmente acerca dos salmos. Não se deve descuidar, ainda, do caráter celebrativo do Ofício Divino, superando a recitação fria e mecânica do mesmo.

3. A Música Litúrgica

*“Aleluia! Cantai ao Senhor um cântico novo;
ressoe seu louvor na assembleia dos fiéis”
(Sl 149,1)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

47. Os homens e as mulheres da antiga aliança elevavam a Deus seu louvor em forma de canto, nas diversas situações da caminhada⁴⁴. Eram cantos que exaltavam as ações maravilhosas de Deus, nascidos da vida de um

43 SC, n. 14.

44 Cf. Ex 15,1-18.

povo confiante na escuta de seu Senhor⁴⁵. Manifestavam a fidelidade e a identidade do povo de Israel, não podendo ser profanados em terra e ouvidos por estrangeiros.

48. Muitas vezes, expressavam a dor e o sofrimento gerados pelo pecado e pela infidelidade⁴⁶. Proféticos, muitos cantos denunciavam o pecado e a injustiça, anunciando tempos novos de conversão. Bradando a vitória nas conquistas, faziam ressoar a alegria da salvação⁴⁷.

49. Na plenitude dos tempos, aquele que é o autor de todo o som e a fonte da vibração enviou o seu Filho, nascido de uma jovem e por ela emba-lado⁴⁸. O Criador de tudo tornou-se humano e fez-nos conhecer o cântico novo, para sempre entoado diante do trono do Altíssimo por todos os anjos e santos. Como bom judeu, Jesus entoou as cantigas de Sião, nascidas da vida do povo.

50. A música litúrgica cristã, no decorrer dos séculos, conheceu várias expressões, conforme a cultura do povo. Esse tipo de música, atualmente designado pela Igreja como música litúrgica ou música ritual, difere da música religiosa, porque realiza, no cantar, o mistério de Cristo que se revela no desenrolar dos ritos. Quando a comunidade canta, ela comunga com o acontecimento central da fé: a vida do Senhor ressuscitado.

51. A música litúrgica goza de sacramentalidade, sinal que remete a uma realidade espiritual, só acessível pelos sentidos. Conta com a força do Espírito Santo, que associa discípulos e discípulas ao Filho, Senhor e Salvador, fazendo-os cantar e confessar as maravilhas de Deus. É parte integrante da Liturgia e não um enfeite da ação sagrada.

52. Por fim, é preciso recordar que a música ritual é a fé da Igreja, sob a forma sonoro-musical. Por essa razão, toda e qualquer composição para o

45 Cf. Sl 136 (137).

46 Cf. Sl 23;31.

47 Cf. Sl 88.

48 Cf. Gl 4,4.

culto divino está sob os cuidados da Conferência Episcopal nacional ou do Bispo da Igreja Local, mediante suas comissões específicas.

B. Orientações Pastorais

53. Nas celebrações da Igreja, o canto goza de lugar especial porque é realização musical da própria Palavra de Deus no ser humano. Deste modo, dá-se, sempre, preferência a voz humana como portadora do Mistério de Cristo. Por essa razão, o uso de instrumentos musicais na Igreja deve orientar-se à beleza do canto, à potencialização dos recursos vocais da assembleia, para que o Verbo de Deus se exprima mediante a voz da Igreja reunida. Mesmo que solos instrumentais sejam possíveis, nunca substituem a voz da Igreja em oração.

54. O canto litúrgico, em geral, está sempre conectado à realização do rito e, portanto, ordena-se à sua própria finalidade. Noutras palavras, o canto litúrgico participa da natureza e linguagem próprias do rito, que é realizar a Palavra de Deus no corpo da Assembleia (função performática)⁴⁹. Colabora efetivamente para constituir uma verdadeira “arte de celebrar” (*ars celebrandi*), por sua força expressiva e de penetração sensorial, uma vez que a música alcança e integra o ser humano por seus elementos constitutivos (ritmo, melodia, harmonia, timbre etc.), na totalidade de seu ser: mente, corpo e coração. É também importante para promover a participação e envolvimento comunitários no Mistério celebrado.

55. A participação da assembleia que celebra a fé, mediante a prática musical, deve ser cada vez mais cuidada, desenvolvida e enriquecida. Tratar ministerialmente a música, diz respeito não apenas às composições em si mesmas, mas às habilidades de performance, isto é, de execução. Nem todas as peças necessitam ser cantadas pela assembleia, na íntegra. Podem-se valorizar os solos, o coro polifônico, a prática antifonal, que consta de alternar grupos em oitavas (homens e mulheres, crianças e adultos, por exemplo). Tudo isso levando em consideração a peça musical e o rito do

49 RAINOLDI, Felice. *Psallite Sapienter*. Note storico liturgiche e riflessioni pastorali sui canti dela messa e dela Liturgia delle ore. Roma: CLV, 2008, p. 21.

qual faz parte. Não se pode esquecer que a música na liturgia é um gesto sonoro ritual.

56. A partir dessa constatação, distingue-se uma variedade musical ligada à própria linguagem ritual, que deve ser conhecida e observada e que aparece segundo a ordem de importância que tem na celebração. Podemos distinguir a seguinte tipologia⁵⁰:

No que concerne ao gesto sonoro:

- Cantilenas ou cantilações: É a forma mais antiga do canto ritual. Não é melodia, estritamente falando, mas uma forma de “entonação” em que fala-se cantando ou canta-se falando. Corresponde ao “recitativo livre” noutros gêneros musicais como a ópera. A “melodia” está totalmente voltada para o texto ao qual dá vida. Emprega-se a cantilação nas orações presidenciais e da assembleia, nas leituras bíblicas e demais textos eucológicos ou bíblicos, assim como se apresentam nos rituais, nos Lecionários e no Missal Romano. Quando se trata do canto dos Salmos, em especial o Salmo Responsorial e da Liturgia das Horas na sua forma tradicional, a cantilação chama-se salmodia, porque obedece à estrutura poética específica do Saltério. Tenha-se em conta que a salmodia é uma riqueza própria da Igreja e é reconhecida como gênero propulsor da própria música e seu desenvolvimento no ocidente. Habitualmente, a cantilação e a salmodia estão condicionadas às fórmulas que, fixadas, aplicam-se aos diversos textos. Na antiguidade, eram mais livres e dependiam da capacidade e habilidade canora dos ministros. Tanto na cantilação, quanto na melodia é a palavra que predomina sobre a forma musical.
- Verbo-melodismo: quando a melodia se torna mais desenvolvida e se agrega aos textos numa unidade ou simbiose. A palavra está intimamente unida à música e, em alguns casos, não é possível separar uma da outra. A música aparece como desdobramento da palavra e a palavra se robustece e se enriquece pela música. É comum en-

50 A tipologia varia conforme as intuições dos pesquisadores. Aqui seguimos Pe. Gelineau, sj.

contrá-lo nas antífonas, refrãos do salmo responsorial, aclamações da assembleia, alguns hinos em prosa (como o Glória) etc. Neste caso, texto e música se equiparam em graus de importância. O canto gregoriano é expressão tanto da cantilena quanto do verbo-melodismo.

- Cânticos: trata-se de melodia propriamente dita, com um plano de alturas bem desenvolvido, com ou sem configuração de compassos, podendo ser mais métrico ou mais livre. Neste caso, a “música” se impõe sobre o texto. Vale ressaltar que existe uma grande contribuição pós-conciliar no que se refere às novas composições. Elas traduzem a riqueza cultural do nosso país, absorvendo gêneros (baião, xote, xaxado, guarânia, samba, vaneirão, pop etc.), estilos, formas e estruturas rítmicas e melódicas da música popular.

No que se refere à estrutura:

- Resposos e cânticos (ou salmos) aleluiáticos cuja Liturgia das Horas é riquíssima; Ladainhas como o Cordeiro de Deus; Dípticos (que são diálogos) como o “Tende compaixão de nós, Senhor”; Jubilus, canto melismático de termos curtos como Aleluia, Hosana, cujo sentido já está apreendido.
- Hino métrico e estrófico, muito comum à Liturgia das Horas; Cântico estrófico com refrão, bastante difundido após o Concílio Vaticano II, muito utilizado no que se costuma designar por “Próprio” aos cantos da Missa (Entrada, Oferendas, Comunhão).

57. Com base nessa tipologia, que necessita ser melhor conhecida e aprofundada, pode-se estabelecer uma certa ordem de importância do canto nas celebrações: as orações; os diálogos; os textos das Sagradas Escrituras; outras partes que possuem características rituais próprias, como o Hino de Louvor, o Santo, o Cordeiro de Deus (durante a fração do Pão), as intervenções (aclamações) da assembleia nas preces e na Oração Eucarística. Depois, os cantos processionais (entrada, oferendas, comunhão) e assim por diante.

58. É salutar discernir a importância dos textos que merecem ser cantados em um determinado contexto celebrativo e seu sentido em cada caso. Por exemplo, a importância do Hino de Louvor ou do Santo, frente ao canto de apresentação das oferendas; se tivéssemos que optar entre um e outro, por razões contextuais, o Hino de Louvor e o Santo teriam a primazia.

59. Pelas razões expressas acima, é imprescindível, na escolha dos cantos, obediência ao critério litúrgico, e não à predominância de gostos pessoais, de grupos ou movimentos, a fim de que o mistério de Cristo seja sempre central.

60. Deve-se cuidar para que as equipes de canto recebam uma formação litúrgica e musical adequadas. Para isso, incentive-se a participação dos membros das equipes de canto nas reuniões da Pastoral Litúrgica, pois isso propicia o diálogo e a harmonia na preparação e vivência das celebrações, bem como favorece a própria formação a partir dos ritos com os quais a Igreja celebra.

61. Os hinários litúrgicos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil devem ser conhecidos e usados, por parte das equipes de canto, para garantir a adequação das músicas litúrgicas. Também devem ser conhecidas as músicas compostas para os outros sacramentos. A Comissão Arquidiocesana de Liturgia do Vicariato para a Ação Pastoral da Arquidiocese de Belo Horizonte oferece uma versão, na forma de manual, para o uso dos fiéis, nas celebrações.

62. No que tange às novas composições musicais para o uso litúrgico, é necessário esclarecer que elas estão subordinadas ao juízo da Conferência Episcopal e do Bispo Diocesano. É uma área que exige conhecimento especializado tanto em relação à teologia litúrgica, quanto à pastoral e à ciência musical. Não se permita, portanto, a introdução de composições nas celebrações da Igreja, sem que haja, antes, uma análise adequada das peças por aqueles que têm o conhecimento e autoridade para tal.

63. O canto gregoriano é a música ritual, por excelência, do rito católico romano. Conhecê-lo é imprescindível, não apenas para a execução de seu repertório, quando se fizer necessário, também para dele haurir os prin-

cípios fundamentais pertinentes a toda música que se queira apropriada para o uso litúrgico. Isto é, não apenas pela forma, o gregoriano se torna referência, mas por alguns aspectos que lhe são próprios: importância da voz cantada, facilitação da participação do povo, o cantar em uníssono e à *capella*, uma vez que a tessitura dos cantos não é exageradamente extensa (cabe dentro de uma oitava, em geral), a melodia voltada para ressaltar o sentido dos textos, em especial quando se trata da Sagrada Escritura (Salmos, Cânticos, Antífonas) etc.

64. Não existe instrumento indigno do culto cristão. Entretanto é necessária a consciência de que, na Liturgia, o instrumento musical primordial é a voz humana. Tudo quanto for adicionado à prática musical nas celebrações tenha como endereço potencializar o canto da assembleia, enriquecendo-o, tornando-o mais vivo, vibrante e belo.

65. Na Liturgia, as melodias devem ser belas e sóbrias, e, no que tange à assembleia, ser de fácil assimilação e condizentes com a ação sagrada. “Tudo – no texto, na melodia, na execução – deve corresponder ao sentido do mistério celebrado, às várias partes do rito e aos diferentes tempos litúrgicos”⁵¹. A beleza e a sobriedade se alcançam pelo lugar que os textos sagrados se encontram em relação à música. Pode-se dizer que uma melodia será tanto mais bela quanto melhor sua sonoridade promover a assimilação e expressão da Palavra Divina. Será sóbria, quanto menos servir para demonstrações do virtuosismo do músico, ou da habilidade do compositor; e quanto mais fizer ressoar a História da Salvação nos ouvidos dos fiéis em oração.

66. É importante incentivar a função do animador de canto como ministério. Ele é o ministro responsável pela regência, ensino e participação do povo. Esse ministério está associado ao grupo de canto que, por sua vez, tem como finalidade a sustentação da melodia, da tonalidade e do ritmo.

67. É necessário garantir que o serviço de música litúrgica leve em conta o ambiente litúrgico e o direito que a assembleia tem de celebrar o Mistério

51 SCa, n. 42.

de Cristo, cantando, refletindo e interiorizando esse Mistério. Seus integrantes são ministros da Palavra de Deus e não meros funcionários contratados ou não, para executar peças musicais. Breves ensaios com a assembleia, para motivar a participação pelo canto, fazem parte do bom serviço à música litúrgica.

4. Espaço Celebrativo

*“Até o pássaro encontra casa e a andorinha o ninho, onde pôr os filhos, junto a teus altares, Senhor dos exércitos, meu rei e meu Deus”
(Sl 84 [83],4)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

68. Cristo é o verdadeiro e único Templo de Deus⁵². Unidos a Cristo, pelo Batismo, os cristãos são como pedras vivas da mesma edificação⁵³. Eles mesmos tornados templos do Espírito Santo⁵⁴, por sua incorporação a Cristo, adoram a Deus em espírito e verdade⁵⁵.

69. A partir da visão neotestamentária, o Templo é o Cristo total: Ele e sua Igreja reunida para celebrar sua memória nas ações sacramentais. A tradição litúrgica e patrística vê a celebração como edificação da assembleia dos fiéis, pedras vivas. A igreja-edifício existe para a constituição da Igreja espiritual, Corpo de Cristo, uma realidade sacramental.

70. Para celebrar o mistério pascal de Cristo, a assembleia cristã pode se encontrar em qualquer lugar. O que dignifica o espaço é o que nele se celebra. O espaço celebrativo exprime o mistério da Assembleia reunida em nome de Cristo, garantia de sua presença.⁵⁶

52 Cf. Jo 2,19-21; Ap 21,22.

53 Cf. 1Pd 2,5.

54 Cf. 1Cor 6,19.

55 Cf. Jo 4,21.23-24

56 Cf. Mt 18,20.

71. A assembleia cristã, povo de Deus, utiliza o espaço da celebração de sua fé como lugar sagrado do encontro e da comunhão. Por ser uma realidade simbólico-sacramental, a igreja-edifício é expressão do que é a Igreja povo, como habitação do Altíssimo. Assim, podemos dizer que o templo é sinal da Igreja-comunidade e da Igreja peregrina, a caminho da Jerusalém do alto, imagem da Igreja celeste⁵⁷.

72. O espaço sagrado tem caráter mistagógico. Como parte integrante da Liturgia, colabora para o encontro e a comunhão com o Senhor da vida. Os elementos constitutivos e essenciais do espaço são: o lugar destinado aos ministros e o lugar destinado à assembleia; altar e ambão; sédia (cadeira da presidência) e batistério; imagens, cruz e círio. Seu ordenamento e orientação abrigam o povo que celebra e o conduz ao mistério de Cristo. Esses elementos têm força evocativa e remetem às realidades invisíveis.

73. A beleza que o espaço celebrativo revela e evoca está na verdade, autenticidade e solidez dos sinais iconográficos e no seu significado profundo. Os elementos sensíveis, sobretudo o conjunto iconográfico altar, ambão, sédia e fonte batismal, devem concordar com essa verdade e autenticidade e manifestar a beleza da esposa de Cristo, enfeitada para o seu Amado⁵⁸.

74. Os ícones mais importantes do espaço sagrado são altar, ambão, fonte batismal e sédia, também chamados, em sua disposição espacial, de "programa iconográfico". Elas manifestam o mistério do povo reunido para celebrar. A disposição da assembleia revela a orientação da vida cristã para o Senhor, quando, seguindo a grande Tradição eclesial, está disposta de pé em torno do altar (circunstante), que simboliza Cristo.

75. O altar é Cristo: para ele convergem naturalmente os fiéis e os ministros⁵⁹. O lugar da proclamação da Palavra de Deus, o ambão, é considerado monumento pascal, como pedra da qual se anuncia a Boa-Nova da ressurreição. A dignidade batismal dos fiéis se realiza e se recorda, também, me-

57 Cf. IGMR, n. 344.

58 Cf. Sl 45,12-15; Ap 21,2-3.

59 Cf. CIC, n. 1383.

diante a fonte batismal, ventre da Mãe Igreja, que gera os novos filhos para Deus. O lugar daquele que preside as ações dos fiéis, a sédia, é o lugar de Cristo-cabeça, que conduz o seu povo na caridade e no ensino.

B. Orientações Pastorais

76. É preciso cuidado para que as novas construções de igrejas sejam submetidas à consulta e juízo de especialistas em espaço celebrativo e liturgia. As formas de organização do espaço sagrado devem manifestar a centralidade do Cristo, o itinerário da fé, de forma que sua organização seja mistagógica, isto é, revele e conduza ao mistério de Cristo e da Igreja.

77. O altar:

- a. O espaço de culto dos cristãos gira em torno da oblação de Cristo, ritualizada nas celebrações da Igreja, em especial a Eucaristia. Uma vez que a entrega de Jesus foi antecipada e profeticamente anunciada no contexto de uma ceia, o altar é tanto mesa para convivas quanto ara (pedra) sacrificial. Sua forma deve respeitar estas duas intuições. A sua forma e o material que o compõe (sobretudo se for de pedra) revelam o sentido oblato próprio da dimensão sacrificial.
- b. As relíquias devem ser autênticas e depositadas sob o altar, nunca sobre. Recordando que é o altar que dignifica o sepulcro dos mártires e santos e não o contrário.⁶⁰
- c. O altar é o centro teológico em torno do qual gravita o culto cristão. Sua localização deve revelar sua importância e, ao mesmo tempo, orientar a localização dos demais elementos – ambão, sédia, lugar da assembleia, lugar dos ministros, etc. Tal pressuposto deve ser tomado a partir da natureza mesma dos ritos que aí se celebram. Desse modo, estando no centro geográfico do espaço ou não, o lugar onde o altar estiver situado deve comportar que a comunidade esteja ao

60 Cf. CNBB. *Orientações para projeto e construção de Igrejas e disposição do espaço celebrativo*, 28-29. Col. Estudos da CNBB, 106. São Paulo: Paulus, 2013, p. 28.

seu redor em algumas circunstâncias e possa, ao menos para o rito da comunhão, dele se aproximar em procissão para participar do banquete. Essa orientação está em consonância com o Cânon Romano e a Oração Eucarística IV, que fala dos “circunstantes”, ou seja, os que estão de pé ao redor do altar, durante a Oração Eucarística, participando da dignidade sacerdotal de Cristo, presididos pelo presbítero ou pelo bispo. Evite-se a concepção do altar na perspectiva de “frente” e “atrás”, mas se insista na concepção do “ao redor”.

- d. A toalha, que na antiguidade era o próprio corporal e hoje costuma se distinguir desse, recorda a dimensão de refeição convivial. Será sempre branca e não deve cobrir todo o altar, de modo que o mesmo possa ser visto e saudado tanto dentro quanto fora das celebrações. Nele se reconhece o Cristo, pedra angular, sobre o qual os dons e a Igreja são expostos e santificados. O altar pode ficar descoberto fora da celebração.
- e. O altar não é o lugar da presidência durante os ritos iniciais, a Liturgia da Palavra e os ritos finais. Sobre ele apenas estará o Evangeliário (durante a celebração eucarística ou na celebração dominical na ausência do ministro ordenado); o missal e demais alfaias (cálice, patena, ambula), durante a liturgia eucarística. Conforme orienta o Missal Romano, velas, cruz e arranjos florais estejam preferencialmente ao lado do altar e não sobre ele. Não há sentido também para almofadas e suportes, que tinham sua razão de ser quando o lecionário estava unido ao missal (missal plenário pré-conciliar), de modo que se criava um “pequeno ambão”, sobre a mesa, para ressaltar a dignidade da Palavra de Deus. Não se deve por o sacrário ou qualquer imagem de santos sobre o altar.

78. Ambão: “A dignidade da palavra de Deus requer na igreja um lugar condigno de onde possa ser anunciada e para onde se volte espontaneamente a atenção dos fiéis no momento da Liturgia da Palavra”⁶¹.

61 IGMR, n. 309.

- a. Não é uma simples estante móvel e nem sua forma se restringe às dimensões de uma tribuna para a proclamação. A tradição em torno deste ícone do espaço sagrado confirma suas dimensões monumentais, ressaltando a compreensão de “lugar alto”.
- b. O ambão, sendo uma peça única, pode ser constituído por uma ou duas tribunas ou logias. No segundo caso, a tradição antiga executava a Liturgia da Palavra da seguinte forma: de uma (ao leste voltado para o oeste), proclamava-se o evangelho, de outra (ao oeste voltado para o leste), proclamavam-se as leituras e se entoava o salmo. Nos casos das igrejas onde existem dois móveis, sem clareza de orientação geográfica, e por motivos históricos não possam ser modificados, façam-se as leituras de um lado e a proclamação do evangelho do outro. Contudo, as novas construções devem ater-se à unicidade do monumento.
- c. O material de que é feito seja o mesmo do altar, para exprimir a unidade entre Palavra e Sacramento, Verbo e Carne que os ritos realizam. Os ornamentos do ambão, em geral, estão associados ao sepulcro e ao jardim, em referência ao jardim do Éden e ao jardim da ressurreição. Ambões esculpidos ou talhados com motivos pascais ou paradisíacos são muito comuns à tradição. Não é habitual, no entanto, que a cruz seja nele reproduzida, cuja simbologia está mais associada ao sacrifício.
- d. Não é essencial que haja sobre o ambão uma toalha. Caso a peça admita seu uso, pode-se variar com as cores litúrgicas. Junto ao ambão pode ter lugar o candelabro do Círio Pascal, que, nas igrejas antigas, não é uma peça móvel, mas fixa e ornada em harmonia com o lugar da proclamação da Palavra de Deus.
- e. Embora se tenha tornado comum, posicionar o ambão ao lado do altar, não encontramos na tradição mais antiga este uso. O lugar de proclamação da Palavra de Deus sempre esteve mais ligado ao espaço da assembleia (chamado por alguns ainda de “nave”), no meio ou em uma das laterais do espaço celebrativo. É muito comum, já antes da reforma litúrgica e legitimado por ela, encontrarmos o ambão si-

tuado próximo à porta de entrada, recordando que a evangelização precede e prossegue aos ritos. A distinção entre direita e esquerda não tem mais sentido e estava ligada à proclamação dos textos bíblicos sobre o altar-mor, antes da reforma. O que definirá o lugar, para além do que foi dito acima, será a relação com os demais elementos do espaço.

- f. Os cantores e instrumentistas, como ministros da Palavra de Deus, estão ligados ao ambão. Seja previsto, sobretudo quando da construção de novas igrejas, a articulação entre esses ministérios e o ambão.

79. O lugar da assembleia:

- a. Superada a dicotomia entre nave e presbitério, que contrapõem fiéis e ministros ordenados, e restringe o acesso do povo ao altar, não se pensa mais o lugar da assembleia atrelado a essa lógica. A comunidade dos fiéis participa da liturgia, mediante os ritos que se dão em relação aos diversos elementos do espaço. Deste modo, não se deve impedir o acesso, que os mesmos ritos preveem, criando barreiras ou separações. Pode-se pensar em focos celebrativos, ao redor dos quais se dá a participação da comunidade, de forma dinâmica. Por exemplo: ora a assembleia está voltada para quem preside, desde a sédia; ora dirige sua atenção para o lugar da proclamação da Palavra de Deus; noutro momento pode dirigir-se para a fonte batismal; durante a Liturgia Eucarística, reúne-se ao redor ou orienta-se corporalmente para o altar; durante a saudação à Virgem Maria, volta-se para sua imagem, etc.
- b. A assembleia deve dispor de um espaço que a congregue com liberdade e comodidade, de onde possa tomar parte, de modo ativo e consciente, dos ritos, à medida que se passa de um foco para outro. Por essa razão, o espaço meramente longitudinal (esquema “palco-plateia”) dificulta qualquer interação neste espírito.
- c. Os bancos ou cadeiras sejam dispostos para promover a dinâmica celebrativa e a participação dos fiéis. Seu uso foi introduzido tardiamente na tradição litúrgica; a comunidade passava de um foco ao

outro, movimentando-se, o que não exigia, necessariamente, que se tomasse assento.

80. Para visualizar o mistério da presidência de Cristo, na pessoa do ministro⁶², a Igreja recomenda que se coloque em destaque a cadeira de quem preside. A IGMR solicita que se evite a ideia de trono; seu lugar dependerá da concepção arquitetônica e da relação com os outros elementos, sobretudo com a assembleia. No entanto, nunca deve ser colocada na frente do altar. Onde há o tabernáculo ligado ao antigo retábulo ou altar-mor, evite-se colocar a sédia imediatamente à frente dele. Seu lugar deve permitir que aquele que preside seja visto, mas que não se destaque durante a celebração, uma vez que os ritos acontecem em focos distintos e com a atuação de uma diversidade de ministros. É bom que a sédia seja ladeada por outras cadeiras, onde tomam lugar outros ministros da celebração.

81. A fonte batismal:

- a. A fonte batismal deve receber toda atenção possível. Não seja meramente uma pia ou bacia, mas evoque, por sua forma e ornato, o simbolismo do rito batismal e a dignidade do Povo de Deus que dela nasce.
- b. A fonte batismal seja preferencialmente situada próxima à entrada da igreja ou mesmo numa capela ligada ou não ao espaço no qual se celebra a eucaristia.
- c. Solicita-se a possibilidade de água corrente, ao menos para o momento dos ritos iniciáticos, e que nela se possa, não apenas fazer o batismo por infusão, mas também por imersão, recuperando seu sentido mais original e profundo.
- d. Próximo à fonte, pode estar situado o lugar dos Santos Óleos, como nicho devidamente fechado ou semelhante ao sacrário. Os óleos sagrados estejam em recipientes apropriados.

62 Cf. IGMR, n. 310.

82. O adro:

- O adro deve ser revalorizado como lugar favorável para a convivência fraterna. Ele opera a transição do mundo exterior, lugar da dispersão, para o interior das igrejas. Cartazes, faixas, fotos, avisos e panfletos devem ser afixados em murais, neste lugar da igreja, onde os fiéis se encontram e se cumprimentam, ou quando não houver esse espaço, à entrada, mas sem exageros.

83. Valorizar o ritual de dedicação de igrejas e altares, para que as celebrações explicitem o sentido teológico, litúrgico e espiritual do edifício cristão. O Ritual também serve como referência para estabelecer o discernimento, no que se refere à construção de novos espaços ou adequação de antigos. Além do Ritual de Dedicção, o Ritual de Bênçãos também prevê orações que explicitam o sentido do espaço.

84. O espaço deve ser digno e belo, sinal da Beleza de Deus. A ornamentação deve realçar a beleza da igreja, tornando desnecessário o uso excessivo de enfeites.

85. Para possibilitar boa comunicação, deve-se ter um zelo especial com a acústica, o que exige um projeto específico a ser elaborado por profissionais da área.

86. Na Liturgia, tudo o que se multiplica perde valor, portanto, evitem-se duplicações desnecessárias no espaço celebrativo. Deste modo, deve-se optar por apenas uma imagem da Virgem Maria, uma Cruz com o Crucificado ou a Cruz Gloriosa (processional ou fixa), um altar, um ambão.

87. Via-sacra e imagens de santos devem estar subordinados à lógica própria do espaço celebrativo. Quanto às imagens dos santos, tanto refletem a comunhão entre a Igreja peregrina e a Igreja celeste, como também atendem à sensibilidade devocional dos fiéis. Não é bom, contudo, que num espaço haja demasiado número de imagens, tirando o foco dos fiéis daqueles ícones fundamentais de Cristo: altar, ambão, sédia, fonte batismal. No tempo da Quaresma, ou na Semana Santa, em alguns lugares, velam-se as imagens dos santos. Seria mais conveniente reservá-las noutra lugar apro-

priado, uma vez que esse costume remete à sobriedade desses tempos, quando a Igreja se despe de sua glória manifestada em seus santos e santas. Uma boa solução para as novas construções ou reformas seria situar as imagens numa capela devocional. Com exceção das imagens do Cristo ou da Mãe do Senhor, não é conveniente que as imagens dos demais santos estejam situadas no recinto do altar. Posto que a expressão “via-sacra” sugere a ideia de caminho, convém que esteja situada fora da igreja, no jardim. Além disso, estando no espaço da celebração, ela enfraquece o simbolismo das doze ou quatro cruzeiras da dedicação da igreja. O recinto do altar seja reservado para a imagem de Cristo ou da Mãe do Senhor.

88. É desejável que haja, fora do espaço da celebração e contíguo a ele, uma capela reservada para o Santíssimo Sacramento.

89. Como já se disse, as equipes de música ritual podem se posicionar nas proximidades do ambão. Mas, também, deve-se prever o contato com a presidência e a assembleia, da qual faz parte. Isso facilita a animação do canto litúrgico. O “coro” suspenso ou mezanino não é o lugar para a *scola cantorum* (grupo dos cantores) que, segundo os documentos⁶³, deve ter acesso direto ao lugar onde os ritos se desencadeiam, de modo que deles participe ativamente e manifeste, organicamente, sua ligação com a assembleia.

90. Sobre a introdução de aparatos técnicos⁶⁴ e multimídias, nos espaços celebrativos, convém discernir teológica e pastoralmente em quais situações os mesmos podem colaborar ou prejudicar a liturgia. O seu uso indiscriminado e sem discernimento pode até denunciar um déficit na Pastoral Litúrgica e uma necessidade de aprofundamento teológico dos elementos celebrativos. Tendo em vista as dificuldades que o tema comporta, faça-se o discernimento entre os agentes da Pastoral Litúrgica, clérigos e leigos, e especialistas na área em questão, de acordo com os seguintes critérios:

63 Cf. CNBB. *Guia litúrgico pastoral*, cap. 7.2.2.

64 Por aparatos técnicos e multimídias, designam-se caixas e mesas de som, microfones e pedestais, projetores, telões, televisores, computadores, iluminação e outros.

- a. As motivações que levam a optar pela introdução de aparatos técnicos na liturgia sejam de ordem pastoral e não meramente econômica;
- b. Que as soluções encontradas para o uso dos aparatos técnicos não se oponham à natureza e à linguagem da liturgia;
- c. Que essas soluções visem a colaborar com a liturgia em sua função mediadora do mistério de Cristo e não sejam meros modismos;
- d. Que o uso dos equipamentos técnicos sirva para reforçar os laços eclesiais e não para desagregar a comunidade no ato celebrativo.

91. A Catedral deve ser um espaço celebrativo exemplar. Ela serve de modelo para as futuras edificações e reformas. Cuide-se para que nesse espaço resplandeça o sentido exato da liturgia da Igreja, e para que ele manifeste, visivelmente, a Igreja local reunida, em torno do seu pastor.

5. Pastoral Litúrgica

*“Pois o zelo por tua casa me devorou [...]”
(Sl 69 [68], 10)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

92. A pastoral, atividade do pastor, é entendida a partir da missão de Jesus Cristo: “Eu sou o Bom Pastor... Eu dou minha vida por minhas ovelhas”⁶⁵. Sua atividade, contudo, não ficou a ele restrita. Após a ressurreição, Jesus comunicou aos seus discípulos a missão pastoral que eles teriam: “Apascenta minhas ovelhas”⁶⁶. O agir pastoral de Cristo se prolonga nas ações da Igreja, sobretudo na Liturgia, na qual se realiza a dádiva de sua vida. A Liturgia é a principal função pastoral da Igreja.

65 Jo 10,11.

66 Jo 21,16.

93. Somos todos convocados à missão pastoral confiada aos discípulos, à Igreja. Pelo sacramento da Ordem, os bispos são os primeiros responsáveis pela animação pastoral da Igreja Particular, em comunhão com os presbíteros e os diáconos. Essa missão ministerial da Igreja torna visível e sensível o pastoreio do único Pastor, que dá a vida por suas ovelhas e a dá em abundância⁶⁷. Os fiéis leigos, em íntima colaboração com os ministros ordenados, também prolongam a ação do Bom Pastor, à medida que promovem a vida nos diversos serviços pastorais e movimentos, e no testemunho em meio ao mundo, à sociedade e à cultura. Mas tanto os fiéis quanto os ministros ordenados encontram na Liturgia o lugar de se configurar ao Bom Pastor.

94. A Liturgia é a epifania de toda ação pastoral da Igreja. Nela, Jesus, o Pastor, reúne-se, sacramentalmente, com seu rebanho, a Igreja. “[...] A Liturgia é o cume para o qual tende a ação da Igreja e, ao mesmo tempo, é a fonte donde emana a sua força. Pois os trabalhos apostólicos se ordenam a isso: que todos, feitos pela fé e pelo Batismo filhos de Deus, juntos se reúnam, louvem a Deus no meio da Igreja, participem do sacrifício e comam a ceia do Senhor”⁶⁸.

95. Por manifestar, de modo privilegiado, a Igreja⁶⁹, a Liturgia é uma ação pastoral que se destaca entre as outras, pois associa a Cristo a vida dos cristãos, ministros e fiéis. Tudo o que experimentam, existencialmente, encontra eco na Liturgia. O próprio agir pastoral da Igreja encontra na Liturgia seu sentido e nela alcança seu acabamento. A Pastoral Litúrgica, elevando o esforço das demais pastorais, realiza a súplica eclesial: “que ele faça de nós uma oferenda perfeita”⁷⁰.

96. O serviço prestado pela Pastoral Litúrgica se concretiza na escuta, na oração e na comunhão com a vida, com a realidade, com as situações humanas e com a história. A Pastoral Litúrgica nos fortalece e nos impulsiona

67 Cf. Jo 10,10.

68 SC, n. 10.

69 Cf. SC, n. 2.

70 Oração eucarística III.

para a missão: “Dai-nos olhos para ver as necessidades e os sofrimentos de nossos irmãos e irmãs; inspirai-nos palavras e ações para confortar os desanimados e oprimidos; fazei que, a exemplo de Cristo e seguindo seu mandamento, nos empenhemos lealmente no serviço a eles”⁷¹.

B. Orientações Pastorais

97. A Pastoral Litúrgica “comporta uma adequada organização da vida litúrgica em todos os níveis eclesiais”⁷²: arquidiocesano, regional, forâneo, paroquial e comunitário. Ela se ocupa da preparação, realização e avaliação das celebrações, com a participação dos diversos ministérios que a compõem.

98. Todos os âmbitos de organização eclesial da Pastoral Litúrgica respondem aos contextos e desafios próprios. Contudo, é necessária a articulação com a Comissão Arquidiocesana de Liturgia (CAL), a fim de propiciar o sentido de comunhão da Pastoral Litúrgica, nesses âmbitos, confirmando os caminhos apontados pela Igreja Arquidiocesana para essa Pastoral.

99. Cabe à CAL oferecer formação integral e permanente, como fonte de fecundo intercâmbio entre presbíteros, membros da Pastoral Litúrgica e o povo, favorecendo o desenvolvimento harmonioso da vida litúrgica nas comunidades.

100. Haja, em cada paróquia, a Pastoral Litúrgica, que integra inúmeros ministérios (Leitores, Salmistas, Música Ritual, Acólitos, Animadores, Ministros Extraordinários da Comunhão Eucarística, Acolhida, Sacristão, Presidência, Ornamentação do Espaço Sagrado, Dança Ritual, etc.). A coordenação dessa Pastoral deve garantir a unidade entre esses ministérios.

101. Cuide-se da espiritualidade dos agentes da Pastoral Litúrgica, para que se formem no espírito de fraternidade, paciência, persistência, bom senso e sensibilidade. Incentive-se o seu aprofundamento no conhecimen-

71 Oração eucarística para as diversas circunstâncias VI-D.

72 CNBB, *Guia Litúrgico-pastoral*, Cap. X.

to da ciência litúrgica, especialmente, buscando uma visão mais ampla da Pastoral.

102. Os ministros da Pastoral Litúrgica devem exercer o seu ministério em espírito de comunhão, de diálogo e de serviço, manifestado pela capacidade de trabalho em grupo, pela dedicação e responsabilidade, e pela vontade de celebrar de forma autêntica, unida à vida e à realidade local. Quem serve bem, celebra melhor.

103. As celebrações de todos os sacramentos e sacramentais (celebração eucarística, celebração do batismo, unção dos enfermos, matrimônio, Palavra de Deus, exéquias, crisma, etc.) são de responsabilidade da Pastoral Litúrgica: ela as articula e promove, em comunhão com as demais pastorais envolvidas. Que se promova, sobretudo, no âmbito da Iniciação Cristã, a aproximação mais intensa entre Pastoral Litúrgica e a Catequese.

104. Evitem-se excessos na execução dos ritos, que, por si mesmos, já expressam o mistério celebrado. Não se deve esquecer de que, na celebração, a criatividade tem caráter acessório, e, quando introduzida, ela deve apontar e conduzir ao rito.

105. Sendo convidados para presidir em outras comunidades, os ministros ordenados respeitem o que foi preparado e organizado pela Pastoral Litúrgica, a não ser que tais iniciativas comprometam o sentido da fé. Em se tratando de costumes locais já sedimentados, mesmo que destoem da perspectiva litúrgica adotada neste Diretório, encaminhem-se as observações ao padre responsável pelo acompanhamento pastoral da comunidade e para a Pastoral Litúrgica, em particular.

106. A liturgia tem sua maneira própria de catequizar: é a mistagogia. Tal forma de catequese nasce do rito e se orienta para o Mistério Pascal de Cristo. É uma catequese orgânica e discreta, pois é situada no rito, atenta à vida da comunidade que celebra e ao caminho litúrgico que ela empreende. Ela tem lugar, sobretudo, na homilia e nas monições. Só em casos extremos, façam-se correções públicas, evitando sempre que possível as intervenções catequéticas interpostas no rito, pois quebram o clima celebrativo, geram reatividade e pouco colaboram com a Pastoral Litúrgica.

107. O rosto da comunidade, com toda a sua diversidade e riqueza, manifesta-se na assembleia litúrgica. A Pastoral Litúrgica deve garantir, em todas as celebrações, a expressão da fé de toda a comunidade celebrante. Cuide-se, portanto, para que as expressões próprias dos grupos, pastorais e movimentos, com espiritualidades específicas, não sejam introduzidas nas celebrações.

6. Os Ministérios Litúrgicos nas Comunidades

*“Eis que eu estou no meio de vós como aquele que serve”
(Lc 22,27c)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

108. Os ministros da Liturgia, homens e mulheres, membros do povo sacerdotal, estão a serviço da assembleia, para que melhor exerça o sacerdócio comum, por meio de uma participação plena, ativa e consciente. Eles atendem às necessidades das comunidades e são por elas reconhecidos.

109. Os ministérios litúrgicos manifestam a face de Deus, em Jesus Cristo, aquele que se inclinou, fazendo-se servo, ministro de todos, no oferecimento de sua vida, morte e ressurreição.

110. Os ministérios propriamente litúrgicos podem ser assim classificados:

- a. Ministérios reconhecidos: quando ligados a um serviço significativo para a comunidade, mas não tão permanentes, podendo não existir, quando variarem as circunstâncias.
- b. Ministérios confiados: quando conferidos por algum gesto litúrgico simples ou alguma forma canônica. É o caso dos ministérios extraordinários da comunhão e do Batismo; e de outros ministérios (músicos, instrumentistas, sacristãos, animadores, decoradores, entre outros).
- c. Ministérios instituídos: quando a função é conferida pela Igreja através de um rito litúrgico chamado “instituição”: leitorato e acolitato.

- d. Ministérios ordenados: quando o carisma é, ao mesmo tempo, reconhecido e conferido através do sacramento da Ordem: episcopado, presbiterato e diaconato.

111. O envolvimento da comunidade na indicação de seus ministros recupera a dinâmica da Igreja primitiva, de participação da comunidade nas responsabilidades do ministério apostólico. A indicação clara de leigos e de leigas para assumir responsabilidades eclesiais ajuda a superar uma mentalidade centralizadora do serviço eclesial.

B. Orientações Pastorais

112. Dar a devida importância ao ministério dos leigos, estimulando a participação de outros nos diferentes serviços.

113. Fazer crescer e efetivar a participação e indispensável colaboração dos ministros leigos, desenvolvendo neles a consciência de que são, primeiramente, servidores.

114. Os ministérios não instituídos devem ser introduzidos segundo o seu específico mandato, por um tempo determinado ou segundo as reais exigências da comunidade que celebra.

115. Incentivar a vivência espiritual dos ministérios litúrgicos em todas as dimensões cristãs: ética, profética, libertadora, social e comunitária.

116. O agir ministerial deve estar em sintonia com o agir eclesial, que se manifesta concretamente na Igreja particular e nas comunidades paroquiais. Nesse sentido, as orientações arquidiocesanas devem encontrar eco nas paróquias e comunidades.

117. Os ministros devem ser formados com a devida atenção aos aspectos funcionais do rito, a partir de um sólido aprofundamento bíblico-teológico.

118. Pela própria natureza simbólica da Liturgia, os ministérios devem ser valorizados nas celebrações. Por exemplo, onde for possível, que se reserve

lugar para os ministros leitores, salmistas, ministros extraordinários da comunhão eucarística e animadores da celebração, junto àquele que preside, a fim de manifestar a diversidade de funções e de membros do único Corpo de Cristo⁷³.

119. As vestes litúrgicas sejam assumidas como sinal que designa o serviço de Cristo, mediante a atuação ministerial dos fiéis. Essas vestes indicam que as pessoas foram revestidas de Cristo para servir a assembleia, por essa razão, não devem ser utilizadas como distintivo, em termos de dignidade hierárquica. Também não sejam recusadas, tendo como desculpa a clericalização dos leigos, que é um fenômeno ligado mais às atitudes do que às vestes. Essas devem, ainda, distinguir-se das vestimentas civis.

73 Cf. CNBB. *Doc. 43*, n. 239.

Diretório Pastoral
Litúrgico-Sacramental

Volume VII

Capítulo III

Sacramentos

Capítulo III

Sacramentos

1. Sacramentos da Iniciação cristã

1.1. Batismo

“Acaso ignorais que todos nós, batizados no Cristo Jesus, é na sua morte que fomos batizados? Pelo batismo fomos sepultados com ele em sua morte, para que, como Cristo foi ressuscitado dos mortos pela ação gloriosa do Pai, assim também nós vivamos uma vida nova. Pois, se fomos, de certo modo, identificados a ele por uma morte semelhante à sua, seremos semelhantes a ele também pela ressurreição”

(Rm 6,3-5)

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

120. O sacramento do Batismo tem seu fundamento na orientação de Jesus aos seus discípulos. Nos evangelhos de Mateus e Marcos, o Mestre determina que os discípulos espalhem-se pelo mundo, fazendo discípulos e discípulas, pelo anúncio do evangelho e pelo Batismo⁷⁴.

121. O Batismo está inseparavelmente ligado à missão de Cristo e, por isso, da Igreja. Como primeiro sacramento da vida cristã, ele é porta de entrada para a pertença à comunidade dos discípulos e discípulas de Jesus.

122. O Batismo é sacramento pascal: mergulho na morte de Cristo e participação na sua ressurreição. A vida cristã está iluminada e orientada pela Páscoa de Jesus, da qual nasce o sentido da esperança na ressurreição. O sacramento significa e realiza a graça e o amor de Deus, na comunhão da Trindade, a comunidade do verdadeiro e inesgotável amor.

74 Cf. Mt 28, 16-20; Mc 16, 14-18.

123. Pelo Batismo, morre a velha humanidade e renasce a nova, em Jesus Cristo. Mergulhado nas águas, o cristão deixa para trás tudo o que significa morte e pecado e ressurge pelo sopro do Espírito.

124. O Batismo torna todos os batizados um só, em Cristo: “Não há mais judeu ou grego, escravo ou livre, homem ou mulher...”⁷⁵. O empenho ecumênico e o reconhecimento da fraternidade entre os cristãos estão enraizados “no reconhecimento do único Batismo e na conseqüente exigência de que Deus seja glorificado na sua obra”⁷⁶. É o sacramento que une todos os cristãos. “O significado eclesial do Batismo é o elemento primário que vincula as nossas diferentes tradições. Urge [...] intensificar o diálogo que nos possibilita o reencontro na unidade batismal”⁷⁷.

B. Orientações Pastorais

Admissão ao batismo

125. A condição essencial para admitir ao batismo é o desejo e a disposição de trilhar o caminho da fé. No caso de uma criança é o desejo dos pais ou daqueles lhes fazem as vezes, e o compromisso da família, ou do (a) responsável pela mesma, de viver e educá-la na fé cristã⁷⁸. Quando ocorrer de pais não católicos pedirem o batismo para seus filhos, é imprescindível haver, nas pessoas dos padrinhos ou de outros membros da família e da comunidade, real possibilidade de acompanhar a vida e a educação cristã da criança. Caso isso não ocorra, o batismo pode ser adiado, avisando-se aos pais o motivo.

126. É preciso tornar o batismo acessível aos que o procuram, mesmo que as motivações não sejam eclesiologicamente suficientes. A sensibilidade pastoral deve enxergar, através dessas motivações, a possibilidade de oferecer uma experiência mais plena de significados sobre a riqueza do batismo.

75 Cf. Gl 2,20; Rm 8,10-11;13,7-8.

76 JOÃO PAULO II, Papa. Carta Encíclica sobre o Empenho Ecumênico *Ut Unum Sint*, 1995, n. 42.

77 Documento Final do I Encontro Nacional de Líderes de Igrejas, CONIC, Guarulhos (SP), 2007.

78 Cf. CDC, cânn. 864;865;866;868

127. Considerando as exigências da Pastoral Urbana, cujo vínculo paroquial não se dá apenas territorialmente, mas também por escolha, são dispensadas as autorizações ou transferências para o batismo. Se a paróquia de outra diocese o exigir, o pároco deve concedê-la na forma de uma declaração.

Preparação

128. As famílias que pedem o batismo para seus filhos sejam cordialmente atendidas e bem orientadas sobre a preparação para o sacramento.

129. A preparação de pais e padrinhos para o batismo é vista como verdadeira catequese, inserida no horizonte dos sacramentos de iniciação. Por isso, os catequistas de preparação ao batismo devem se empenhar em participar das iniciativas propostas pela Comissão Arquidiocesana Bíblico-catequética.

130. A criança que tem sete anos e ainda não foi batizada, seja encaminhada para os encontros de Catequese de sua paróquia, em preparação para a recepção dos sacramentos do batismo e da eucaristia.

131. Os pais e padrinhos, em vista da responsabilidade que vão assumir, deverão participar, com antecedência, do itinerário mistagógico de preparação para o batismo, a cargo da equipe de catequese batismal, evitando, com isso, preparações no mesmo dia da celebração. Apela-se ao bom senso dos pastores e dos catequistas, para que avaliem a necessidade dos envolvidos (pais e padrinhos) participarem ou não da totalidade do itinerário, caso tenham participado recentemente.

132. Consideram-se, antecipadamente, preparados os pais e/ou padrinhos que participam de maneira contínua nas atividades pastorais da Paróquia, cabendo ao pároco ou administrador paroquial o discernimento a esse respeito, ouvindo os catequistas de preparação ao batismo.

133. A catequese batismal deve ser composta por catequistas bem preparados, sensíveis ao significado teológico e pastoral do batismo e da riqueza de seu rito.

134. A catequese batismal tem por objetivo formar discípulos de Jesus Cristo, membros vivos na Igreja, participantes da sua vocação e missão. No caso de batismo de crianças, os responsáveis diretos e imediatos são os pais; no caso de batismo de adultos, eles mesmos devem ser responsáveis pelo cumprimento das etapas de catecumenato.

135. As equipes de catequese batismal devem atuar em sintonia com a Pastoral Familiar.

136. A catequese batismal não é somente preparação imediata ao sacramento, mas também caminho de inserção da família na participação comunitária. Para isso, recorra-se aos subsídios oferecidos pela Comissão Arquidiocesana Bíblico-catequética.

137. As foranias devem promover, ao menos uma vez por ano, troca de experiências ou assembleias com as equipes paroquiais de catequese batismal, para fortalecer a convicção nessa ação catequética, e proporcionar o intercâmbio de suas dinâmicas, conteúdos e metodologias.

138. Conforme recomenda o Diretório Nacional de Catequese, a catequese do Batismo deve buscar no processo catecumenal a inspiração para o seu agir iniciático⁷⁹.

139. A Arquidiocese oferece um Itinerário Mistagógico de Preparação para o Batismo com os seguintes passos:

1º Passo

- a) Em cada paróquia e comunidade, a Pastoral da Criança (ou outra pastoral ou movimento afim) procura saber quem são as gestantes e as orientam e motivam aos cuidados básicos de atenção à saúde dela e da criança; motivam a ida ao posto de saúde para o “pré-natal”. E, se possível, acompanham-na no pós-parto, nos primeiros cuidados à criança. Isso faz parte da missão evangelizadora.

79 Cf. CNBB, *Diretório Nacional da Catequese*, Doc. 84, n. 4

- b) *Primeiro contato com a paróquia, onde será celebrado o batismo, manifestando o desejo de batizar a criança:* em cada paróquia, as/os mães/ pais/ responsáveis, quando for agendar a data e horário do batizado, entrega os documentos exigidos na secretaria e faz o agendamento da visita dos catequistas à casa das/dos mães/ pais/ responsáveis, no mínimo 2 meses antes da data pretendida. (Nos casos das igrejas mais procuradas, esse prazo deve ser mais extenso).
- c) *Visita dos catequistas à casa das/dos mães/ pais/ responsáveis:* a primeira conversa se desenvolverá em tempo necessário, discernido segundo as circunstâncias, em clima de acolhida. Deve partir de perguntas elementares: quem é a família, quem é o responsável pela criança que será batizada, o que pedem à Igreja, escutando a história da vida e da fé deles. A missão dos catequistas é a de ouvi-los, valorizá-los em seu desejo e escolha e de orientá-los sobre o caminho a que são chamados a percorrer para educar as crianças na fé e na comunidade cristã. Ouvir deles as expectativas sobre a catequese que farão. Mediante a boa escuta, a equipe de catequistas já perceberá quais serão as orientações necessárias ao/s responsável/eis pela criança que será batizada. Entregar um roteiro de oração a ser rezado por mães/pais/responsáveis, padrinhos, familiares e outras pessoas da comunidade, oferecido pela Arquidiocese.

2º Passo

"Itinerário Mistagógico de Preparação para o Batismo" – 3 encontros na casa da mãe/do pai/do responsável, com os padrinhos e familiares: a mãe/o pai/o responsável, padrinhos, familiares e outras pessoas da comunidade (seria importante articular os grupos de círculos bíblicos para rezar junto com as famílias) se reunirão na casa da criança para rezar o "sentido do batismo cristão", a partir de um roteiro em forma de "tríduo batismal".

3º Passo

Encontro Mistagógico Comunitário: encontro paroquial (duração de uma manhã, tarde ou noite, com as mães/os pais/os responsáveis e padrinhos das crianças que serão batizadas) sobre a celebração litúrgica do batismo (conteúdo, rito), contemplando também outros aspectos da vida cristã e do seguimento de Jesus Cristo. Fazer as indicações cerimoniais próprias da paróquia, de acordo com este Diretório Pastoral Litúrgico-Sacramental (importante motivar a beleza e a sobriedade). O encontro será organizado pelas paróquias, de preferência, com a presença dos párocos e demais catequistas.

4º Passo

Conclusão do processo da catequese batismal:

- a) Marcar a “apresentação das crianças” à comunidade, para a celebração, no domingo anterior à data do batizado.
- b) Entregar, neste dia, às mães/aos pais/aos responsáveis e padrinhos, o Pai-Nosso. A oração poderia estar em uma singela moldura.

5º Passo

Celebração do batismo: A comunidade cristã, em clima de festa, acolhe as mães/os pais/os responsáveis e as crianças para a celebração do batismo. É um momento em que as crianças entrarão, definitivamente, para a família cristã ao morrerem e ressuscitarem com Cristo no batismo.

Há possibilidade de se realizar o Batismo, em etapas, de acordo com o Ritual do Batismo de Crianças, inspirado no itinerário catecumenal proposto pelo RICA.

6º Passo

Após o Batismo, a comunidade visita os recém-batizados e seus familiares:

- a) Visita e oração com a mãe/o pai/o responsável e o recém-batizado, nos primeiros 3 meses, após a celebração do batismo (de preferência, por quem acompanhou a catequese). A comunidade poderia propor a entrega da “Lembrança do Batismo” à mãe/ao pai/ao responsável.
- b) Enviar convites para celebrações na paróquia/ comunidade, sobretudo: Semana Santa, Páscoa, Natal, Batismo do Senhor, Festa da Sagrada Família, Semana da Família, etc. Enviar periódico do informativo paroquial, caso a paróquia possua.

Engajamento missionário na paróquia da qual a mãe/o pai/o responsável e a criança fazem parte:

- a) Convidar e motivar as mães/os pais/os responsáveis a inscreverem e acompanharem as crianças nos encontros de catequese, sobretudo, para a Eucaristia e Confirmação, na comunidade e paróquia, e a participarem do dia a dia da comunidade de fé.
- b) Convidar e motivar as mães/os pais/os responsáveis aos trabalhos pastorais e missionários da Igreja e, do mesmo modo, ao engajamento nas várias instâncias da sociedade, em vistas do bem comum. Seu testemunho será fundamental para a caminhada cristã dos futuros jovens e adultos.

Pais, responsáveis e padrinhos

141. A caridade pastoral exige que as crianças sejam bem acolhidas, sem exceção: os filhos de mães solteiras, de pais separados ou divorciados, de casais em novas uniões, de parceiros homoafetivos. Essas crianças não podem ser discriminadas, nem seus pais ou responsáveis. Que lhes sejam garantidos, conforme orientado acima, a preparação adequada e o ambiente favoráveis para a educação na fé.

142. Para que alguém seja admitido para assumir a missão de padrinho, é necessário: ser escolhido pelo próprio batizando, por seus pais ou por quem lhes faz as vezes; ter no mínimo dezesseis anos de idade; ser católico e já ter participado do sacramento da Eucaristia e, preferencialmente, participe da vida eclesial; quem for batizado e pertencer a uma comunidade eclesial não católica, só seja admitido junto com um padrinho católico, na condição de testemunha do batismo.

Celebração

143. A celebração do batismo é um marcante acontecimento de fé. Deve ser solene, piedosa e bem participada. A celebração do batismo seja feita, preferencialmente, no domingo⁸⁰. O lugar próprio para a celebração deve ser a comunidade de fé. Aos adultos deve ser dada a possibilidade de serem batizados na Vigília Pascal.

144. Não se celebra o batismo em casas, apartamentos, sítios, clubes ou capelas particulares, sem a devida permissão do bispo.

Batismo de Adultos

145. O batismo conferido a um adulto deve ser desejado por ele, como porta de ingresso à fé e à comunidade cristã, e não em vista de outro sacramento, como o matrimônio, por exemplo.

80 Ibidem.

146. As paróquias e comunidades devem organizar um catecumenato que atenda, prioritariamente, a jovens e adultos, fazendo crescer a consciência da filiação divina, o seguimento de Jesus de Cristo, como cristãos, e o consequente compromisso ético e moral da conduta própria dessa dignidade. A profundidade e a riqueza do tempo da quaresma devem ser valorizadas, para tanto.

147. Os adultos serão admitidos ao batismo, após catecumenato e vivência na comunidade paroquial. Devem manifestar sua vontade de receber o batismo, estar conscientes das obrigações cristãs que assumem, e se sentindo convictos ao arrependimento de seus pecados. Sigam-se as orientações do Ritual de Iniciação Cristã de Adultos (RICA).

148. A iniciação cristã dos adultos é ocasião de experimentar e fortalecer a unidade dos sacramentos: Batismo, Crisma e Eucaristia. Tal unidade, assegurada pelo Magistério, manifesta-se concretamente na realização dos três sacramentos na Vigília Pascal. Esta premissa é facultada aos párocos, conforme reza o RICA⁸¹.

149. Celebrada o Batismo, que sejam feitas, com presteza e com toda a diligência, as devidas anotações nos livros paroquiais destinados a esse fim.

Batismo de outras Igrejas

150. Dependendo da denominação cristã, na qual o cristão foi batizado, não se repete o batismo, sequer, sob condição. Considera-se válido o batismo das seguintes Igrejas não católicas:

- a. Igrejas Orientais, com alguma comunhão com a Igreja Católica Romana;
- b. Igrejas vétero-católicas;
- c. Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (Anglicanos) e todas as Igrejas que formam a Comunhão Anglicana;

81 Cf. RICA nn. 46; 228. O CDC, cân. 863, sugere que deve haver uma comunicação entre o pároco e o bispo. Tal comunicação não invalida a prerrogativa dada na vigília pascal.

- d. Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e todas as Igrejas que se integram na Federação Luterana Mundial;
- e. Igreja Evangélica Luterana no Brasil (IELB);
- f. Igreja Metodista e todas as Igrejas que pertencem ao Conselho Metodista Mundial.

151. Há diversas Igrejas, em relação às quais não se justifica nenhuma reserva quanto ao rito batismal prescrito. Contudo, devido à concepção teológica que têm do batismo, alguns de seus pastores não manifestam sempre urgência em batizar seus fiéis ou em seguir exatamente o rito batismal prescrito. Também nesses casos, quando há garantia de que a pessoa foi batizada segundo o rito prescrito por essas Igrejas, não se pode rebatizar, nem sob condição. Essas Igrejas são:

- a. Igrejas Presbiterianas;
- b. Igrejas Batistas;
- c. Igrejas Congregacionistas;
- d. Igrejas Adventistas;
- e. A maioria das Igrejas Pentecostais (Assembleia de Deus, Congregação Cristã do Brasil, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus é Amor, Igreja Evangélica Pentecostal “O Brasil para Cristo”);
- f. Exército da Salvação - este grupo não costuma batizar, mas, quando o faz, realiza de modo válido quanto ao rito.

152. Há Igrejas de cujo batismo se pode prudentemente duvidar e, por essa razão, como norma geral, requerer-se a administração de um novo batismo, sob condição. Tais Igrejas são:

- a. Igreja Pentecostal Unida do Brasil (esta Igreja batiza apenas “em nome do Senhor Jesus” e não em nome da SS. Trindade);
- b. Congregação Cristã no Brasil;
- c. “Igrejas Brasileiras” – em dezenas de grupos diferentes;

- d. Mórmons - negam a divindade de Cristo, no sentido autêntico, e, conseqüentemente, o seu papel redentor;

153. Com certeza batizam invalidamente:

- a. Testemunhas de Jeová - negam a fé na Trindade;
- b. Ciência Cristã;
- c. Certos grupos não propriamente cristãos, como a Umbanda, que praticam ritos denominados "batismo", mas que se afastam da prática católica⁸².

1.2. Crisma

*"Foi Deus quem imprimiu em nós a sua marca e nos deu como garantia o Espírito derramado em nossos corações"
(2Cor 1,22)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

154. O sacramento da Crisma ou da Confirmação situa-se no contexto da Iniciação Cristã. Os batizados são incorporados a Cristo, e, ao serem crismados, recebem o Espírito Santo que o Senhor enviou sobre os apóstolos no dia de Pentecostes⁸³, e são chamados a ser apóstolos de Jesus, seus discípulos e missionários.

155. No Antigo Testamento, o Espírito de Deus que "pairava sobre as águas"⁸⁴, fez-se presente na vida dos juizes, para que pudessem cumprir sua missão libertadora diante do povo; atuou nos reis, acompanhando-os

82 Cf. CNBB, *Guia Ecumênico*, Estudo 21.

83 Cf. PAULO VI, Papa. *Constituição Apostólica sobre o Sacramento da Confirmação*, 1971, n.1.

84 Gn 1,2.

para que realizassem reta e justamente a sua missão⁸⁵; atuou nos profetas, ajudando-os a perder o medo e levou-os a falar em nome de Deus⁸⁶.

156. A ação do Espírito aparece como uma promessa e dom universal. O que se refere individualmente ao rei messiânico, ao Servo do Senhor, bem como a todo o povo de Deus: "Derramarei a água na terra seca, ribeirões no terreno ressecado, derramarei meu Espírito nos teus descendentes, minha bênção em teus rebentos. E eles crescerão como salgueiros ao longo dos córregos"⁸⁷.

157. O Novo Testamento nos revela a pessoa de Cristo pleno do Espírito Santo. Em sua missão atua movido pelo Espírito Santo, que o unge⁸⁸, que o conduz ao deserto⁸⁹, que o faz pregar⁹⁰, libertar os oprimidos pelo mal⁹¹ e realizar os milagres⁹², como algo permanente. Não se trata de algo que lhe vem de fora, mas que está nele; é seu próprio Espírito.

158. No evangelho de João, Jesus sopra sobre os discípulos e eles recebem o Espírito Santo prometido⁹³. Outros textos evangélicos fazem referência ao dom do Espírito Santo como marca dos confirmados no amor de Deus⁹⁴.

159. Há, no relato de Pentecostes⁹⁵, vários sinais do derramamento do Espírito Santo sobre a comunidade reunida: trovão, vento, línguas como de fogo⁹⁶. O grande efeito da presença do Espírito é a coragem que se apodera

85 Cf. 1Sm 16, 13.

86 Cf. Am 3, 8.

87 Is 44, 3-4.

88 Cf. Lc 4, 18.

89 Cf. Lc 4, 1.

90 Cf. Lc 4, 14.

91 Cf. Mt 12, 28.

92 Cf. Lc 4, 18.

93 Cf. Jo 20, 22.

94 Cf. Mc 13, 11; Lc 12, 12; Jo 7, 39.

95 Cf. At 2, 1-11.

96 Cf. At 2, 1-4; 8, 15; 19, 6.

dos discípulos no cumprimento do mandato missionário de Jesus. A organização das primeiras comunidades cristãs é conduzida e fortalecida pela ação do Espírito Santo. Ainda no Livro dos Atos, encontramos referências à efusão do Espírito sobre todos que, crendo na pregação dos Apóstolos, eram batizados⁹⁷.

160. A unção do crisma confere ao batizado o tríplice múnus: povo de reis, sacerdotes e profetas, com a seguinte fórmula: “Pelo batismo, Deus todo-poderoso libertou-vos do pecado e vos fez renascer pela água e pelo Espírito Santo. Agora fazeis parte de seu povo. Que ele vos consagre com o óleo santo para que, membros de Cristo, sacerdote, profeta e rei, continueis no seu povo até a vida eterna”.

161. Afirmar que os batizados recebem o Espírito Santo na Crisma, não significa dizer que ainda não o tenham desde o Batismo. O que é dado no Batismo recebe confirmação na Crisma, selando o que no primeiro sacramento foi realizado. A Crisma é a epifania do Espírito na Iniciação Cristã.

162. O sacramento da Crisma deve ser compreendido no horizonte da Iniciação Cristã. No Batismo, o Espírito age em vista da incorporação a Cristo, da remissão dos pecados, da participação na sua páscoa e em vista da filiação divina. Na Crisma, o Dom do Espírito é conferido em vista da configuração ao Senhor, levando o Corpo de Cristo à plenitude e habilitando o fiel à oblação de Cristo, que na Eucaristia encontra sua maior expressão. Os três sacramentos se complementam, e se implicam de tal modo que um exige e reclama o outro⁹⁸.

B. Orientações Pastorais

163. A Crisma, sacramento da iniciação cristã, deve ser destacada como passo importante para a inserção do crismado na comunidade. Sua preparação é verdadeira catequese iniciática à vida cristã. Que o *Ritual de Ini-*

97 Cf. At 8, 17.

98 RICA, nn. 1-2.

*ciação Cristã de Adultos (RICA) seja valorizado como inspiração e referência primordial para o itinerário catequético dos crismandos*⁹⁹.

164. A catequese crismal seja concebida e organizada em comunhão com a Comissão Arquidiocesana Bíblico-Catequética. Os catequistas de crisma devem trabalhar de modo integrado com os catequistas de batismo e de eucaristia.

165. Cabe aos Pastores – ministros ordenados – orientar e insistir para que todos os batizados sejam crismados¹⁰⁰, considerando o grande número de cristãos adultos não crismados. É importante aprofundar as razões dessa necessidade de ser crismado, pelo diálogo e pela catequese, considerando as motivações que são apresentadas.

166. Que se explicita aos crismandos o sentido espiritual e teológico dos ritos que serão celebrados. Na preparação, os crismandos devem tomar conhecimento da Liturgia da Crisma, para que participem da celebração, e respondam convictamente às exortações do presidente.

167. A unção na frente seja generosa e não mínima. Que as palavras do presidente, “Recebe, por este sinal, o Espírito Santo, dom de Deus”, e o “Amém” do crismando sejam claramente pronunciados. Não se enxuga a testa dos crismados.

168. Os bispos auxiliares, o vigário geral, os vigários episcopais e os bispos eméritos, residentes na Arquidiocese, têm delegação para administrar a Crisma. Quando julgar necessário, o arcebispo poderá delegar outros presbíteros para o administrarem. Na Vigília Pascal, o pároco tem a faculdade de iniciar os catecúmenos¹⁰¹, portanto ele preside o batismo, a crisma e a primeira eucaristia.

99 “[...] é a inspiração catecumenal que deve iluminar qualquer processo catequético”. DNC, n. 4.4.

100 Cf. CDC, cân 890.

101 RICA, n. 228.

169. A Crisma deve, preferencialmente, ser administrada dentro da celebração eucarística, expressando assim a participação e inserção do crismando na Igreja Particular. A celebração deve ser preparada segundo as orientações da Pastoral Litúrgica, em comunhão com a Pastoral Catequética e os rituais específicos. Os cantos devem ser escolhidos do repertório litúrgico.

170. Os catequistas de Crisma devem ser pessoas maduras, com boa formação humana, teológica, espiritual e pedagógica, engajadas na vida da Igreja, conhecedoras do sentido e do valor da Crisma, em vista da fecunda missão apostólica.

171. A celebração da Crisma deve ser realizada com simplicidade. Quando o grupo de crismandos for muito numeroso, é conveniente organizar duas ou mais celebrações. Evitem-se celebrações demoradas. As criatividade sejam harmonizadas com o sentido do rito. Os possíveis agradecimentos sejam feitos nos ritos finais, evitando-se o tom de homenagem.

172. O vínculo ritual da Confirmação com o sacramento do Batismo pode ser resgatado, através da inclusão do rito de aspersão no lugar do ato penitencial, além da renovação das promessas batismais, que já é realizada.

173. Cada crismando deve escolher um padrinho ou madrinha ou, um casal de padrinhos. Podem ser os mesmos padrinhos de Batismo. Os candidatos à Crisma devem ser orientados a escolher uma pessoa de vivência cristã, já crismada.

174. Celebrada a Crisma, que sejam feitas, com presteza e com toda a diligência, as devidas anotações nos livros paroquiais destinados a esse fim.

175. Proporcionar ao crismado a consciência e o aprofundamento sobre a importância e a necessidade de sua presença e participação na comunidade eclesial e sobre seu testemunho cristão na sociedade, razão de muitas e grandes alegrias na vida, bem como de renúncias e rupturas. Garantir o devido acolhimento do confirmado nas comunidades cristãs, atingindo o sentido de sacramento da Iniciação Cristã e passo de integração do discípulo à vida eclesial.

176. A importância do sacramento da Crisma exige uma preparação de ao menos um ano. A inspiração catecumenal abre perspectivas para a valorização do itinerário que faz cada catequizando. Estabeleça-se relação entre o tempo de catequese com a maturidade que o candidato apresenta nessa caminhada. O foco da iniciação deve ser a adesão a Jesus Cristo na comunidade de fé, mais que o tempo preestabelecido.

1.3. Eucaristia

*“Fazei isto em memória de mim”
(1Cor 11,24-25)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

177. Na Eucaristia está condensada, em palavras e gestos, toda a fé da Igreja. O Concílio Vaticano II define o sacrifício Eucarístico como fonte e ápice de toda a vida cristã¹⁰². Ensina São João Paulo II: “A Igreja vive da Eucaristia. Esta verdade não exprime apenas uma experiência diária de fé, mas contém em síntese o próprio núcleo do mistério da Igreja. Do mistério pascal nasce a Igreja”¹⁰³.

178. A Eucaristia celebra o memorial do mistério pascal de Cristo, sob o sinal do pão e do vinho dados em refeição, em ação de graças e súplica¹⁰⁴. Esse mistério vem expresso na aclamação memorial¹⁰⁵: “Anunciamos, Senhor, a vossa morte e proclamamos a vossa ressurreição! Vinde, Senhor Jesus!”¹⁰⁶. A Eucaristia, ação de Cristo Ressuscitado na força do Espírito Santo e atualização memorial de sua entrega e de sua glorificação, torna os

102 Cf. SC, n. 10.

103 EE, n. 1.

104 Cf. CNBB. *A Eucaristia na vida da Igreja*. Col. Estudos da CNBB 89, São Paulo: Paulus, p. 102.

105 “Anámnesis”, no grego, significa “recordação, comemoração”. Esta aclamação, juntamente com a anamnese que se lhe segue, expressa que na Eucaristia se realiza o que Cristo ordenou na última ceia: o memorial de seu mistério pascal.

106 EE 18: “A aclamação do povo depois da consagração exprime a “tensão escatológica que caracteriza a celebração eucarística. [...] Tensão para a meta, antegozo da alegria plena prometida por Cristo; de certa forma, é antecipação do Paraíso, penhor da glória futura”.

discípulos e discípulas participantes do mistério de Cristo, em comunhão com o Pai, na expectativa da plena realização do Reino de Deus.

179. O sacramento da Eucaristia é um “testamento”, uma herança do Cristo: “fazei isto em memória de mim”¹⁰⁷. Trata-se de fazer o que Jesus fez ao reunir os discípulos para uma ceia. Ele seguiu o ritual da ceia pascal judaica¹⁰⁸ e, com suas palavras, deu-lhe novo sentido¹⁰⁹. Na celebração eucarística fazemos o que Jesus fez nessa ceia derradeira: “tomou o pão” (preparação dos dons), “pronunciou a bênção de ação de graças” (oração eucarística ou anáfora), “partiu o pão” (fração do pão) “e o deu a seus discípulos” (comunhão). Desde então e até o fim dos séculos, a Igreja edifica-se através da comunhão sacramental com o Filho de Deus imolado por nós¹¹⁰.

180. A Eucaristia é o sacramento da unidade¹¹¹. A Igreja faz (celebra) a Eucaristia e a Eucaristia faz (reúne, forma, realiza) a Igreja. Na oração eucarística rememora-se a ação salvífica de Deus em Cristo, no Espírito Santo. Suplica-se que o Pai envie seu Espírito, para que, transformando o pão e o vinho no corpo sacramental de Cristo, transforme a assembleia no corpo eclesial do Ressuscitado¹¹².

181. A Eucaristia é sacramento da nova e eterna Aliança que une aqueles que dela participam, para que todos sejam um só povo no amor de Cristo.

182. A mútua relação entre liturgia e vida se torna clara quando compreendemos a Eucaristia como serviço: ela é cumprimento do amor de Cristo, que se fez refeição para saciar a fome do mundo, e se inclinou para lavar os pés dos irmãos. É fundamental vivermos esse amor no serviço, sobretudo, aos pobres e marginalizados, como vivência do Lava-pés (cf. Jo 13,1-20).

107 1Cor 11, 24-25.

108 Cf. Ex 12; Ex 3, 7-10; Dt 6, 23; Dt 16, 1-8.

109 Cf. 1Cor 11, 23-26; Mt 26, 17-19.26-29; Mc 14, 12-16.22-25; Lc 22,7-20.

110 Cf. EE, n. 21.

111 Cf. CIC, nn. 1396-1398.

112 Cf. CNBB, *A Eucaristia na vida da Igreja*. Col. Estudos da CNBB, no. 89. São Paulo: Paulus, 2005, p. 103.

183. A Eucaristia congrega a comunidade e a renova para enviá-la ao mundo, por meio de um gesto profético de compromisso eclesial, ético e social, na busca pela justiça do Reino. “A união com Cristo, que se realiza no sacramento, habilita-nos também a uma novidade de relações sociais: a ‘mística’ do sacramento tem um caráter social, porque [...] a união com Cristo é, ao mesmo tempo, união com todos os outros aos quais Ele Se entrega”¹¹³.

184. O domingo resplende como dia especial por causa da celebração eucarística, pois “segundo a experiência cristã é, sobretudo, uma festa pascal, totalmente iluminada pela glória de Cristo Ressuscitado. É a celebração da ‘nova criação’”¹¹⁴.

B. Orientações Pastorais

Gerais

185. É importante possibilitar a vivência integral da Eucaristia como memorial do mistério pascal, para se atingir uma melhor compreensão e experiência dos ritos e de sua mística. Reconhecer e experimentar a celebração da Eucaristia como fonte primeira e última de espiritualidade, sustento na participação da vida eclesial e no testemunho da vivência cristã.

186. Promover a interação entre Liturgia e catequese. A Liturgia, com seu conjunto de sinais, requer da catequese uma iniciação para sua compreensão. A catequese inicia os catecúmenos e catequizandos nos sinais e símbolos litúrgicos, para conduzi-los à participação do mistério pascal.

187. A educação eucarística das crianças, também concebida como uma iniciação, deve ser assim encaminhada: “feita de oração, fé, festa, alegria, louvor, canto..., de modo que aos poucos as crianças vão entrando consciente e ativamente na comunidade celebrante. Por isso, a iniciação deve ser feita a partir precisamente dos ritos e textos da Eucaristia”¹¹⁵. A celebra-

113 SCa, n. 89.

114 DD, n. 8.

115 ALDAZÁBAL, José. *Celebrar a eucaristia com crianças*. São Paulo: Paulinas, 2008, p. 13.

ção eucarística com as crianças é um meio eficiente das crianças assimilarem sua pertença progressiva na vida da Igreja. Seja observado o Diretório para Missa com Crianças, onde podem ser encontradas sugestões para o seu melhor desenvolvimento. Lembre-se sempre que “a meta da educação eucarística não é a missa própria com as crianças, mas a Missa da Comunidade”¹¹⁶.

188. Quanto à ação litúrgica-ministerial, é preciso observar que alguns ministérios não devem ser confiados às crianças em uma celebração eucarística paroquial, o que é diferente na missa em que as crianças são praticamente as únicas que participam. No entanto, há possibilidade de as crianças auxiliarem em alguns ministérios na missa paroquial, como, por exemplo, na entrega dos dons na apresentação das ofertas (o que as integram, momentaneamente, à equipe de liturgia), ou na execução de algum canto, como o da apresentação das ofertas ou da comunhão.

189. Cuidar para que a celebração da Eucaristia não se transforme em espetáculo, obscurecendo a centralidade de Cristo e seu mistério pascal, com motivações pastorais subjetivistas, ou restritas à espiritualidade de um grupo eclesial particular.

190. As missas pelos fiéis defuntos, comemorações, bodas e aniversários de pessoas ou grupos devem ser realizadas, preferencialmente, nas celebrações da comunidade. Os motivos que levam os fiéis a procurarem a Igreja, para celebrar em intenções especiais devem ser remetidos pastoralmente ao mistério pascal de Cristo.

191. Quando houver pedido de celebração da missa, por ocasião de formatura, pondere-se sobre a sua viabilidade, oferecendo possibilidade de outras celebrações litúrgicas, tais como bênção, ofício divino ou celebração da Palavra. De qualquer modo, essa celebração seja sempre combinada com a equipe de Pastoral Litúrgica, quanto à preparação. Preferencialmente, haja um encontro prévio do presidente da celebração com os estudantes, tornando a ocasião uma oportunidade de evangelização. Esclareça-se

116 Ibidem, p. 14.

que a participação de firmas de cerimonial está sempre sujeita às orientações da paróquia.

192. A celebração da iniciação eucarística, comumente chamada de “primeira eucaristia”, não deve ser transformada em festa puramente social, com gastos excessivos e ostentação com os preparativos e a realização da celebração.

193. Respeite-se a orientação da Congregação para a Doutrina da Fé: “Não se devem inserir orações de cura, litúrgicas ou não litúrgicas, na Celebração da Eucaristia, dos sacramentos e da Liturgia das Horas” (Cf. Instrução acerca das orações para obter de Deus a cura, de 14.02.2000, Art. 7 § 1). Por isso, não se use a nomenclatura “missa de cura e de libertação” ou algo equivalente. Não há sentido em dizer “missa de cura”, porque todas as missas, pelo mistério pascal ali celebrado, “curam” a nossa condição humana.

194. Não se introduzam, nas celebrações eucarísticas, práticas rituais diferentes da compreensão da Igreja, tais como, “passeio com o Santíssimo”; tempo de adoração às espécies, após a consagração; expulsão de espíritos maus; “repouso no espírito”; orações em línguas; exposições do Santíssimo ao final da missa, unicamente para dar a bênção; missa com oração e gestos de exorcismo.

195. A participação plena dos fiéis na celebração eucarística se realiza pela adesão interior e exterior aos ritos: canto, escuta da palavra, procissões, preces, etc. Os fiéis sejam orientados a não introduzirem orações devocionais paralelas à celebração da missa.

196. Em nossas comunidades, é costume dos fiéis levar para as celebrações as suas intenções em sufrágio dos defuntos; em agradecimento por graças alcançadas, por intercessão dos santos; entre outras. Os fiéis sejam ajudados na compreensão de que intenções pelas “treze almas”, e outras similares, devem ser evitadas. A Pastoral Litúrgica cuide para que essas intenções não se tornem um ruído nas celebrações, discernindo o melhor momento para elas. Considere-se o seguinte:

- a. O silêncio entre o convite à oração (“Oremos”) e a oração do dia, também chamada coleta, é o momento oportuno para que os fiéis coloquem, no silêncio do coração, as intenções pessoais que trazem para ser depositadas no altar do Senhor;
- b. As intenções podem ser reunidas numa única petição a ser rezada como prece da comunidade, expressando a unidade da assembleia orante, que intercede pelos fiéis defuntos, que se alegra pelas graças alcançadas pelos irmãos e irmãs, etc.;
- c. A Oração Eucarística reserva um momento para a intercessão pelos fiéis falecidos: a depender do número de nomes, esse é um momento adequado para que sejam ditos;
- d. Na Comemoração dos Fiéis Defuntos, em 2 de novembro, como há muitos nomes trazidos pelos fiéis, algumas ações rituais são bem-vindas, para qualificar a celebração: a substituição da leitura da longa lista de nomes, pelos nomes escritos em pequenos papéis a serem dispostos junto ao altar, com incenso. Quando o calendário civil propuser datas em que a lista de intenções fique muito extensa, como dia das mães e dos pais, proceda-se da mesma maneira.

Específicas

197. Que os ritos iniciais manifestem a iniciativa divina de reunir o seu povo, dispondo-o à escuta atenta da Palavra de Deus, à ação de graças, à comunhão no Corpo e Sangue do Senhor, ao envio à missão. Desse modo, atente-se para a variedade das fórmulas de saudação proposta pelo Missal Romano, observando o mistério celebrado no dia.

- a. A procissão de entrada deve ser valorizada como sinal da Igreja que caminha. Na trilha que nos conduz ao céu, a eucaristia é a necessária parada, estação na qual antecipamos aquilo que buscamos;
- b. O canto de abertura deve apresentar o mistério da Igreja reunida e peregrina. Ele indica o espírito do tempo litúrgico e une os fiéis pela

fusão das vozes¹¹⁷. Nenhum comentário preceda o canto, pois o que nos reúne e constitui é a Palavra de Deus expressa pela saudação presidencial tal como prescrita no missal;

- c. Os Ritos da Missa não preveem um comentário inicial antes da celebração como se fosse um anúncio de evento ao qual se vai assistir. Após a saudação presidencial, o sentido litúrgico da celebração é apresentado à assembleia reunida. Esta monição deve ser feita com brevíssimas palavras por quem preside ou por outro ministro. Como introdução ao mistério celebrado, ela não deve preceder os versículos da Palavra de Deus, pronunciados na saudação, que manifestam a iniciativa divina de reunir seu povo.
- d. O ato penitencial é o reconhecimento humilde de nossa fragilidade e da misericórdia de Deus. Nesse rito, não cabem a descrição de pecados e a sua substituição por uma simulação do sacramento da penitência;
- e. O hino de louvor “Glória a Deus” não deve ser substituído por paráfrases. O texto original, tal como transmitido, desde a antiguidade, deve ser assumido na sua integridade. Que ele seja preferencialmente cantado. Admite-se a forma rimada proposta e aprovada pela CNBB;
- f. Promova-se o silêncio prescrito após o convite à oração do dia e às demais orações presidenciais, a fim de que o povo santo se una ao presidente na súplica que ele apresentará a Deus em nome da assembleia reunida. É importante recordar que a oração do dia exprime a índole da celebração e o caráter sacerdotal do Povo de Deus e não é momento para se ler as intenções particulares dos fiéis.

198. O rito da Palavra é o diálogo entre os parceiros da Aliança: Deus fala ao seu povo e ele responde aos apelos divinos. A escuta da Palavra configura os fiéis como discípulos e apresenta o mistério de Cristo celebrado na particularidade de cada domingo.

117 Cf. IGMR, n. 47.

- a. A Liturgia da Palavra pode ser precedida por um refrão meditativo adequado, cuja finalidade é preparar os fiéis para ouvir a proclamação das Escrituras. O refrão meditativo substitui os comentários prévios às leituras.
- b. O exercício do ministério do leitorato, apropriada proclamação da Palavra de Deus, provoca a escuta atenta da assembleia. Por isso, a Palavra de Deus deve ser lida do lecionário – e não do folheto –, escutada pela comunidade, que se volta para o lugar de onde se proclamam os textos sagrados.
- c. Para dar mais valor à Palavra proclamada, a mesma não pode ser interrompida ou intercalada com comentários e explicações que quebrem sua unidade e o ritmo da celebração¹¹⁸.
- d. Para que se fortaleça a atitude de acolhida à Palavra, quando o Espírito a torna fecunda no coração da comunidade, aconselha-se que o rito da Palavra seja intercalado com brevíssimos momentos de silêncio.
- e. A homilia é a ação de pregar a Palavra de Deus, após sua proclamação e escuta atenta, no contexto vital da comunidade celebrante. Ela relaciona os textos bíblicos entre si, explicitando o sentido profundo do anúncio evangélico. Relaciona os textos bíblicos com a liturgia (ritos e símbolos; textos eucológicos ou oracionais: orações, prefácio; antifonas e cantos), demonstrando como a liturgia realiza o mistério celebrado naquele dia. Relaciona ainda e, sobretudo, os textos bíblicos e a celebração com a fé da comunidade que celebra, que testemunha e que se põe a serviço do Reino de Deus e dos irmãos.
- f. A homilia é uma conversa familiar. O ministro que a profere, realiza esse gesto no lugar do Cristo servidor, que explica o sentido das Escrituras a partir da sua páscoa. Como conversa familiar, não cabe

118 Cf. Nota da Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia aos redatores dos “folhetos litúrgicos”, a respeito das monições (comentários) antes da Liturgia da Palavra. Brasília, 6 de agosto de 2007.

o tom moralista ou autoritário, nem retórico e douto, a ponto de distanciar o ministro dos seus ouvintes. Ela requer o uso de uma linguagem propositiva, que atraia e encante pela preparação, pelo conteúdo, pela simplicidade e pela tonalidade natural, pela gestualidade discreta e pelo olhar direto aos interlocutores. O ministro que preside, fala ao corpo eclesial, sem privilegiar ou destacar indevidamente pessoas e grupos.

- g. Que seja observado o silêncio, após a homilia, podendo também precedê-la. Ele é atitude reverente ao agir do Espírito que conduz o povo na escuta e na vivência da Palavra.
- h. A Oração Universal, também chamada de Oração dos Fiéis e Oração da Comunidade, é resposta do povo de Deus que suplica viver a palavra proclamada, exercendo o seu múnus sacerdotal de interceder pela humanidade em suas necessidades e urgências. A forma direta seja preferida, dirigindo-se sempre ao Pai, por meio de Cristo, nosso intercessor. As preces são proferidas do ambão.

199. O rito eucarístico realiza o mandato de Cristo de fazer em sua memória os gestos fundamentais da ceia: tomar o pão e o vinho, dar graças, partir o pão e distribuir aos comensais. No rito da apresentação das oferendas, a Igreja toma o pão e o cálice; na oração eucarística, ela dá graças; no Cordeiro, ela parte o pão; e no rito da comunhão, dá aos discípulos os dons sagrados.

- a. Não se antecipe à Apresentação das Oferendas o sentido ofertorial, próprio à Oração Eucarística. Portanto, observem-se os cantos adequados para Apresentação das Oferendas (o "Canta, meu Povo!" – Hinário Litúrgico da Arquidiocese de Belo Horizonte – possui repertório apropriado para tal momento celebrativo).
- b. A aclamação memorial deve ser feita de pé, conforme exige o rito¹¹⁹. O uso de prefácios próprios só é permitido para as orações eucarís-

119 Cf. IGMR, n. 43.

ticas I, II e III. As demais orações constituem uma unidade literária e teológica que não deve ser rompida com a indevida introdução de outros prefácios.

- c. O partir o pão, como Jesus fez, corresponde à fração do pão em vista da comunhão¹²⁰. Durante a narração da instituição da Eucaristia, por não ser uma mímica da última ceia, não se parte o pão.
- d. A aclamação memorial deve ser cantada em tom de exultação. Esta aclamação nunca pode ser substituída ou seguida por cantos e expressões devocionais (por exemplo: “Bendito, louvado seja”, “Deus está aqui”, “Eu te adoro, hóstia divina”, “Graças e louvores se deem a todo o momento” etc.).¹²¹ Por ser uma aclamação, exige-se que a comunidade execute-a de pé¹²².
- e. Nas missas concelebradas, os demais presbíteros devem pronunciar em baixíssima voz as partes da anáfora a eles designada. Sobressaia sempre a voz de quem preside.
- f. O missal romano propõe que os fiéis se ajoelhem durante as palavras da instituição. Contudo, o mesmo missal prevê que, por motivos razoáveis, se permaneça de pé¹²³. Que ninguém imponha o gesto de se ajoelhar ou de ficar de pé. Essa postura, no entanto, é compreendida em razão do costume de ajoelhar-se durante a narrativa, mas não se aplica ao restante da oração eucarística. Compreenda-se que permanecer de joelhos durante toda a Anáfora foi assumido na última edição do Missal Romano como respeito aos costumes pré-conciliares, isto é, ligados à tradição litúrgica imediatamente anterior ao Concílio, própria do Missal de Pio V. No quadro da reforma litúrgica, em que não há este costume arraigado, não há sentido em permanecer com

120 Cf. RS, n. 55

121 Cf. CNBB. *Guia Litúrgico-Pastoral*, 3.1.

122 Cf. IGMR, n. 43; 151.

123 Cf. IGMR, n. 43.

essa prática, que pode, inclusive, caracterizar uma grave involução na compreensão da Oração Eucarística, em sua estrutura e conteúdo.

- g. O sinal da paz, previsto pelo Missal Romano, após a oração do Senhor, não seja omitido aos domingos a não ser por grave necessidade. É um rito antiquíssimo que nunca faltou à celebração eucarística, embora tenha sido realizado em momentos distintos, a depender da família ritual, da época e das significações teológico-litúrgicas consideradas. A recomendação de simplificá-lo, feita pela Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos, deve ser compreendida na direção de não transformá-lo em momento de descontração. Trata-se de um gesto profundamente evangélico e que tem sua origem no próprio Cristo Ressuscitado. As fontes litúrgicas testemunham que o sinal da paz ou *ósculo santo* carrega consigo o sentido de completar e tornar íntegra a oração.
- h. O momento da fração do pão seja valorizado. Assim, essa ação ritual deve facilmente ser vista pela assembleia e acompanhada meditativamente com o canto do Cordeiro.
- i. O canto da comunhão retoma o Evangelho do dia, garantindo a unidade da palavra e da eucaristia. Cantos de adoração ao Santíssimo e de cunho individualista ou temático não são convenientes a esse momento¹²⁴.
- j. O Missal romano ensina que as posições do corpo na celebração eucarística devem concordar com o sentido do rito. Quando instituiu a eucaristia no contexto de uma ceia pascal¹²⁵, Jesus, tomando e dando aos discípulos o pão e o vinho, ordenou: “tomai e comei... tomai e bebei”; isto é, “peguem e comam, peguem e bebam”. O contexto, o gesto e o mandamento do Senhor fazem compreender a eucaristia como uma refeição pascal, na qual os discípulos, de ontem e de hoje, recebem corpo e sangue do Senhor como alimento, com gestos

124 Cf. CNBB. *Guia Litúrgico-Pastoral*, 3.2.

125 Cf. Mt 26,17.26-29; Mc 14,12.22-25; Lc 22,7-23.

específicos e reveladores de sua proximidade, acessibilidade, familiaridade e entrega confiante em nossas mãos, para nutrir em nós a vida nova. A comunhão na mão é a que mais corresponde ao sentido original da eucaristia deixada por Jesus. Durante muitos séculos era a maneira comum de comungar. Com o passar do tempo, por razões diversas, algumas delas associadas ao escrúpulo eucarístico, aplicado aos leigos, inseriu-se a comunhão na boca e no sinal do pão, apenas. O Concílio Vaticano II retomou a prática mais antiga da comunhão na mão. Contudo, ainda em tempos de transição, o missal preserva a sensibilidade de alguns fiéis que experimentaram antes do Concílio a antiga forma de comungar.

- k. A comunhão sob duas espécies é dom de Deus, direito dos cristãos e desejo de Cristo, sobretudo “na ocasião de celebrações particularmente expressivas do sentido da comunidade cristã reunida em torno do altar”¹²⁶, isto é, o Domingo¹²⁷. São bem-vindos todos os esforços nessa direção, realizando o mandato de Cristo e a comunhão em sua perfeita forma¹²⁸.
- l. Que seja garantido a todos os comungantes os dons consagrados na mesma celebração¹²⁹, deixando a reserva eucarística para a finalidade a que se destina: o viático, a comunhão aos enfermos e o culto eucarístico.
- m. Uma atenção pastoral especial se dê aos celíacos. Nas comunidades em hajam celíacos, cuide-se para que participem do banquete eucarístico pela espécie do vinho consagrado. Nesse caso, um cálice separado seja consagrado para esse fim.

126 CNBB, *Comunicado mensal*, n. 500, Ano 45 (1996) pp. 717-718.

127 Cf. SC, n. 106.

128 Cf. *Idem*, n. 55-56.

129 Cf. *Idem*, n. 55.

- n. Conforme a Instrução Geral do Missal Romano, a purificação dos vasos sagrados seja feita preferencialmente na credência¹³⁰ ou na sacristia, em tempo oportuno.
- o. A comunhão fora da missa só se permite quando há justa causa e não por devoção ou qualquer outro motivo. O CDC recomenda “que os fiéis recebam a sagrada comunhão na própria celebração eucarística”¹³¹.
- p. Que sejam sempre recordadas as palavras do Papa Francisco, a respeito da acolhida à mesa eucarística: somos facilitadores da graça e não fiscais. A eucaristia é remédio para os fracos e não prêmio. Que a comunidade não aumente o sofrimento dos irmãos que fraquejam na fé¹³².

200. Os ritos finais são a conclusão da Celebração e, ao mesmo tempo, o envio para que os fiéis testemunhem no mundo o que viveram pelo Mistério Pascal. Os avisos da comunidade, após a Oração Depois da Comunhão, sejam sempre incentivo à missão no mundo.

2. Sacramentos da Misericórdia, da Cura e da Paz

2.1. Penitência e Reconciliação

*“Cultivai o amor mútuo, com todo ardor, porque o amor cobre uma multidão de pecados”
(1Pd 4,8).*

130 Cf. IGMR, nn. 163; 183; 192, 238.

131 CDC, cân. 918.

132 Cf. EG, n. 47.

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

201. Uma chave de compreensão do sacramento da reconciliação é a da gratuidade do amor divino que quer sempre se relacionar conosco. O próprio ato criador é sinal dessa gratuidade: cria-nos como expansão e expressão do seu amor. Nem sempre nós nos abrimos inteiramente a esse amor, rechaçando a comunhão divina e, em consequência, acabamos por ter desfigurada nossa humanidade, a ponto de nos escondermos de Deus¹³³.

202. Essa desfiguração de nossa humanidade não toca somente a nós mesmos, mas gera uma situação de pecado, como se em uma teia de injustiça que nos priva da plena relação com os outros e com Deus. “O Senhor viu o quanto havia crescido a maldade das pessoas na terra”¹³⁴. Nossa humanidade, criada à imagem e semelhança do Criador, portanto boa, torna-se marcada por uma situação de pecado, que nos afasta de nossa vocação humana para uma vida cada vez mais realizada. O amor, no entanto, “cobre uma multidão de pecados”¹³⁵, como possibilidade de reconciliação e reintegração no convívio divino e fraterno.

203. A Aliança selada entre o Senhor e o povo de Israel também é sinal do amor divino que supera infinitamente a fragilidade humana. A tradição profética é sempre apelo ao arrependimento e à volta à relação fiel com o Senhor. Deus, sempre fiel ao pacto de amor estabelecido com o povo, coloca-se sempre disponível a novamente receber aqueles que negaram a relação de amizade: “Sua desobediência eu curarei; de coração os amarei; pois minha ira já se desviou deles [...]”¹³⁶.

204. Jesus, em quem se configura a nova e definitiva Aliança, anuncia o Reino de Deus, como convite de superação do pecado e acolhida do dom que o Pai nos quer oferecer: “Completo-se o tempo, e o Reino de Deus está próximo. Converti-vos e crede na Boa-Nova” (Mc 1,15). Anuncia, ainda, a

133 Cf. Gn 3,8-10.

134 Gn 6,5a

135 1Pd 4,8 cf. Pr 10,12b.

136 Os 14,5.

alegria do retorno dos que se perderam no caminho: “Eu vos digo: assim haverá alegria por um só pecador que se converte, mais do que por noventa e nove justos que não precisam de conversão”¹³⁷.

205. Ao modelo do Pai misericordioso, que se alegra com o retorno do filho, que havia feito opção por uma vida autossuficiente e à margem do amor¹³⁸, Jesus agrega à missão da Igreja o anúncio do perdão dos pecados, como reintegração na vida do Senhor: “Tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus”¹³⁹. Participar do sacramento da reconciliação é, para o cristão, ser reintegrado no convívio fraterno da comunhão eclesial e na vida mesma do Senhor.

206. O sacramento da reconciliação é o sacramento da acolhida do fiel pecador que retorna à amizade com o Senhor e à comunhão com a comunidade de fé, experimentando o abraço misericordioso do Pai e a festa da comunidade pelo retorno do irmão e da irmã que se convertem. A busca pelo sacramento não deve ser motivada pelo simples cumprimento de uma exigência doutrinal, mas como resposta ao amor que Deus dispensa a todos os seus filhos e sinal da conversão à Palavra do Senhor que nos chama à santidade.

207. Este sacramento tem sua fonte e alicerce no mistério da morte e ressurreição do Senhor, fonte perene da graça redentora de Deus. Nesse sentido, celebrar a reconciliação é acolher a mão estendida do Pai, que, pela ressurreição de Seu Filho, arranca a humanidade do pecado e da sua terrível consequência, a morte. Pelo sacramento, o cristão vive a Páscoa contínua, abandona a morte e o pecado e renasce para a vida, até que Deus seja tudo em todos.

208. Aproximar do sacramento deve nos ajudar a trilhar, cada vez mais fielmente, o caminho da conversão e do discipulado, vivendo em nossa vida o amor de Deus que nos cura das feridas e fragilidades que conduzem à mor-

137 Lc 15,7.

138 Cf. Lc 15,11-32.

139 Cf. Mt 16,19.

te, inserindo-nos na vida que brota da misericórdia do Pai. Nesse sentido, o confessionário não deve, exorta-nos o Papa Francisco, “ser uma câmara de tortura, mas o lugar da misericórdia do Senhor que nos incentiva a praticar o bem possível”¹⁴⁰.

209. Ao mesmo tempo em que voltamos para o abraço amoroso do Pai e para o convívio na comunidade, reafirmamos nossa adesão batismal de luta contra o pecado e suas consequências, além de nos comprometermos em ajudar a comunidade na vivência do Evangelho da vida. Nossa conversão é, para a comunidade dos fiéis, força e testemunho da transformação que a Palavra do Senhor nos traz e do convite à plena participação na vida do Senhor.

B. Orientações Pastorais

210. O sacramento da penitência é celebrado como expressão de um itinerário de conversão, que resgata a dignidade batismal maculada pela experiência do pecado, que dissolve a comunhão do fiel com ele mesmo, com a comunidade e com Deus. Não é ato devocional que deva ser imposto ao fiel com finalidades moralizadoras e punitivas, que em alguns casos, podem aproximar-se de atitudes doentias, escrupulosas, mágicas, que não são concordes com o sentido do sacramento.

211. Vale recordar aos fiéis, que o Sacramento da Penitência e Reconciliação não é a única forma de se viver a penitência e de se alcançar o perdão dos pecados: o primeiro e fundamental sacramento a remi-los é o Batismo; a Eucaristia, memorial do sacrifício de Cristo, é também celebrada pela remissão dos pecados; a Unção dos Enfermos comunica a graça do perdão. Há, ainda, para além das celebrações da Igreja, outras práticas que perdoam pecados veniais: o exercício da caridade; o apostolado; o jejum; o reconhecimento sincero das faltas cometidas e o empenho de conversão.

212. O Sacramento da Penitência e Reconciliação deve ser bem preparado, de modo a valorizar a comunhão e o seguimento de Jesus em comunida-

140 Cf. *Evangelii Gaudium*, n. 44.

de, pela leitura e meditação da Palavra, conduzindo o fiel a uma fecunda vivência de conversão e a uma autêntica reintegração no Corpo de Cristo, que é a Igreja. Incluir, em todas as etapas do processo de catequese, uma verdadeira e completa abordagem, rumo ao entendimento do sacramento da penitência e reconciliação.

213. A celebração se desdobra como uma Liturgia da Palavra, que supõe e conduz a quatro atitudes e gestos que realizam o sacramento na vida do fiel penitente: a) a contrição, isto é, reconhecer perante o Evangelho aquilo que não coaduna com o Reinado de Deus, realizado em seu Filho amado, para, detestando o pecado, mover-se em direção à caridade e à santidade; b) confissão dos pecados como expressão do conhecimento profundo de si mesmo e consequência mais evidente da contrição. A confissão possibilita ao penitente abrir-se para o itinerário de reconciliação a ser apontado pelo ministro da Igreja; c) satisfação: implica em mudança de atitude e superação da culpa, mediante gestos e exercícios que conduzam o fiel penitente à experiência de conversão, de modo que esteja reabilitado no seguimento de Cristo; d) absolvição: por este sinal, a Igreja, em nome de Cristo e, mediante a pessoa do ministro, manifesta a bondade e misericórdia divinas que restabelecem o fiel à comunhão plena. Conforme afirma o ritual: "o Pai acolhe o filho que regressa; Cristo coloca sobre os ombros a ovelha perdida, reconduzindo-a ao redil; e o Espírito Santo santifica de novo seu templo ou passa a habitá-lo mais plenamente."¹⁴¹

214. Cuide-se, para que a comunidade estabeleça o zelo pastoral, em relação ao Sacramento da Penitência e da Reconciliação, de maneira que os fiéis estejam dispostos a percorrer o itinerário de conversão a uma vida sempre mais evangélica. Nesse horizonte, a busca da Reconciliação sacramental seja tida como fundamental. Não se confunda sua celebração com a direção espiritual ou o aconselhamento pastoral, e, menos ainda, com psicoterapia, embora essas práticas possam convergir para uma experiência do amor reconciliador de Deus. Sempre que possível, nos atendimentos individuais, possibilite-se ao fiel distinguir esta prática, uma vez que nem sempre ele discerne bem qual sua necessidade.

141 *Ritual da Penitência*, n.6d.

215. Toda celebração sacramental da reconciliação, seja com a comunidade seja individual, deve levar em conta a proclamação da Palavra de Deus, a partir da qual o fiel reconhece a necessidade de conversão, pelo arrependimento, assumindo a vida nova em Cristo. Evite-se reduzir a celebração à confissão dos pecados. Para isso, considerem-se as orientações do Ritual da Penitência.

216. O lugar apropriado e habitual para a celebração dos sacramentos é a igreja onde a comunidade se reúne. O ritual chama de “confessionário” o recinto reservado, no qual o fiel pode fazer a experiência da reconciliação diante do ministro, sempre numa perspectiva comunitária, sinalizada já no fato de o fiel se dirigir à “Casa da Comunidade”. A CNBB compreende que o lugar pode ser o confessionário tradicional ou um lugar apropriado que melhor estabeleça aquela relação amorosa e fraterna que a celebração exige e cujos gestos revelam. Por mais singelo que seja, cuide-se da iconografia: a imagem do bom Pastor, o ícone do Pai Misericordioso ou de outras passagens evangélicas que evoquem o perdão e a misericórdia divinos, a cruz, uma vela ou candeia, etc., reforçando o aspecto celebrativo e de participação do fiel na história da salvação.¹⁴²

217. Cada comunidade ou paróquia deve providenciar momentos adequados, para a celebração sacramental do perdão, com ampla divulgação e convite para a vivência do sacramento, com horários programados. Quanto ao tempo, o Ritual prevê qualquer tempo e dia. O Ritual propõe que os fiéis sejam estimulados ao costume procurar o Sacramento em horas marcadas, fora da celebração Eucarística. O tempo Quaresmal deve ser incentivado como ocasião oportuna para viver a sacramentalidade da Reconciliação. Nesse tempo, as celebrações penitenciais, em ocasiões prévias à celebração do Sacramento, podem ser oportunas para dispor o coração dos fiéis à reconciliação e reorientação da vida, no horizonte do evangelho de Jesus, para bem celebrarem o Tríduo Pascal.

218. Integrado ao caminhar preparatório, estabelecido pela Igreja no Tempo da Quaresma, que finda antes das primeiras vésperas da Quinta-feira

142 Cf. *Ritual da Penitência*, n. 12; CNBB. *Orientações para projeto e construções de igrejas e disposição do espaço celebrativo*. Coleção Estudos da CNBB-106. São Paulo: Paulus, 2013, n. 40-44.

Santa ou da Missa da Ceia do Senhor, o sacramento da Penitência e Reconciliação dispõe os fiéis para a celebração anual da Páscoa. A Pastoral Litúrgica deve garantir que a comunidade eclesial aproveite mais intensamente o Mistério de Cristo, no Tríduo Pascal. Isso se realiza pela participação dos fiéis nas celebrações que remetem à páscoa da Ceia, à páscoa da Cruz e à páscoa da Ressurreição, como enfoques distintos do único Mistério da fé celebrado no Tríduo.

219. Devido à impossibilidade de os enfermos participarem das celebrações quaresmais, a Igreja permite que sejam atendidos em seu desejo de celebrar a Penitência e Reconciliação e, por vezes, a Unção dos Enfermos com a administração do Viático, na Sexta-feira Santa e Sábado. Entretanto, é importante que, mesmo na diligência de responder a essas demandas específicas, não se estabeleça uma concorrência no tocante à participação naquelas celebrações que são próprias para esses dias: a Paixão de nosso Senhor, na Sexta-feira santa; e, no Sábado Santo, o Ofício Divino com a observação do silêncio sagrado, próprio do clima de recolhimento desse dia.

220. Os presbíteros sejam solícitos na acolhida dos fiéis, que procuram o sacramento da reconciliação. Sejam pacientes, ternos e afetuosos e configurados ao Pai misericordioso que acolhe com alegria o filho arrependido. Que sejam, sobretudo, incentivados ao gesto do perdão, sendo capazes de dar aos outros aquilo que de Deus recebem

221. Deve-se dar atenção à estrutura do rito do sacramento da reconciliação, conforme o Ritual da Penitência estabelecido pela Igreja que propõe três esquemas:

A) Rito para a reconciliação individual dos penitentes:

Do número 41 ao 46 do Ritual. Aí se prevê um itinerário sintético, com os elementos fundamentais à celebração: acolhida do penitente, breve texto da Sagrada Escritura, a confissão dos pecados, apresentação da satisfação ou caminho de conversão, oração de contrição do penitente, imposição das mãos e absolvição, proclamação do louvor de Deus e despedida.

B) Rito para a reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição individuais:

Do número 48 ao 59 do Ritual. Esta forma valoriza a eclesialidade do sacramento, por reforçar a celebração como um acontecimento da comunidade dos batizados. Também expõe, com riqueza, a Palavra de Deus, mediante a abundância de textos da Sagrada Escritura. Neste formulário, há várias opções de oração bem como exemplos, à escolha, no que tange ao rito da reconciliação propriamente dito. A ordem ritual é a seguinte: - Ritos Iniciais: canto, saudação e oração – coleta; - Celebração da Palavra: trazendo dois exemplos para escolha; - Rito da Reconciliação: Confissão genérica, com proposta organizada em dois exemplos com várias opções de formulários de oração; - Confissão e absolvição individuais; - Louvor à Misericórdia de Deus e Oração de conclusão à Ação de Graças; - Rito Conclusivo. Esse é o rito que deverá ser assumido nos mutirões de confissões, prática usual na quaresma.

C) Rito para a Reconciliação de vários penitentes com confissão e absolvição geral:

Segue-se o mesmo formato do esquema B, modificando: - a Exortação, feita durante a homilia, para que se esclareça o sentido da confissão e absolvição geral e se estabeleça para os fiéis um caminho penitencial adequado, firme e fecundo. - a Confissão geral, para a qual se solicita aos fiéis um sinal sobre o seu desejo de receber a absolvição sacramental; - a absolvição sacramental geral; - canto de louvor e conclusão.

222. A celebração da Penitência e Reconciliação, com confissão e absolvição geral, conforme o Ritual, perdoa não apenas os pecados veniais, mas também os pecados graves.

223. A Igreja recomenda que o fiel, ao participar da celebração da Penitência e Reconciliação, com confissão e absolvição geral, tendo sido perdoado de pecado grave, assim que possível, procure um ministro da reconciliação. Esta medida pastoral é importante para estabelecer um acompanhamento com fins pedagógicos e não para se buscar outra absolvição, como se a primeira fosse insuficiente. É importante que tudo isso seja considerado no

intuito de enriquecer a pastoral penitencial. Este acompanhamento precisa ser realizado cuidadosamente no encontro e confronto pessoal, que não é possível oferecer na celebração com confissão e absolvição geral.

224. Discernida a necessidade por esta modalidade de celebração do Sacramento¹⁴³, cuide-se, com formação oportuna, para que os fiéis não acorram a ele apenas por comodidade, medo ou mesmo por se tratar de pecados de menor gravidade.

2.2. Unção dos Enfermos

*“Eles ungiam com óleo numerosos doentes e os curavam”
(Mc 6,13b).*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

225. A vontade salvífica de Deus se entende como vontade de dar saúde ao seu povo, curá-lo e dele cuidar. A Bíblia contém inúmeros relatos de sofrimentos, ao longo da caminhada do povo de Deus. Esse povo, experimentado na dor, reconhece que Deus é o “médico de Israel”¹⁴⁴ e, nas enfermidades, recorre a Ele¹⁴⁵. Sabe que Deus quer a saúde das pessoas, por isso se esmera em cuidar bem dela.

226. No Novo Testamento, a cura das enfermidades representa o poder de Jesus sobre a realidade do mal e do pecado. Ele sabe e anuncia: o desejo de Deus é que o ser humano tenha vida e a tenha em abundância¹⁴⁶. Quando promove a cura de um doente, não o faz para adquirir popularidade, mas para reintegrar o doente excluído no convívio de sua família e de seu povo, ou como sinal da chegada do Reino de Deus.

143 Cf. Carta Apostólica, sob a forma de Motu Proprio, *Misericordia Dei*, p. 14.

144 Cf. Ex 15, 26.

145 Cf. 2Rs 20, 1-5.

146 Cf. Jo 10, 10.

227. Observando as atitudes de Jesus para com os doentes, comprovam-se a bondade e a solidariedade do Pai. Essas devem estar presentes na missão e vocação da Igreja. É por isso que, no serviço aos enfermos, a Igreja se põe a serviço da vida, em fidelidade a Jesus.

228. O Concílio Vaticano II, nos documentos da *Sacrosanctum Concilium*, para a Liturgia e da *Lumen Gentium*, sobre a Igreja, traçou algumas pistas para a renovação da celebração do Sacramento da Unção dos Enfermos¹⁴⁷, e esclareceu a quem ele se destina: “para os que estão em perigo de morte por enfermidade ou por velhice”¹⁴⁸.

229. A primeira finalidade do sacramento é o cuidado e a salvação do enfermo¹⁴⁹. Recebendo-o, manifesta-se o poder de cura que Cristo deu à Igreja. Quando a doença persiste, mesmo após o sacramento ser ministrado e quando, eventualmente, ocorre a morte do enfermo, o sacramento dá à doença e à morte uma dimensão sacramental e escatológica, transformando-as em manifestações visíveis e sacramentais da Paixão, da Morte e da Ressurreição de Cristo.

230. Os ministros da Unção dos Enfermos são os bispos e os presbíteros¹⁵⁰. A unção confere a graça do Espírito Santo, fortalecendo a união do enfermo com Cristo, que ofereceu sua dor e vida pela salvação de todos. Essa graça contribui para o bem da pessoa em sua totalidade, atua contra a debilidade corporal e toda desarmonia que a enfermidade desencadeia na pessoa, reanimando nela a confiança em Deus e em si mesma, fortalecendo-a contra as aflições da morte. Proporciona também o perdão dos pecados, a cura, a paz e a coragem para que suporte com fé o sofrimento na enfermidade ou velhice. Também a prepara para a vida eterna.

147 Cf. LG, n. 11.

148 SC, n. 73.

149 Cf. Tg 5, 14-15.

150 Cf. CDC, cân. 1003, §1 (Cf. também Cân. 739 § 1 do Código dos Cânones das Igrejas Orientais).

B. Orientações Pastorais

231. A Unção dos Enfermos deve ser conferida com zelo e diligência aos fiéis que, por enfermidade ou idade avançada, estão debilitados. Os familiares e os que assistem o enfermo devem procurar o pároco ou, na falta dele, outro presbítero.

232. Quanto à determinação de uma idade, a partir da qual já se recomenda ao idoso a recepção da Unção dos Enfermos, leve-se em conta o bom senso. Pode-se conferir a sagrada unção aos (às) idosos (as), cujas forças estejam sensivelmente debilitadas, mesmo que não se trate de enfermidade grave¹⁵¹.

233. A Unção dos Enfermos, como todos os sacramentos, é uma celebração eclesial do mistério pascal do Cristo. Que seja celebrada em um ambiente de esperança e alegria, salvaguardando a situação do doente, como graça do mistério pascal de cura e reconforto. Se for possível, deve ser celebrada em comunidade. Quando ministrada na casa do enfermo, a família e outras pessoas sejam convidadas a participar do rito.

234. Nas celebrações comunitárias para o sacramento da Unção dos enfermos, é de fundamental importância preparar, antecipadamente, aqueles que serão ungidos, evitando conferir a unção de modo indiscriminado.

235. Valorize-se a Palavra de Deus na celebração da Unção dos Enfermos, com uma homilia breve, se a situação do enfermo permitir, que traga alento e esperança ao enfermo.

236. É necessário que se promova uma adequada catequese entre os fiéis, para que esse sacramento não seja ministrado apenas nos momentos finais da vida. Igualmente, promova-se a sensibilidade dos novos ministros ordenados, para que sejam dedicados aos enfermos em sua missão pastoral. O descuido para com os enfermos e idosos é contra o Evangelho.

151 Cf. PAULO VI, Papa. *Constituição Apostólica sobre o Sacramento da Unção dos Enfermos*, n. 11.

237. Não ocorra a distribuição de óleo “bento” em comunidades católicas, ou “a bênção do óleo” nos meios de comunicação, evitando gerar confusão teológico-doutrinal e a fomentação de uma possível mentalidade mágica¹⁵².

238. Crie-se e se fortaleça a Pastoral da Saúde para visitas fraternas aos enfermos, nas residências ou nos hospitais, ajudando, se necessário, as famílias dos mesmos e envolvendo, quando possível, os profissionais da saúde. A comunidade eclesial, a exemplo de Cristo, seja solícita para com os enfermos e idosos em suas necessidades físicas, psíquicas, sociais e espirituais.

239. A solicitude cristã deve continuar com aqueles que receberam o sacramento e recuperaram a saúde. Ocorrendo o falecimento de uma pessoa, as famílias devem ser devidamente visitadas e consoladas.

3. Sacramentos do Serviço

3.1. Matrimônio

“Guarda-me como sinete sobre teu coração, como o sinete, sobre teu braço! Porque o amor é forte como a morte [...]”
(Ct 8,6).

3.2. Fundamentação Bíblico-teológica

240. As Escrituras começam narrando a criação dos seres humanos para a comunhão: “Por isso deixará o homem o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e eles serão uma só carne”¹⁵³; e terminam com a narração do grande casamento escatológico entre o Senhor e sua Noiva, a Igreja: “Ele falou comigo e disse: ‘Vem! Vou mostrar-te a noiva, a esposa do Cordeiro’”¹⁵⁴. A união conjugal é chave hermenêutica para a própria compreensão da relação humano-divina.

152 Cf. CNBB, doc. 53, n. 61: “O Óleo dos Enfermos não deve ser usado fora da celebração do Sacramento. Para não criar confusão na mente dos fiéis, quem não é sacerdote não faça uso do óleo em bênção de doentes, mas use apenas o Ritual de Bênçãos oficial da Igreja”.

153 Gn 2, 24.

154 Ap 21, 9b.

241. Na tradição de Israel, a relação matrimonial foi, gradualmente, entendida como sinal da Aliança entre o Senhor e o povo. Marca dessa relação de amor é a fidelidade de Deus. O Livro de Oséias é chave para a interpretação do matrimônio como contrato de amor da Aliança, a partir da própria experiência conjugal do profeta¹⁵⁵. Essa relação de amor é indissolúvel, por isso o Senhor espera a fidelidade de seu povo¹⁵⁶, pois ele mesmo permanece fiel nessa relação, porque ama seu povo.

242. A celebração do amor entre o homem e a mulher, poeticamente cantado no Cântico dos Cânticos, é metáfora da relação entre o Senhor e o seu povo. Canta o amor único e indivisível; a eternidade e força do amor; a paridade e a pertença mútuas¹⁵⁷. O casamento é, pois, sacramento da Aliança de amor entre o Senhor e sua esposa, o povo.

243. Para as Escrituras cristãs, o casamento é sinal da festa e da alegria do Reino. Nas palavras de Jesus, a festa do casamento, muitas vezes, é empregada para falar do tempo da salvação¹⁵⁸. O episódio das bodas de Caná, em estreita relação com a paixão de Jesus, narra a manifestação de sua glória, como relação sponsal. Sinaliza a salvação presente em Jesus, que supõe acolhida, fé: ele é o noivo, que convida a humanidade às núpcias e ao banquete nupcial.

244. O matrimônio cristão é sacramento, porque exprime a relação de amor e fidelidade entre Deus e o povo, Cristo e sua Igreja. Como acontecimento existencial é sinalizado concretamente na própria vida do casal. Esse mesmo amor que Deus dispensa a seu povo e Cristo à sua Igreja é o que os cônjuges são chamados a viver, como santificação mútua e testemunho para a comunidade de fé: "o sacramento do Matrimônio, que retoma e especifica a graça santificante do Batismo, é a fonte própria e o meio original de santificação para os cônjuges"¹⁵⁹.

155 Cf. Os 1, 2-3.

156 Cf. Is 54, 5.

157 Ct 6, 8-9; 8, 6s; 2, 16; 3, 1-4; 5, 1-16.

158 Cf. Mt 22, 2; 25, 1-13; Mc 2, 19.

159 CNBB, *Diretório Nacional da Pastoral Familiar*, Doc. 79, n. 299.

245. A dimensão sacramental do matrimônio cristão é o amor dos nubentes como acolhida e promessa: o consentimento de cada um dos noivos, afirmado diante da comunidade, é a acolhida de um para o outro, a fim de que se tornem um, e a promessa de fidelidade e de constante entrega. Assim, os cônjuges participam, na celebração do matrimônio e em toda a vida, do mistério pascal de Cristo, realizado no amor de um para com o outro, e no testemunho de ambos para a comunidade.

246. É nessa participação do mistério pascal de Cristo, que deve ser entendida a indissolubilidade do matrimônio: cotidianamente, o consentimento proferido no ato da celebração é reafirmado e ressignificado no amor, que é sacramento da entrega total e irrevogável de Cristo, para a Igreja¹⁶⁰. Ao mesmo tempo, a comunidade que acolheu aquela nova família, que surge na celebração do casamento, experimenta sua relação conjugal com o Senhor, a partir do testemunho esponsal dos cônjuges.

247. “O homem e a mulher, que pela aliança conjugal já não são dois, mas uma só carne, prestam-se recíproca ajuda e serviço com a íntima união das suas pessoas e atividades, tomam consciência da própria unidade e cada vez mais a realizam”¹⁶¹. A consciência dessa unidade faz do amor conjugal uma abertura, como responsabilidade social, à duração da relação e à acolhida dos filhos, participando da obra da criação ativamente. Por isso, a celebração do matrimônio cristão não é privada ao casal e aos familiares dos nubentes, mas é acontecimento no qual toda a comunidade celebra a alegria dos noivos e se compromete com a família que ali surge, para que o casamento que ali aconteceu seja um “casamento no Senhor”¹⁶².

248. A celebração do matrimônio cristão é, portanto, acontecimento de graça na vida dos que se recebem e se doam, mutuamente, no mistério pascal de Cristo. A acolhida e a promessa realizadas no momento do consentimento, iluminadas pela Palavra de Deus, e reafirmadas cotidianamente na vida do casal, situam os cônjuges e a comunidade na dinâmica da própria

160 Cf. Ef 5, 25-33.

161 GS, n. 48.

162 1Cor 7, 39.

relação de Cristo com sua Igreja, e, também, como realização e promessa escatológicas do Reino, festa nupcial por excelência do amor de Deus que nos chama à comunhão.

Orientações Pastorais

249. Dada a importância da vida matrimonial, a Arquidiocese de Belo Horizonte propõe um itinerário de Catequese Matrimonial, que envolve a participação de toda a comunidade, tendo o pároco e as lideranças paroquiais como os primeiros responsáveis por esse itinerário. Sendo assim, as paróquias observem os seguintes passos:

1º Passo

- Primeiro contato com a paróquia de domicílio, ou onde os noivos frequentam, ou onde será celebrado o matrimônio, manifestando o desejo de se casar: na paróquia, os noivos, antes de marcarem o casamento, deverão agendar uma conversa com os catequistas, no mínimo seis meses antes da data pretendida (nos casos das igrejas mais procuradas, esse prazo deve ser mais extenso). Os catequistas devem coletar os dados de contato dos noivos. Em razão desse acompanhamento aos noivos, com expressão catequética, que os catequistas busquem, periodicamente, a formação oferecida pela Arquidiocese de Belo Horizonte, a fim de melhor desempenharem esse serviço pastoral;
- Primeira visita dos catequistas à casa de um dos noivos: a primeira conversa, em clima de acolhida, deve partir de perguntas elementares: quem são os noivos e o que estão pedindo à Igreja, escutando a história da vida, da fé e do amor deles. A missão dos catequistas responsáveis seria ouvir os noivos, valorizá-los em sua escolha e orientá-los sobre o caminho a que são chamados a percorrer para celebrar o matrimônio na comunidade cristã. Ouvir deles as expectativas sobre a catequese que farão. A boa escuta permitirá perceber algumas orientações de que o casal necessita. Sugere-se também uma conversa com

cada um dos noivos separadamente. Colher o restante dos dados pessoais dos noivos;

- Agendamento da data e horário na igreja onde pretendem se casar. Nesse momento seja entregue aos noivos as principais orientações cerimoniais;
- Documentação canônica e civil: preenchimento da primeira parte do processo matrimonial (dados de identificação) na secretaria da paróquia, com apresentação de documentos. A própria secretaria agenda o passo seguinte.
- Quando for necessário recorrer às Cúrias Regionais, os párocos ou secretários paroquiais não deixem para a última hora o envio de pedido de autorização ou dispensa.
- Que as taxas administrativas do processo matrimonial não sejam impedimento para a celebração do matrimônio. Reafirme-se o valor sacramental da celebração e seja observada a tabela da Arquidiocese, inclusive no que diz respeito à gratuidade.
- Na nova configuração deste itinerário de catequese matrimonial, não há a necessidade de transferência. Os noivos poderão realizar a habilitação do processo matrimonial na própria paróquia onde será celebrado o matrimônio.

2º Passo

- Itinerário Mistagógico de Preparação para o Matrimônio: realizar três, seis ou nove encontros na casa de um dos noivos, de preferência com os familiares e padrinhos. A visita dos catequistas responsáveis se desenvolverá em tempo necessário (discernido segundo as circunstâncias) para conversar e rezar com eles, a partir do “sentido do matrimônio cristão”, seguindo o roteiro oferecido pela Arquidiocese. Pode-se entregar ao casal a “novena dos noivos”.

- O último encontro seja também o momento propício para a bênção de noivado que pode ser presidida pelo catequista, pelos pais ou pelos ministros ordenados.

3º Passo

- Dia de Espiritualidade: encontro paroquial com duração de um dia e com participação de vários casais, com o objetivo de adentrar no mistério do matrimônio a partir de sua celebração litúrgica, contemplando aspectos da vida conjugal e familiar. De preferência, contar com a presença dos párocos ou demais assistentes eclesiais.

4º Passo

- Conclusão da habilitação do processo matrimonial onde foi iniciado.
- Preparação da celebração de acordo com o Ritual do Matrimônio com todas as suas possibilidades, envolvendo a equipe de Pastoral Litúrgica, o assistente eclesial e outros colaboradores.

5º Passo

- Celebração do Matrimônio: os noivos, junto à comunidade cristã, na presença do assistente eclesial, encontram-se para celebrar o Matrimônio. A celebração deve prezar pela beleza e simplicidade, ao mesmo tempo em que manifesta a acolhida e a alegria deste importante momento da vida dos noivos.

6º Passo

- Bênção do Novo Lar: visita e bênção do novo lar nos primeiros quatro meses depois da celebração do matrimônio (de preferência, por quem acompanhou os noivos). A paróquia poderia propor entronizar no novo lar a Bíblia e/ou um ícone da Sagrada Família, deixando com o casal os horários e a programação da vida paroquial. A Pastoral Fami-

liar pode organizar um encontro anual com os jovens casais (em nível paroquial, forâneo ou regional).

7º Passo

- Engajamento missionário: convidá-los e incentivá-los para os trabalhos pastorais e missionários da Igreja, especialmente os da Pastoral Familiar. Sejam também incentivados à inserção social como expressão do compromisso batismal, enriquecido pelo matrimônio.

250. A celebração do sacramento do matrimônio é uma verdadeira festa para os noivos, para suas famílias e para a comunidade cristã. Nela deve ser ressaltada a riqueza da Palavra de Deus, da oração comunitária e dos gestos próprios do sacramento. Ela deverá ser, de fato, vivência orante do Mistério de Cristo que se entregou pela Igreja, como os noivos são chamados a se entregarem um ao outro.

251. Todos os que participam da celebração do sacramento do matrimônio são testemunhas, diante da Igreja e da sociedade, do caráter público do compromisso matrimonial. Essa participação compromete a comunidade na oração e no apoio à família que se inicia. É necessário escolher ao menos duas testemunhas que, como tal, assinem a ata da celebração. A paróquia, em consonância com o casal, pode acolher um número maior de testemunhas.

252. Cada paróquia ou comunidade crie uma equipe de celebração matrimonial, ligada à pastoral litúrgica, para ajudar os noivos, o assistente eclesial, os padrinhos, os familiares e os convidados, a celebrar com profundidade o sacramento.

253. As equipes litúrgicas do sacramento do matrimônio são responsáveis pela condução da celebração. A participação de firmas de cerimoniais está sujeita às orientações da paróquia.

254. O repertório musical, a ser executado no dia do casamento, deve ter em vista o caráter festivo e ritual. A equipe de celebração matrimonial deve propor um repertório adequado, que respeite o que é próprio de cada momento do rito. O quarto fascículo do Hinário Litúrgico da CNBB oferece repertório de composições para esse fim.

255. Para além do que se prevê no ritual (entrada dos noivos; salmo responsorial; aclamação ao Evangelho), valorizem-se com o canto a saudação inicial, o evangelho, a oração dos fiéis, a bênção nupcial. Pode-se incluir alguma canção não-ritual, durante as assinaturas, se forem recolhidas diante do povo, como também na saída dos cônjuges.

256. Orientem-se os noivos para a sobriedade nos adornos e no uso dos equipamentos de fotografia e filmagem.

257. Os assistentes eclesiais tenham em conta o caráter evangelizador da liturgia matrimonial, testemunhando sério envolvimento em momento tão especial para os noivos e para a comunidade. Assistam aos matrimônios amorosamente, com tranquilidade e com boa disposição, preparem-se para a celebração e cuidem com esmero da homilia.

258. Que seja respeitado o período de, no mínimo, uma hora entre as celebrações e que as paróquias ofereçam dias e horários suficientes para atender às solicitações. Haja possibilidade de um número maior de casais celebrar matrimônio numa mesma celebração.

259. Quanto ao casamento em oratório privado ou noutra lugar devidamente adequado, a autorização só pode ser dada pelo Arcebispo, conforme o Direito.

260. Os párocos devem observar com rigor a forma canônica do casamento, especialmente no que diz respeito à delegação para o assistente eclesial, à documentação, à dispensa de impedimentos, ao registro no livro próprio e às notificações, a fim de evitar possíveis consequências danosas ao direito matrimonial.

3.3. Ordem

“Sede pastores do rebanho de Deus, confiado a vós; cuidai dele, não por coação, mas de coração generoso; não por torpe ganância, mas livremente; não como dominadores da herança a vós confiada, mas antes, como modelos do rebanho”

(1Pd 5,2-3)

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

261. A Igreja continua a missão de Jesus Cristo no mundo: “Como o Pai me enviou, assim também eu vos envio”¹⁶³. Ela é sinal do Reino que o próprio Jesus anunciou com palavras e obras. Jesus mesmo descreve sua missão como serviço: “Estou no meio de vós como aquele que serve!”¹⁶⁴. Para ser autenticamente evangélica e estar em comunhão com Cristo, a Igreja deve estar inteiramente voltada para o serviço. “A missão confiada por Jesus aos Doze e aos seus discípulos continua, embora de forma diferenciada, como a missão de todos os discípulos, de todos os cristãos”¹⁶⁵. Desde o início da Igreja, alguns são eleitos entre todos para desempenhar funções específicas pelo bem de todos e para a edificação do corpo místico de Cristo.

262. Jesus, pessoalmente, convocou os “Doze” para darem continuidade à sua missão salvífica após a sua morte e ressurreição. Nos Doze e em seus sucessores, manifesta-se a própria autoridade de Cristo em forma de serviço. Chamados para “ficar com Ele” também foram “enviados a pregar”¹⁶⁶. Disso decorre que todo ministério na Igreja é apostólico, necessariamente, porque oriundo dos apóstolos chamados pelo Senhor Jesus, que é imagem e missionário do Pai, agindo e operando na força do Espírito Santo.

263. O ministério apostólico perdura até hoje no ministério dos ministros ordenados. É transmitido através da ordenação, sacramento que garante a

163 Jo 20,21.

164 Lc 22,27.

165 CNBB, Doc 20, n. 135.

166 Mc 3,14.

vinculação do ministério ordenado com a missão histórica dos apóstolos, confiada por Cristo. Tais ministros, pela celebração do sacramento da ordem, recebem o mesmo Espírito que o Pai concedeu ao seu Filho e este o comunicou aos apóstolos para o cumprimento da missão.

264. A imposição das mãos e a invocação do dom do Espírito Santo, pela oração de consagração, manifestam a transmissão da graça sacramental que constitui o novo ministro. Assim, o ministro é ungido na força e no poder do Espírito. O ministério ordenado, oriundo do serviço apostólico, constitui-se pelo sacramento da ordem, que consagra o eleito de maneira permanente e definitiva. São três os graus da ordem: o diaconato, o presbiterato e o episcopado. O Documento de Aparecida apresenta os bispos como discípulos missionários de Jesus Sumo Sacerdote, os presbíteros como discípulos missionários de Jesus Bom Pastor e os diáconos permanentes como discípulos de Jesus Servidor¹⁶⁷.

265. Os diáconos recebem a graça própria para serem sinais sacramentais de Cristo-servo¹⁶⁸. O Concílio Vaticano II afirma: "São-lhes impostas as mãos, não para o sacerdócio, mas para o ministério" e "servem o povo de Deus na diaconia da liturgia, da Palavra e da caridade"¹⁶⁹. Ser ícone de Cristo-Servidor constitui a identidade profunda do diácono. Seu ministério interpela toda a Igreja aos gestos concretos e à alegria do serviço.

266. Os presbíteros, pela ordenação sacramental, são configurados realmente ao Cristo Cabeça e participam de sua missão. O Concílio Vaticano II apresentou o ministério dos presbíteros em sua tríplice missão: a Palavra, os Sacramentos e a Eucaristia, em particular, e o pastoreio do Povo de Deus¹⁷⁰. Assim, cada presbítero é chamado a ser mestre da Palavra, ministro dos sacramentos e guia da comunidade.

167 Cf. DAp, nn. 184-208.

168 Cf. DP, n. 697.

169 LG, n. 29.

170 PO, nn. 4-6.

267. Os bispos, segundo ensina o Concílio Vaticano II, por instituição divina, são sucessores dos Apóstolos como pastores da Igreja. Com seus auxiliares, presbíteros e diáconos, receberam o encargo de servir a comunidade, conduzindo, em nome de Deus, o rebanho do qual são pastores, como mestres da doutrina, presidentes da Sagrada Liturgia e ministros do governo da Igreja. Pela ordenação episcopal, é conferida a eles a plenitude do sacramento da ordem¹⁷¹. "Alguém é constituído membro do corpo episcopal pela sagração episcopal e pela hierárquica comunhão com o chefe e os membros do Colégio"¹⁷².

268. Pelo ministério ordenado, especialmente dos bispos e dos presbíteros, a presença de Cristo, como chefe da Igreja, torna-se visível no meio da comunidade dos fiéis¹⁷³. A tarefa do sacerdócio ministerial não é apenas representar Cristo – Cabeça da Igreja – diante da assembleia dos fiéis, é, também, agir em nome de toda a Igreja, quando apresenta a Deus a oração da própria Igreja e, sobretudo, quando oferece o sacrifício eucarístico¹⁷⁴. Ele torna a Igreja presente em si mesmo, representa-a ante o mundo. Santo Inácio de Antioquia afirma que, na pessoa dos ministros que o visitaram em seu caminho para o martírio em Roma, ele havia contemplado as Igrejas de onde eles procediam. No entanto, a origem dos ministérios não está na comunidade, como emanção dela, mas em Cristo e no Espírito.

269. Toda a Igreja é, configurada a Cristo, um povo sacerdotal, profético e real. Segundo a doutrina da Igreja, reafirmada no Concílio Vaticano II, o sacerdócio comum, patrimônio de toda a Igreja, o Corpo de Cristo, distingue-se do sacerdócio dos ministros ordenados essencialmente e não só em grau. O sacerdócio dos fiéis decorre da condição de serem o Corpo do Senhor; o dos ministros ordenados decorre de Cristo-Cabeça¹⁷⁵. Característica fundamental do ministro ordenado é o serviço como prolongamento do sacerdócio de Cristo.

171 Cf. LG, nn. 20-21.

172 LG, n. 22.

173 Cf. LG, n. 21.

174 Cf. LG, n. 10.

175 Cf. LG, n. 10b.

270. Em nossas liturgias, a relação entre o sacerdócio ministerial e o sacerdócio comum dos fiéis se manifesta claramente quando a assembleia, convocada à oração por aquele que a preside, declara: “Receba o Senhor por tuas mãos este sacrifício, para a glória do seu nome, para o nosso bem e de toda santa Igreja”. Ao final da anáfora, o povo aclama com o solene “Amém”, que ratifica as palavras elevadas ao Pai pelo presidente em nome de todos. O Concílio Vaticano II, restaurando essa importante relação, afirma que os ministros ordenados e o povo sacerdotal participam do único sacerdócio de Cristo e que ambas formas de participação se orientam uma para a outra. Contudo, é inegável que o ministério ordenado existe para o serviço do sacerdócio comum dos fiéis e para a edificação da Igreja. Na Liturgia, o ministro é como o porta-voz de todo o povo sacerdotal. O ministro ordenado não realiza de forma independente o culto cristão¹⁷⁶.

B. Orientações Pastorais

271. O clero e todo o povo de Deus deve dedicar grande empenho à promoção de vocações ao ministério ordenado. Em especial, os presbíteros considerem o Seminário Arquidiocesano Coração Eucarístico de Jesus, com suas comunidades de formação, uma riqueza de nossa Igreja Particular e o apoiem com orações, sugestões, presença, amizade e sustento.

272. O processo da formação intelectual, espiritual, humano-afetiva, comunitária e pastoral-missionária dos novos presbíteros, bem como a sua formação permanente, deve receber um constante cuidado para que esses consagrados, como místicos e profetas, marquem na Igreja um novo caminho evangelizador. Que essa gama de conteúdos seja articulada à vivência e formação litúrgicas dos presbíteros, para que exerçam, de fato, a presidência nas celebrações da comunidade.

273. A Pastoral Presbiteral é um importante organismo de articulação de momentos de formação, espiritualidade e convivência para o clero. Os presbíteros diocesanos e os religiosos são chamados a participar das atividades propostas pela Pastoral Presbiteral. Conheçam e estejam atentos às orien-

176 Cf. SC, n. 48.

tações do Diretório para a Vida e Ministério dos Presbíteros da Arquidiocese de Belo Horizonte

274. Todo o Povo de Deus – bispos, presbíteros, diáconos, leigos e leigas, religiosos e religiosas – expresse a comunhão eclesial, prestigiando as ordenações, delas participando como sinal de apoio e solidariedade àqueles que abraçam o ministério ordenado.

275. Nas paróquias, acolham-se com atenção os jovens ou adultos vocacionados ao ministério, dando-lhes orientação, informação e apoio. Os candidatos sejam encaminhados ao Serviço de Animação Vocacional (SAV) da Arquidiocese, no qual serão devidamente acompanhados. A Pastoral Vocacional tenha grande cuidado no processo de discernimento, observando a participação do vocacionado na família e na comunidade de origem antes e durante o propedêutico.

276. Quando se tratar de ordenações de candidatos ao clero da Arquidiocese de Belo Horizonte, que as mesmas sejam organizadas com ativa participação da Escola Diaconal ou do Seminário Arquidiocesano Coração Eucarístico de Jesus, respectivamente. Tais concelebrações, realizadas em clima festivo e fraterno, devem ser momento privilegiado de evangelização e de graça. Recorra-se, para tanto, à Comissão Arquidiocesana de Liturgia.

277. Quando se tratar de ordenações de candidatos de outras dioceses, ou de congregações, ou institutos, realizadas na Arquidiocese de Belo Horizonte, além dos dispositivos canônicos, que sejam também consideradas as orientações do parágrafo seguinte.

278. As ordenações devem ser realizadas em dias, horários e locais que favoreçam a participação do Povo de Deus, com sobriedade e beleza próprias da Liturgia, em seu caráter solene específico.

279. As Diretrizes do Diaconato Permanente na Arquidiocese de Belo Horizonte sejam divulgadas e conhecidas. As instâncias que acompanham,

congregam, supervisionam e formam os diáconos permanentes da Arquidiocese de Belo Horizonte são a Comissão Arquidiocesana de Diáconos (CAD), o Conselho Arquidiocesano para o Diaconato Permanente (CADP) e a Escola Diaconal São Lourenço.

Diretório Pastoral
Litúrgico-Sacramental

Volume VII

Capítulo IV

Sacramentais

Capítulo IV

Sacramentais

1. A Celebração da Palavra no Dia do Senhor

*“A tua palavra, Senhor, é eterna, estável como o céu.
Lâmpada para meus passos é tua palavra e luz no meu caminho”
(SI 119, 89.105)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

280. O Concílio Vaticano II recomendou e incentivou as celebrações da Palavra de Deus: “Incentive-se as celebrações sagradas da Palavra de Deus nas vigílias das festas mais solenes (...), bem como aos domingos e dias santos”¹⁷⁷. A Constituição Conciliar *Sacrosantum Concilium* assume as celebrações em torno da Palavra de Deus, incentivando-as, especialmente aos domingos, quando falta o presbítero. A palavra edifica a Igreja que, reunida em assembleia, abre o coração para escutar, celebrar e, mais ainda, anunciar o evento da salvação.

281. As Sagradas Escrituras apresentam a Palavra de Deus como realidade salvífica que vai além da comunicação de ideias. Na tradição hebraica, isso é designado pelo termo *dabar*: dinâmica que realiza o que se anuncia, como o evento da criação no Livro do Gênesis ¹⁷⁸.

282. No Novo Testamento, a Palavra de Deus manifesta sua força de modo eminente: “o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade (cf. Jo 1,14) (...) Ele, o único que tem palavras de vida eterna (cf. Jo 6,68). Este mistério, porém, não foi manifestado a outras gerações como foi revelado agora aos Seus santos Apóstolos e Profetas no Espírito Santo (cf. Ef 3,4-6) para que pregassem o Evangelho, suscitassem a fé em Jesus Cristo e

177 SC, nn. 35,4.

178 Cf. Gn 1,9.

Senhor e congregassem a Igreja. Os escritos do Novo Testamento são testemunho perene e divino destas coisas”¹⁷⁹.

283. A Conferência de Puebla, na trilha conciliar, ponderou: “As celebrações da Palavra, com uma leitura variada, abundante e bem escolhida da Sagrada Escritura, são de grande proveito para a comunidade, principalmente onde não há presbíteros e, sobretudo, para a celebração dominical”¹⁸⁰.

284. As Conferências dos Bispos Latino-Americanos, tanto em Santo Domingo quanto em Aparecida, bem como a CNBB, insistem na importância da Celebração da Palavra, em seu aspecto de verdadeira celebração do mistério do Senhor, no domingo, como verdadeira ocasião de vivência da fraternidade e da comunhão¹⁸¹.

285. Devemos também considerar que, nessas celebrações dominicais, “muitas comunidades encontram, habitualmente, o alimento de sua vida cristã. Formadas por gente simples, em luta pela sobrevivência e mais abertas à solidariedade, essas comunidades, espontaneamente, unem a Escritura à vida e, criativamente, integram preciosos elementos da religiosidade popular e de sua cultura”¹⁸².

286. O Código de Direito Canônico recomenda “vivamente que os fiéis participem da Liturgia da Palavra se houver na igreja paroquial ou em outro lugar sagrado, celebrada de acordo com as prescrições do bispo diocesano”¹⁸³. Afirmou o Papa emérito Bento XVI: “é importante que as comunidades cristãs se reúnam para louvar o Senhor e fazer memória do dia a ele dedicado”¹⁸⁴.

179 DV, n. 17.

180 DP, n. 929.

181 Cf. Conferência de Santo Domingo, n. 51; Documento de Aparecida, n. 253; CNBB, *Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. A conversão pastoral da paróquia*, doc. 100, n. 277.

182 CNBB, doc. 52, n. 5

183 CDC, cân. 1248, § 2.

184 SCa, n. 73.

287. A celebração da Palavra, parte integrante da Liturgia,¹⁸⁵ pela ação do Espírito Santo, tem caráter sacramental ¹⁸⁶. Ela convoca, converte, consola, transforma e edifica a comunidade.

288. A celebração da Palavra goza de sacramentalidade, pois comunica o próprio Cristo encarnado nas Escrituras, na celebração, nos ministérios, nos símbolos e ritos e nos acontecimentos da vida comunitária. Na celebração, Ele mesmo fala ao seu povo reunido, nutrindo-o com sua própria vida: A Igreja venerou sempre as divinas Escrituras como venera o próprio Corpo do Senhor, não deixando jamais, sobretudo na sagrada Liturgia, de tomar e distribuir aos fiéis o pão da vida, quer da mesa da palavra de Deus quer da mesa do Corpo de Cristo ¹⁸⁷.

289. O Ministério da Presidência Leiga¹⁸⁸ manifesta, por força do Batismo que configura o fiel ao Cristo, a presença do Senhor que reúne seu povo, acompanha-o e o conduz à Páscoa definitiva. Em comunhão com o ministro ordenado e com os demais ministérios leigos, a presidência leiga está a serviço do Reino, movida pelo mesmo espírito que levou Jesus a lavar os pés de seus discípulos¹⁸⁹.

B. Orientações Pastorais

290. Valorize-se, sempre mais, o Domingo em sua consagração à memória do Senhor, isto é, memória da sua morte e ressurreição, como acontecimento fundante da fé, sentido último da vida cristã ¹⁹⁰.

185 Cf. SC, n. 35.

186 Cf. IELM, n. 41.

187 DV, n. 21

188 Optamos pela terminologia “Ministério da Presidência Leiga”, por corresponder mais adequadamente a esse serviço litúrgico.

189 Cf. CNBB. Doc. 43, n. 100.

190 Cf. JOÃO PAULO II, Papa. *Carta Apostólica Dies Domini*. São Paulo: Loyola, 1998.

291. O reconhecimento de que as celebrações da Palavra são de grande proveito para a comunidade, principalmente onde não há presbíteros e, sobretudo, para a celebração dominical, não deve ser motivo para se aquietar o empenho em prover essas comunidades com a celebração da Eucaristia dominical, como direito de todas elas e como obediência ao mandamento do Senhor¹⁹¹.

292. Que cada comunidade tenha ministros da presidência leiga preparados para a Celebração Dominical da Palavra. Que esses ministros não sejam confundidos com os ministros extraordinários da comunhão eucarística, que possuem um serviço próprio e distinto.

293. A formação das comunidades e dos ministros da presidência leiga deve ser baseada no Documento 52 da CNBB, *Orientações para a Celebração da Palavra de Deus*. O material de estudo deve ser criteriosamente selecionado, tendo tal documento como referência.

294. A Igreja no Brasil recomenda que, após o rito da Palavra, faça-se um momento de louvor ao Pai, pela ressurreição de Jesus e pelo dom do Espírito Santo. Esse louvor, que pode ser feito sobre os alimentos a serem partilhados, seguido da oração do Senhor, constitui-se como bênção invocativa sobre os mesmos.

295. As comunidades, que podem distribuir a comunhão, devem, após o louvor ao Pai, fazer a oração do Senhor, apresentar o pão consagrado, e distribuí-lo entre os irmãos.

296. Na celebração da Palavra, os gestos fundamentais da Ceia: apresentar os dons, proferir a oração eucarística, partir o pão acompanhado da ladainha do Cordeiro de Deus não são feitos. Também não se faz a adoração ao Santíssimo Sacramento, pois o Dia do Senhor é consagrado à adoração ao Pai, por meio do Filho na força do Espírito¹⁹².

191 Cf. CNBB. Doc. 52, n. 40.

192 Cf. CNBB. Doc. 52, n. 86.

297. Deve haver empenho na conscientização dos fiéis sobre a importância da reunião da comunidade no Dia do Senhor. Na celebração da Palavra estão garantidos elementos importantes da celebração da memória do Senhor no Domingo: constituição da assembleia; escuta e atualização da Palavra; louvor ao Pai pela Páscoa de Jesus; envio em missão.

298. O louvor ou ação de graças pode ser realizado com salmos, hinos, cânticos bíblicos, orações litânicas, louvações populares. Não deve ter a forma de celebração eucarística. Não se deve substituir o louvor e a ação de graças pela adoração ao Santíssimo Sacramento ¹⁹³.

299. O momento de louvor e ação de graças pode também ser realizado com a distribuição da comunhão eucarística. Nesse caso, após as preces, o Santíssimo Sacramento é colocado sobre o altar e canta-se a louvação ou ação de graças. Em seguida, passa-se aos ritos da comunhão: Pai-Nosso, convite à comunhão, distribuição da comunhão eucarística, silêncio, oração final ¹⁹⁴.

300. Após a comunhão, partilha ou ação simbólica, a comunidade é enviada em missão ¹⁹⁵.

301. Evite-se transformar a Celebração da Palavra em uma “missa abreviada”, apenas suprimindo as palavras da última ceia. A celebração da Palavra tem estrutura própria e é outra forma de se fazer a memória do Senhor no domingo ¹⁹⁶.

193 Cf. CNBB. *Guia litúrgico-pastoral*, p. 58.

194 Cf. *Ibidem*, p. 58-59.

195 Cf. CDC, cân. 1248, § 2.

196 *Ibidem*, cân. 98-99.

2. A Bênção na Vida Cristã

*“O Senhor te abençoe e te guarde.
O Senhor faça brilhar sobre ti sua face e se compadeça de ti.”
(Nm 6,24-25)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

302. A bênção condensa a riqueza do pensamento judaico-cristão sobre o ser humano e o mundo criado por Deus para sua habitação e zelo. Abençoar significa dispor todas as realidades a que temos acesso, segundo a ótica divina, de modo que revelem seu esplendor¹⁹⁷: “O céu e a terra estão cheios de vossa glória”¹⁹⁸.

303. A Sagrada Escritura, na qual se relata a História da Salvação, reconhece que a criação inteira tem sua origem e destino forjados pela bênção: “Fonte e origem de toda bênção é Deus, bendito acima de tudo, o Deus de bondade, que fez todas as coisas para cobrir de bênçãos as suas criaturas, e que sempre as abençoou, mesmo depois da queda do homem, em sinal de misericórdia”¹⁹⁹. Deus constitui seu povo como povo da bênção, a partir da Aliança.

304. Jesus Cristo é a bênção máxima de Deus Pai²⁰⁰. Nos evangelhos ele aparece abençoando a todos, especialmente os humildes²⁰¹. Na última ceia, ao renovar a Aliança, Jesus eleva ao Pai a oração de bênção: ação de graças que expressa uma vida inteira, experimentada de acordo com a vontade do Pai, entregue e doada por causa do Reino; louvor e adoração verdadeira a Deus. Jesus se constitui, assim, como bênção maior,²⁰² através de quem se pode elevar a Deus toda bênção.

197 Cf. IGRB, n. 12.

198 Trissagion (Santo) na celebração Eucarística.

199 IGRB, n. 1.

200 Cf. IGRB, n. 3.

201 Cf. Mc 10, 16; Lc 24, 50.

202 Cf. Ef 1, 6-10.

305. Por sua vez, a Igreja, querida por Cristo e edificada sobre a Tradição que remonta aos Apóstolos, legítimas testemunhas da Páscoa, torna-se para o mundo sacramento de sua presença redentora, porque está intimamente unida a Ele.²⁰³ Desse modo, todas as suas atividades e ações devem – na mesma medida das ações de Cristo, pois delas é extensão e cumprimento – conduzir as pessoas para que reconheçam tudo quanto Deus criou e que, na sua providência, acompanha como bênção divina, o que, ao mesmo tempo, conduz ao louvor e ação de graças²⁰⁴.

306. Nesse sentido, compete ao ser humano, frágil e pecador, enriquecido com a graça batismal e, por isso, unido a Cristo, elevar a Deus a ação de graças pelas maravilhas que Ele realiza, manifestação de sua bênção. Tal atitude de bênção está intimamente relacionada ao esforço do fiel cumprimento da Aliança, isto é, à prática do amor, da justiça, da luta pela implantação do Reino. Insere-se, ainda, na dinâmica do exercício do sacerdócio comum dos fiéis.

307. A celebração de bênção é um acontecimento litúrgico e tem lugar especial entre os chamados “sacramentais”²⁰⁵, por meio dos quais, à semelhança com os sacramentos, os vários aspectos e circunstâncias da vida são santificados²⁰⁶. A Igreja abençoa de modos variados, sob o influxo do Espírito Santo, instituindo diversas formas de bênçãos, como convite ao louvor de Deus²⁰⁷.

308. O Ritual de Bênçãos traz consigo grande diversidade de celebrações. Apresenta basicamente duas partes principais, sendo a primeira a proclamação da Palavra de Deus e a segunda o louvor da bondade divina com a súplica do auxílio celeste²⁰⁸. É bom que se recorde que estes sinais depen-

203 Cf. LG, n. 1.

204 Cf. IGRB, n. 7.

205 Cf. Decreto da Congregação para o Culto Divino na instituição do Ritual de Bênçãos reformado pelo Concílio Vaticano II.

206 Cf. SC, n. 60.

207 Cf. IGRB, n. 9.

208 Cf. *Ibidem*, n. 20.

dem exclusivamente da Palavra de Deus e se celebram sob a ação da fé, na busca de manifestar a vida pascal que brota da morte e ressurreição do Senhor²⁰⁹.

309. A estrutura das celebrações de bênçãos, propostas pelo Ritual de Bênçãos consta de:

- a. Breves ritos de acolhimento ou de saudação dos presentes;
- b. Proclamação da Palavra de Deus;
- c. Segue a oração de bênção propriamente dita, que é constituída de dois movimentos básicos: um movimento para o alto, chamado de bênção ascendente. Predomina, nesse momento, o tom memorial que não pode faltar, visto que Deus é o autor de toda bênção.
- d. Num segundo momento, a Igreja suplica a intervenção de Deus em determinada situação, ou sobre alguém, ou algum objeto. É a bênção descendente. Deve ser seguida de algum gesto enraizado na tradição bíblica: aspersão com água, imposição das mãos, ou incensação. Destaque-se a imposição de mãos como gesto bíblico-litúrgico mais denso de significado.
- e. Conclui-se com uma fórmula própria de despedida.

310. Sobre os ministérios e ofícios, é bom salientar que, além dos Bispos, Presbíteros, Diáconos, Acólitos, Leitores instituídos, catequistas²¹⁰, os fiéis leigos em geral, homens e mulheres, em razão de sua participação própria no único sacerdócio de Cristo, realizada mediante os sacramentos do Batismo e Crisma, podem assumir a presidência da celebração de bênçãos. Isso se dá tanto de acordo com a natureza da celebração, por exemplo: bên-

209 Cf. *Ibidem*, n. 10.

210 No RICA os catequistas são ministros ordinários da bênção aos seus catequizandos.

ção da mesa, dos pais aos filhos, etc.; quanto por mandato do Ordinário do lugar²¹¹.

B. Orientações Pastorais

311. Que os fiéis tenham a oportunidade de aprofundar a sua compreensão, acerca do significado cultural e religioso das bênçãos que pedem aos sacerdotes e evangelizadores. Cursos, seminários, encontros de formação devem ser pensados com este intuito.

312. Que haja um esforço catequético, para que a bênção retome o seu lugar na vida do povo, com renovado espírito e consciência bíblico-litúrgica, cuidando-se para que a ação simbólica da bênção seja feita com dignidade e nobre simplicidade ²¹². Esclareça-se que as “bênçãos” oferecidas por meio das mídias (rádio, TV, etc.) – mesmo católicas – não substituem a celebração realizada na comunidade de fé.

313. É importante o empenho e a disponibilidade dos ministros (ordenados e leigos) em atender o povo em seus pedidos de bênçãos.

314. Não se negue a bênção aos que a ela recorrem nas diversas circunstâncias e necessidades da vida. Se ela for solicitada após a celebração da Eucaristia, que o fiel seja esclarecido a respeito da bênção maior que acabou de receber e seja orientado a buscar a bênção noutra momento, para que a mesma seja oportunamente celebrada. Contudo, não se constreña a ninguém quanto ao pedido, nem se fira sua sensibilidade religiosa que é também abertura ao dom de Deus. Nesse caso, realize a oração de bênção com uma fórmula simples, em conexão com a celebração Eucarística, sem delongas e maiores gestos.

315. Procure-se, na cooperação ministerial, a integração do ministério leigo na presidência das celebrações de bênção. Com esse propósito, tenha-se em conta a primazia da dimensão comunitária, o respeito às funções

211 Cf. IGRB, n. 18.

212 CNBB. *Guia litúrgico-pastoral*, p. 66.

litúrgicas (leitores, cantores, presidência, etc.), bem como o uso de vestes litúrgicas adequadas à condição e realidade de cada ministro²¹³.

316. Tenha-se em conta, também, as práticas de bênçãos populares como práticas importantes. Aquelas que já existem e são realizadas por benzedei-ras e rezadeiras devem ser reconhecidas, valorizadas e orientadas, pois são tesouros da vida eclesial, e podem ser sementeiras de ministérios leigos da bênção.

317. O costume de se convidar o pároco para abençoar as casas, não deve impedir a formação e criação de ministros e ministras leigos para prestar esse serviço como Ministros da Visitação Missionária.

318. Nas famílias, a bênção deve ser um sinal frequente na relação dos pais e filhos. Os jovens e as crianças devem ser instruídos a pedir a bênção, sobretudo aos pais, aos padrinhos, tios e avós.

319. Que o Ritual de Bênçãos da Igreja seja mais conhecido e utilizado na formação de presbíteros, diáconos e leigos.

320. Em momentos significativos da vida eclesial e da vida do povo, a bênção deve receber lugar de destaque: gravidez e parto, noivado, bodas, formaturas, doenças, mortes, dificuldades, bênção das casas, de estabelecimentos, de veículos etc.

321. Os exorcismos são bênçãos e sempre se fizeram presentes na Liturgia da iniciação cristã, no catecumenato dos adultos e no rito do Batismo de crianças, nos quais têm sua origem. Esses exorcismos são denominados “Exorcismos Menores”. A Igreja possui ainda o que se denomina “Exorcismo Maior”. Esta oração está destinada ao uso de presbíteros que receberam a licença do Bispo Diocesano para casos específicos de comprovada posse-ssão²¹⁴. O ritual insiste que somente seja feito quando o tormento demoníaco ou a posse-ssão sejam reconhecidos, o que deve claramente ser

213 Cf. IGRB, n. 39.

214 Cf. CDC, cân. 1172, § 2.

distinguido dos sofrimentos mentais ou patologias psiquiátricas. A Igreja, a exemplo de Cristo,²¹⁵ luta contra o Maligno para que os fiéis se fortaleçam com o poder do Espírito Santo. São casos especialíssimos e raros. Segundo a disciplina atual, não se pode aplicá-lo em contextos litúrgicos ordinários e muito menos associá-lo à celebração eucarística.

3. A Piedade Popular

“O que nós ouvimos, o que aprendemos, o que nossos pais nos contaram, não ocultaremos a seus filhos; mas vamos contar à geração seguinte as glórias do Senhor, o seu poder e os prodígios que operou”

(Sl 78,2-3)

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

322. Piedade popular é a forma com que o povo vive e celebra sua fé. Ela incorpora elementos culturais e tradições próprias de cada grupo humano. Há práticas litúrgicas populares assumidas pela Igreja como legítimas devoções a serem incentivadas, pelos valores humanos, evangélicos e comunitários nelas presentes.

323. Há distinção entre piedade popular e religiosidade popular. A primeira é mais aproximada da experiência de fé cristã; a segunda, mais distante da mesma, carente de evangelização e mesclada com elementos religiosos de outras tradições, inclusive não cristãs.

324. Nas Escrituras, são muitos os exemplos que decorrem da prática da piedade popular, diversos, em si, da liturgia oficial do templo. Exemplos mais vivos são: o olhar para a serpente de bronze; a mulher que toca a barra do manto de Jesus; o batismo de João Batista, como prática de ablução e de penitência; o banho na piscina de Siloé e os próprios gestos do Senhor, como judeu leigo, na imposição e toque de mãos, na imposição de barro com saliva, nos esconjuros, e outros.

215 Cf. Lc 8, 36-39.

325. Partindo dos sinais e dos gestos de que dispõem, homens e mulheres, de todos os tempos, aproximam-se de Deus, demonstrando ardente desejo, afeto e empenho em buscar a salvação. Deus, que em Jesus veio ao encontro da nossa humanidade, assumindo essa mesma natureza simbólica, não rechaça tais expressões, mas as acolhe, olhando para além delas, encontrando o que mais buscava: a vida.

326. Não se pode entender a piedade popular como um anexo das expressões da Liturgia oficial. Ela tem suas referências próprias, sua vitalidade e goza de autonomia na vida do povo²¹⁶. São João Paulo II a considerou “verdadeiro tesouro do povo de Deus”,²¹⁷ e convidou os cristãos a lançarem um novo olhar para essa dimensão da vida cristã.

327. O Concílio Vaticano II reconhece o valor da piedade popular, especialmente, se seus atos são ordenados, tendo em conta os tempos litúrgicos, de modo que se harmonizem com a sagrada Liturgia, inspirem-se nela e a ela conduzam o povo. O documento final da Conferência Episcopal Latino-Americana de Santo Domingo, por sua vez, declara:

“Temos de promover uma Liturgia que, em total fidelidade ao espírito que o Concílio Vaticano II quis recuperar em toda sua pureza, busque, dentro das normas dadas pela Igreja, a adoção das formas, sinais e ações próprios das culturas da América Latina e Caribe. Nesta tarefa, deve-se dar uma especial atenção à valorização da piedade popular, que encontra sua expressão especialmente na devoção à Santíssima Virgem, nas peregrinações aos santuários e nas festas religiosas, iluminadas pela Palavra de Deus”²¹⁸.

328. Na conferência de Medellín, em 1968, os bispos latino-americanos vislumbraram nas manifestações da piedade popular “enorme reserva de virtudes autenticamente cristãs, especialmente no que diz respeito à cari-

216 Cf. DPPL, n. 9

217 JOÃO PAULO II, Papa. *Homilia pronunciada em La Serena* (Chile), aos 05.04.1987.

218 SD, n. 53.

dade”²¹⁹. Puebla afirmou que a piedade popular “em seu núcleo, é um acervo de valores que responde com sabedoria cristã às grandes incógnitas da existência. A sapiência popular católica tem uma capacidade de síntese vital; engloba criadoramente o divino e o humano”²²⁰. O Documento de Aparecida reconheceu que a piedade do povo, “ainda que se viva em multidão, não é uma ‘espiritualidade de massas’”²²¹.

B. Orientações Pastorais

329. Reconhecer, com respeito, a piedade popular é extremamente benéfico, inclusive para a Liturgia, visto que pode haver uma mútua fecundação de ambas, tornando a Liturgia mais próxima da vida do povo e a piedade popular mais voltada para o mistério pascal de Cristo.

330. Que cresça, na Arquidiocese de Belo Horizonte, o esforço para o reconhecimento da piedade popular e de suas expressões. Que sejam criados núcleos de estudo e de conservação desse importante patrimônio espiritual de nossa Igreja.

331. As expressões da piedade popular devem ser orientadas a assumir, com empenho, os conteúdos da fé, discernindo o que há de limites no sentido da experiência cristã. Que não sejam, entretanto, confundidas com credices.

332. Valorizem-se as expressões que aproximam Liturgia e piedade popular, tal como o Ofício Divino das Comunidades que, com sucesso, reuniu a Liturgia das Horas com elementos da piedade popular.

333. Dê-se atenção às celebrações litúrgicas em sua capacidade de adaptação à índole do povo e à sua maneira de manifestar a fé. Que o processo de inculturação seja refletido e aprofundado, podendo assim ser executado de maneira sadia e equilibrada.

219 Medellín, 6,3.

220 DP, n. 448.

221 DAp, n. 261.

334. Que seja, a piedade popular, assumida e conhecida a partir dela mesma, com sua lógica própria, sua teologia, sua capacidade de relação com Deus e com os irmãos.

335. As festas dos padroeiros (as) devem ser ocasião de proporcionar aos fiéis uma catequese mistagógica, e ótima oportunidade para a experiência eclesial, no tocante à comunhão, participação e missão, sem que se dê ênfase ao devocionismo.

336. As romarias e peregrinações aos santuários devem traduzir, de modo concreto, nossa caminhada, seguindo o Cristo peregrino e festejando a universalidade da Igreja aberta a todos.²²² Os reitores e responsáveis pelos santuários da Arquidiocese devem trabalhar numa dimensão de pastoral orgânica e elaborar as diretrizes para uma eficiente Pastoral dos Santuários.

337. A discriminação das práticas religiosas do povo, ou a atitude de ignorar sua existência revela pouca compreensão do Evangelho, da pastoral, da liberdade do Espírito, que sopra onde quer, bem como da necessária inculturação da fé.

4. A Celebração da Morte do Cristão

“E se Cristo não ressuscitou, a vossa fé não tem nenhum valor [...] Mas, na realidade, Cristo ressuscitou dentre os mortos como primícias dos que morreram!”

(1Cor 15, 17a-20)

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

338. O Novo Testamento deixa claro que a morte é uma consequência do pecado²²³. Se o homem não tivesse pecado, a morte corporal, da qual ele teria sido subtraído, seria “o último inimigo” a ser vencido²²⁴. Um segundo

222 Cf. CNBB. Doc. 43, n. 110.

223 Cf. Rm 6, 23.

224 Cf. 1Cor 15, 26.

elemento da concepção neotestamentária sobre a morte se constitui pela afirmação de que Jesus, com sua entrega, superou a morte²²⁵.

339. Para a fé cristã, a morte não anula o projeto de amor do Criador, mas é vista à luz da vida, que em Deus nunca se acaba. É a fé na vida eterna, que já se inicia nessa vida, com a aceitação e vivência da Boa-Nova de Jesus.

340. O olhar do cristão sempre se volta para Jesus Cristo. O sentido que Jesus deu à morte e, de maneira especial, o sentido que deu à sua própria morte, encontramos no Evangelho: “Se o grão de trigo que cai na terra não morrer, fica só. Mas, se morre, produz muito fruto. Quem se apega à sua vida, perde-a; mas quem não faz conta de sua vida neste mundo, há de guardá-la para a vida eterna”²²⁶.

341. Olhando para Jesus, o cristão, na sua vida, em cada gesto de amor-doação, vai também dando sentido ao sem-sentido, às pequenas mortes, como a dor, o sofrimento, a doença, a incompreensão e a perseguição. Nesse sentido, a morte é integrada à vida. Isso é o que se chama de ritmo pascal da vida cristã: uma caminhada feita de morte e ressurreição, em cujo desenrolar se descobre um sentido e uma direção mais plenos.

342. Celebrar a morte do cristão é, pois, celebrar sua participação no mistério pascal de Cristo que, sacramentalmente, ele experimentou ao longo de sua vida e, agora, celebra, definitivamente.

343. O fundamento da fé na vida eterna, conforme se professa no Credo, é a Ressurreição de Jesus. Ele liga a fé na ressurreição à sua própria pessoa: “Eu sou a ressurreição e a vida”²²⁷.

344. Através das exéquias, a Igreja reza pelos defuntos, ensina aos vivos a transitoriedade da vida humana e celebra a morte como um evento integrado ao plano da salvação. A Constituição conciliar sobre a Liturgia de-

225 Cf. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Paulinas, 1984, p. 633.

226 Jo 12, 24-25.

227 Jo 11, 25.

clara: “O rito das exéquias deve exprimir mais claramente a índole pascal da morte cristã. E corresponder ainda melhor às condições e tradições das diversas regiões também com relação à cor litúrgica”²²⁸.

B. Orientações Pastorais

345. Quando celebra as exéquias, a Igreja expressa o laço da morte do cristão com o mistério pascal de Cristo. “É pela Eucaristia assim celebrada que a comunidade dos fiéis, especialmente a família do defunto, aprende a viver em comunhão com aquele que ‘dormiu no Senhor’, comungando do Corpo de Cristo, do qual é membro vivo, e rezando a seguir por ele e com ele”²²⁹.

346. Ainda que não seja possível atender a todas as famílias que poderiam pedir funerais com celebração eucarística, os presbíteros, os diáconos ou os ministros leigos realizem as celebrações das exéquias com esmero. Considerem-se as várias possibilidades rituais: velório, encomendação e sepultamento, celebrando-se a eucaristia ou não. Atente-se para a singularidade do momento da morte como propício ao acompanhamento da família enlutada, geralmente disposta a vivenciar na fé a entrega definitiva do familiar falecido.

347. A CNBB adaptou o Ritual de Exéquias para o Brasil, num esforço de adaptação. Intitulado *Nossa Páscoa, Subsídios para a celebração da esperança*, o texto afirma, em sua introdução: “em tudo há um grande esforço de valorizar os símbolos, numa linguagem orante e adaptada à sensibilidade do povo brasileiro”²³⁰. Os Subsídios apresentam três celebrações para o velório, inspiradas na Celebração da Palavra, no Ofício Divino das Comunidades e na Vigília Pascal. Há liturgias para a encomendação e para o sepultamento. Uma das celebrações está prevista para os casos de cremação. A Igreja dispõe, ainda, da celebração da Liturgia das Horas, com ofícios próprios para os defuntos.

228 SC, n. 81.

229 CIC, n. 1689.

230 Cf. *Nossa Páscoa. Subsídios para a Celebração da Esperança*. São Paulo: Paulus, 2004, 2ª. Ed.

348. Sejam valorizados, para a celebração das exéquias, os símbolos pascais – círio pascal, a água, o incenso, as flores, entre outros –, e preparado o espaço que melhor transmita a esperança cristã na ressurreição. Também a escolha de cantos apropriados ajuda a explicitar o sentido pascal da celebração.

349. Criar a Pastoral das Exéquias (também chamada de Pastoral da Esperança ou da Consolação) nas paróquias e comunidades, nas quais ainda não exista, para o momento específico da morte, e, também, para o período do luto, durante o qual, muitas vezes, essa presença se torna ainda mais necessária.

350. Nos cemitérios, deve-se criar e manter um serviço permanente das exéquias, seja através da nomeação de capelães, seja através da presença de Equipes de Ministros das Exéquias. É da responsabilidade do VEAP, a organização dos cursos e capacitação desses ministros. Após a formação, dê-se a investidura, a ser conferida pelos vigários episcopais ou forâneos, em um breve rito.

351. Não se recuse a celebração das exéquias a ninguém, mesmo àqueles que não participavam da comunidade, independentemente da circunstância da morte ²³¹.

352. Dispensem-se cuidados especiais às famílias daqueles cuja morte ocorre em situações de violência e nos casos de morte de crianças e jovens²³².

353. Nas Exéquias, evitem-se os elogios fúnebres sem, no entanto, levar a extremo o uniformismo e a total falta de diferenciação entre as pessoas²³³.

231 Ibidem, p. 70.

232 Ibidem

233 Ibidem

354. "A Igreja permite a incineração se esta não manifestar uma posição contrária à fé na ressurreição dos mortos"²³⁴. Oriente-se a família a fazer a deposição da urna, com as cinzas, no túmulo da família. Utilize-se o rito previsto no Subsídio *Nossa Páscoa*. Se, por ventura, houver a decisão pela dispersão das cinzas, garanta-se o sentido pascal do gesto pelo mesmo rito.

355. As missas de sétimo, trigésimo dia e um ano devem ser, preferencialmente, celebrações comunitárias.

5. Culto Eucarístico fora da Missa

"Nós adoramos o que conhecemos"
(Jo 14,22)

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

356. Na Igreja latina, o culto às espécies consagradas na Eucaristia, mais conhecida como adoração ao Santíssimo Sacramento, remonta à Idade Média, mais precisamente ao século XIII, em ambiente de fecunda discussão acerca da presença real de Jesus Cristo nas espécies sagradas. Por causa da propagação de doutrinas que colocavam em dúvida essa presença real, incrementou-se a prática do culto às espécies eucaristizadas. A partir de então, a Igreja perpetuou tal prática que, no decorrer da história, conheceu diferentes compreensões e expressões.

357. A prática de se reservar a eucaristia nas capelas não nasce, contudo, com a finalidade do culto eucarístico fora da missa. A reserva simbólica se destina, em primeiro lugar, aos irmãos e irmãs enfermos que estão impedidos de frequentar a Liturgia de suas comunidades ²³⁵.

358. Jesus Cristo está realmente presente na Eucaristia, condição sem a qual a participação dos fiéis no mistério pascal perde sentido. A Constituição *Sacrosanctum Concilium* acentua essa presença, para que se realize o

234 CIC, n. 2301.

235 Cf. ICME, n. 49.

mistério da salvação na vida dos que celebram a Liturgia²³⁶. A mesma Constituição explicita que essa presença se dá em toda a celebração eucarística: Jesus está presente no povo reunido em seu nome; na palavra proclamada que, na Liturgia, converte-se em sacramento;²³⁷ nos ministros e ministras que servem o povo e nas espécies sagradas²³⁸. Tais formas de presença são reais e não se excluem, mas se complementam. Há de se acrescentar, ainda que ultrapasse o ambiente litúrgico, a presença real de Jesus nos pobres²³⁹. Tal presença nos desafia, como chamado permanente à solidariedade, ao amor concreto, à opção preferencial da Igreja latino-americana²⁴⁰.

359. O culto eucarístico fora da missa não deve nunca ser alienado de sua estreita relação com a celebração eucarística. A espiritualidade da adoração ao Santíssimo deve levar os fiéis ao desejo de participação no mistério da páscoa de Cristo, celebrado na Ceia do Senhor.

360. Mantendo-se fiel a essa ligação com o mistério da morte e ressurreição do Senhor e à Eucaristia celebrada, o culto eucarístico encontra razão suficiente e sentido claro na vida espiritual de nossas comunidades. Dentro de um correto espírito, a adoração conduz à celebração da Eucaristia em comunidade, pois não a substitui e, de modo algum, a ela se equipara²⁴¹.

B. Orientações Pastorais

361. O Dia do Senhor deve ser reservado para a memória da Páscoa cristã, por meio da celebração da Eucaristia, ou da celebração da palavra e para o descanso semanal e dia da família²⁴². Valorize-se a Eucaristia dominical como ponto alto da vida comunitária e a adoração como preparação desse momento.

236 Cf. SC, n. 6.

237 Cf. IELM, n. 41; DV, n. 21.

238 Cf. SC, n. 7.

239 Cf. Mt 25, 31-46.

240 Cf. DP, n. 707.

241 SC, n. 13; ICME, n. 58.

242 Cf. ICME, n. 25.

362. Não se faça bênção e adoração do Santíssimo, imediatamente após a missa, porque ficará prejudicada a compreensão dos fiéis do verdadeiro sentido da celebração Eucarística, que é memorial completo da Páscoa do Senhor, dispensando complementos. Tais iniciativas esvaziam o sentido da Eucaristia e levam a uma valorização inadequada da adoração ao Santíssimo Sacramento.

363. A adoração ao Santíssimo deve ser incentivada para outros dias da semana, como na quinta-feira, dia em que se relembra a instituição da Eucaristia; na sexta-feira, dia dedicado à devoção ao Sagrado Coração de Jesus; na terça-feira, pela Sagrada Face ou em horas especiais de oração pessoal ou comunitária.

364. Conforme as orientações pastorais do magistério é preciso impedir que aconteçam, nas celebrações eucarísticas, manifestações em torno da hóstia, introduzidas arbitrariamente²⁴³. O sentido da adoração ao Santíssimo não pode se sobrepor à própria Eucaristia.

365. As adorações devem ser feitas com a devida sobriedade, acompanhadas de cânticos adequados, leituras bíblicas e momentos de silêncio.

366. Não façam as procissões com o ostensório nas exposições do Santíssimo. Isso extrapola a devida piedade e o espírito de adoração que convém ao sacramento²⁴⁴. As procissões devem ser reservadas para a Solenidade de *Corpus Christi*, conforme prevê o rito, ou para aquelas ocasiões em que sejam recomendadas.

367. Seja valorizada e promovida a frequência de pessoas, grupos, movimentos e pastorais no Santuário Arquidiocesano de Adoração Perpétua, bem como nas igrejas das comunidades paroquiais, semanalmente, sobretudo nas quintas-feiras.

243 CNBB, *Guia Litúrgico-pastoral*. 2ª. Ed., Brasília, p. 48.

244 Cf. CNBB, Doc. 53, n. 41.

6. Celebrações Ecumênicas

*“Que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim, e eu em ti”
(Jo 17,21)*

A. Fundamentação Bíblico-Teológica

368. A unidade desejada por Jesus Cristo para a Igreja viu-se ameaçada desde os inícios. Seus próprios discípulos chegaram a discutir entre si sobre quem seria o maior entre eles²⁴⁵. A comunidade de Corinto também viveu o risco de partidarismos²⁴⁶. Ao longo da história do cristianismo, a Igreja de Cristo se viu dividida por mais de uma vez. Nasceu, então, no século XX, o movimento ecumênico entendido como o conjunto de “atividades e iniciativas suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos”²⁴⁷.

369. No catolicismo, o Concílio Vaticano II significou grande impulso à causa ecumênica, sobretudo com o Decreto *Unitatis Redintegratio*, no qual se lê, ao final do parágrafo 4: “Este Sagrado Concílio constata com alegria que a participação dos fiéis católicos na ação ecumênica cresce de dia para dia. Recomenda-a aos Bispos de toda a terra para que seja por eles prudentemente promovida e dirigida”. São João Paulo II confirma o caminho ecumênico como caminho da Igreja ao afirmar que “cheia de esperança, a Igreja Católica assume o empenho ecumênico como um imperativo da consciência cristã, iluminada pela fé e guiada pela caridade”²⁴⁸.

370. “O movimento ecumênico é uma graça de Deus, concedida pelo Pai, em resposta à oração de Jesus e às súplicas da Igreja, inspirada pelo Espírito Santo. O seu campo específico é o restabelecimento da unidade entre os cristãos, orientado no quadro da missão geral da Igreja que é congregar

245 Mc 9, 34.

246 Cf. I Cor 3, 4.

247 UR, n. 4.

248 UUS, n. 8.

a humanidade em Cristo. Todos aqueles que são batizados em nome de Cristo estão, por esse mesmo fato, chamados a empenhar-se na procura da unidade. A comunhão no batismo está orientada para a plena comunhão eclesial. Viver o batismo é estar comprometido na missão de Cristo que é congregar tudo na unidade”²⁴⁹. O ecumenismo, portanto, orienta-se pela busca da comunhão e da unidade entre os cristãos. O espírito ecumênico guia-se menos pelas estratégias e mais pela espiritualidade de comunhão. “Não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior... Esta conversão do coração e santidade de vida, juntamente com as preces particulares e públicas pela unidade dos cristãos, devem ser tidas como a alma de todo o movimento ecumênico...”²⁵⁰.

371. À luz da teologia do batismo, sacramento que estabelece o laço sacramental de unidade entre todos aqueles que por ele renascem, estimula-se a comunhão de vida e de atividade espiritual entre os cristãos. São possíveis então algumas celebrações comuns chamadas de celebrações ecumênicas. Nelas tomam parte ativa cristãos de denominações diferentes. É fundamental conhecer o *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o Ecumenismo* do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos. Nele se encontram orientações precisas sobre o sacramento do batismo, sobre a partilha de atividades e recursos espirituais e sobre casamentos mistos.

372. A Igreja distingue seu empenho pelo ecumenismo, no quadro do diálogo com as diferentes denominações cristãs. Quando se trata do importante diálogo com outras religiões, convém utilizar a expressão “diálogo inter-religioso”.

B. Orientações Pastorais

373. Preparar a celebração, em todos os seus passos, envolvendo representação das confissões celebrantes. É necessário o conhecimento da pró-

249 Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o Ecumenismo, n. 22.

250 UR, nn. 7-8.

pria identidade, para que as celebrações ecumênicas sejam expressões da diversidade em busca da unidade.

374. Exercitar a preparação conjunta das celebrações, sem predomínio do jeito de celebrar de uma comunidade, cultivando sensibilidade quanto ao uso dos símbolos, dos gestos e das orações, evitando-se constrangimento para outras confissões.

375. Cuide-se para que todos os elementos celebrativos sejam preparados, previamente, pelos envolvidos. Nessa preparação é necessária a participação daqueles que partilharão a presidência da celebração, para que se combine quando a palavra será dada a cada um; quais os lugares que ocuparão; e se utilizarão ou não paramentos, entre outros detalhes.

376. O ambiente da celebração deve ser bem preparado de modo a não colocar em evidência símbolos que firam sensibilidades. Se a celebração ocorrer fora de uma igreja, preparar bem o ambiente da celebração, sem colocar aí o que possa constranger os participantes. Se a celebração ocorrer numa igreja, que seja respeitado o espaço celebrativo dessa igreja.

377. Devem ser usados somente símbolos comuns às diversas confissões.

378. Os textos bíblicos devem ser bem escolhidos para facilitar a reflexão ecumênica, evitando-se interpretações conflitantes. Preferencialmente, utilize-se a Tradução Ecumênica da Bíblia (TEB).

379. Utilizar cantos familiares às diversas Igrejas ou confissões, os que foram aprovados e tornaram-se comuns, como os das Campanhas da Fraternidade ecumênicas de 2000, 2005, 2010 e 2016, Jornadas Ecumênicas, cantos de Taizé, etc.²⁵¹.

380. Elaborar um roteiro para a celebração, atendendo ao que é comum nos diferentes rituais das confissões celebrantes. Por exemplo:

251 Cf. Canções da Unidade, CD - CONIC – Paulinas.

- a. Saudação, com acolhida das igrejas presentes e alusão ao sentido da celebração.
- b. Adoração da Santíssima Trindade.
- c. Confissão dos pecados e anúncio do perdão.
- d. Cântico de Louvor;
- e. Anúncio da Palavra de Deus (leituras bíblicas, homilia ou partilha da Palavra);
- f. Afirmações de fé – Credo Apostólico ou Credo da Unidade;
- g. Orações: “Pai-Nosso” na versão ecumênica;
- h. Bênção – Abraço da paz e envio.

381. Utilizar, se for oportuno, o Ofício Divino das Comunidades,²⁵² com celebrações já preparadas no espírito ecumênico, com um bom roteiro, sugestões de leituras, salmos, hinos, preces e orações para diversas circunstâncias: ação de graças, mutirões, encontros pastorais, lutas, bênção da casa, enfermos, oração pela paz com orações específicas das diversas igrejas e religiões.

382. Aproveitar as celebrações para incentivar o trabalho ecumênico nas comunidades e igrejas, propor ações sociais ecumênicas, participação na luta pelos direitos humanos e estudo bíblico em conjunto.

383. A busca da unidade será uma atitude constante. Não restringir a vivência da unidade às celebrações que acontecem em momentos especiais como formaturas, casamentos, funerais, etc.²⁵³. Nas celebrações de nossas comunidades, salientar sempre a presença dos irmãos de outras denominações que nos visitam.

252 Ofício Divino das Comunidades. São Paulo: Paulus, 1994.

253 Consulte-se o *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*, publicado em 1993 pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

384. Valorizar, anualmente, a Semana de Oração pela Unidade Cristã – que acontece entre a Solenidade da Ascensão do Senhor e Pentecostes –, como oportunidade privilegiada de comunhão e estreitamento dos laços de fraternidade, que brotam da ação do Espírito Santo, que nos faz uma só Igreja de Cristo.

385. Promova-se, junto às comunidades cristãs, periódicos encontros de reflexão e oração, de acordo com as orientações do importante Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, o CONIC. São membros: a Igreja Católica Apostólica Romana; a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; a Igreja Sirian Ortodoxa de Antioquia; e a Igreja Presbiteriana Unida.

Diretório Pastoral
Litúrgico-Sacramental

Volume VII

Índice Remissivo

Índice Remissivo

A

- Adoração 193, 198, 295, 297, 303, 355, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 365, 366, 379.
Advento 19, 26, 27, 28.
Água 81, 123, 154, 155, 159, 308, 347.
Aleluia 26, 56.
Aliança 9, 47, 180, 197, 202, 203, 240, 241, 246, 302, 303, 305.
Altar 29, 31, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 83, 86, 87, 195, 198, 298, 308.
Ambão 72, 73, 74, 75, 77, 78, 86, 87, 89, 197.
Ascensão 18, 383.
Assembleia 11, 12, 13, 14, 15, 26, 30, 31, 33, 53, 54, 55, 56, 57, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 79, 80, 89, 107, 108, 119, 137, 150, 179, 195, 196, 197, 198, 267, 269, 279, 296.
Ato penitencial 171, 196.

B

- Banquete 77, 198, 243.
Batismo 27, 68, 81, 94, 103, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 141, 142, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 159, 160, 161, 163, 167, 171, 172, 210, 243, 288, 309, 320, 323, 369, 370.
Batistério 72.
Bênção 27, 29, 34, 83, 155, 178, 190, 193, 236, 248, 254, 293, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 361, 379, 380.
Bispos 61, 93, 167, 229, 263, 266, 267, 273, 283, 309, 327, 368.

C

- Canto 28, 47, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 89, 168, 186, 187, 194, 196, 197, 198, 220, 254, 314, 347, 378.
Canto gregoriano 56, 63.
Casamento 239, 241, 242, 245, 246, 248, 253, 258, 259, 370, 382.
Catedral 91.

- Catequese 103, 106, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 162, 163, 164, 175, 185, 211, 235, 248, 334.
- Catequistas 129, 131, 132, 133, 139, 163, 169, 248, 309.
- Ceia do Senhor 94, 217, 358.
- Celebração eucarística 27, 77, 103, 168, 178, 183, 186, 187, 194, 198, 216, 297, 313, 320, 345, 357, 358, 361.
- Círculos bíblicos 138.
- Círio 27, 72, 78, 347.
- Clérigos 10, 38, 42, 90.
- Comunidade 3, 7, 8, 12, 13, 17, 20, 23, 25, 29, 30, 32, 38, 41, 42, 44, 45, 50, 71, 77, 79, 90, 99, 105, 106, 107, 108, 110, 111, 114, 116, 121, 122, 125, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 158, 162, 174, 175, 182, 186, 189, 195, 197, 198, 199, 205, 208, 209, 211, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 232, 236, 237, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 256, 265, 266, 267, 270, 271, 274, 282, 284, 285, 286, 290, 291, 292, 294, 296, 299, 311, 331, 344, 346, 348, 350, 356, 359, 366, 367, 373, 380, 381, 382, 384.
- Confirmação 139, 153, 160, 171.
- Confissão 149, 212, 214, 220, 221, 222, 379, 384.
- Cordeiro de Deus 56, 57, 295.
- Cores litúrgicas 78.
- Coroa do Advento 27.
- Coroação 29.
- Corpo 32, 44, 54, 77, 79, 179, 196, 197, 198, 229, 260, 266, 268, 287, 337.
- Corpo de Cristo 9, 14, 69, 118, 161, 211, 268, 287, 344.
- Cremação 346.
- Criança 55, 125, 130, 134, 139, 140, 186, 187, 317, 320, 351.
- Crisma 103, 147, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 309.
- Cruz 19, 31, 72, 77, 78, 86, 87, 215, 217.
- Culto eucarístico 198, 356, 358, 359.

D

- Defuntos 189, 195, 343, 346.
- Dia do Senhor 9, 21, 24.
- Diáconos 93, 263, 264, 266, 273, 278, 309, 318, 345.
- Domingo 20, 21, 24, 25, 27, 28, 34, 139, 142, 183, 197, 198, 279, 283, 289, 296, 300, 326.

E

Ecumênico 124, 367, 368, 369, 380, 381.

Encarnação 6, 18.

Epifania 1, 94, 160.

Eucaristia 11, 37, 43, 77, 81, 130, 139, 141, 147, 161, 163, 167, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 184, 186, 188, 191, 192, 196, 198, 210, 265, 290, 313, 344, 345, 355, 356, 357, 359, 360, 361, 362, 363.

Evangelário 77.

Exéquias 27, 103, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 352.

Exorcismo 193, 320.

F

Família 25, 125, 128, 136, 139, 198, 225, 232, 237, 238, 245, 246, 248, 249, 250, 274, 317, 344, 345, 351, 353, 360.

Flores 26, 347.

Folheto 32, 197.

Fonte batismal 31, 73, 74, 75, 79, 81, 87.

Foranias 137.

G

Gestos 5, 6, 31, 176, 193, 198, 212, 215, 249, 264, 295, 313, 323, 324, 373.

Graça 20, 43, 122, 177, 178, 195, 196, 198, 206, 210, 220, 229, 232, 243, 247, 263, 264, 275, 281, 297, 298, 303, 304, 305, 369, 380.

H

Hino de louvor 26, 57, 58, 196.

Homilia 106, 197, 220, 234, 256, 379.

I

Ícone 31, 74, 78, 87, 215, 248, 264.

Igreja Particular 93, 116, 168, 270.

Imagens 72, 87.

Incensação 27, 308.

Incenso 195, 347.

Incineração 353.
Inculturação 41, 332, 336.
Iniciação cristã 27, 103, 146, 147, 153, 160, 161, 162, 174, 320.
Instrumento musical 53, 64.

J

Jejum 210

L

Ladainha 56, 295.
Lecionário 56, 77, 197.
Leigo, leiga 10, 41, 90, 93, 111, 112, 113, 119, 198, 273, 288, 291, 292, 309, 312, 314, 315, 316, 318, 323, 345.
Leitura 32, 56, 78, 195, 197, 211, 282, 364, 379, 380.
Liturgia das Horas 27, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 56, 192, 331, 346.
Lucernário 27.

M

Maria 19, 28, 79, 86, 335.
Mártires 19, 77.
Matrimônio 103, 144, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 256, 257.
Meditação 32, 211.
Memorial 7, 15, 177, 184, 198, 210, 308, 361.
Menorá 27.
Ministério 66, 78, 97, 100, 102, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 118, 187, 197, 261, 262, 263, 264, 265, 267, 269, 270, 273, 274, 287, 288, 309, 315, 315.
Ministros 9, 56, 67, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 93, 95, 100, 102, 105, 108, 111, 113, 117, 118, 164, 229, 235, 248, 262, 266, 267, 268, 269, 291, 292, 312, 316, 345, 349, 357.
Misericórdia 196, 207, 212, 215, 220, 302.
Missa 28, 34, 56, 186, 187, 189, 190, 192, 193, 194, 196, 198, 217, 300, 354, 356, 358, 361.
Missal 56, 77, 196, 198.
Missionária, missionário 13, 139, 153, 158, 248, 261, 263, 271, 316.
Mistagógico 34, 72, 131, 139, 248.

Mistério Pascal 7, 11, 18, 21, 34, 35, 70, 106, 176, 177, 184, 185, 188, 189, 192, 199, 232, 244, 245, 247, 328, 341, 344, 357.

Morte 15, 22, 35, 109, 122, 123, 177, 206, 207, 227, 228, 229, 261, 289, 307, 319, 337, 338, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 348, 350, 351, 359.

Música 50, 51, 52, 54, 55, 56, 61, 63, 65, 67, 89, 100.

N

Natal 19, 139.

Nossa Senhora 29.

O

Ofício Divino 38, 42, 44, 45, 46, 190, 218, 331, 346, 380.

Oração dos Fiéis 28, 197, 254.

Oração Eucarística 57, 77, 178, 179, 195, 198, 295.

Ordem 93, 110, 262, 263, 266.

Ordenação 262, 265, 266.

P

Padrinhos 125, 129, 131, 132, 139, 172, 248, 251, 317.

Pai-Nosso 31, 139, 298, 379.

Palavra de Deus 53, 54, 67, 75, 77, 78, 79, 103, 196, 197, 214, 220, 234, 247, 249, 279, 280, 281, 287, 292, 307, 308, 326, 379.

Paróquia 100, 116, 127, 130, 132, 139, 145, 190, 216, 248, 250, 251, 252, 257, 274, 348.

Páscoa 13, 15, 28, 122, 139, 161, 197, 206, 217, 217, 288, 296, 304, 346, 353, 358, 360, 361.

Pastoral da Criança 139.

Pastoral da Saúde 237.

Pastoral das Exéquias 348.

Pastoral Familiar 135, 248.

Pastoral Litúrgica 44, 60, 90, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 168, 190, 195, 217, 248, 251.

Pastoral Presbiteral 272.

Pecado 48, 123, 146, 159, 161, 196, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 212, 214, 220, 221, 222, 223, 225, 229, 305, 337, 379.

Penitência 196, 209, 210, 211, 213, 214, 217, 218, 220, 221, 222, 323.

Pentecostes 18, 153, 158, 383.
Piedade 26, 29, 44, 327, 365.
Piedade popular 28, 41, 42, 321, 322, 323, 235, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333.
Povo de Deus 9, 38, 71, 81, 155, 196, 197, 224, 264, 265, 270, 273, 277, 325.
Povo sacerdotal 9, 10, 108, 268, 269.
Preces 6, 57, 194, 197, 298, 369, 380.
Presbítero 11, 77, 93, 99, 167, 198, 219, 229, 230, 263, 265, 266, 267, 270, 271, 273, 279, 282,
290, 309, 318, 320, 345.
Procissões 31, 34, 194, 365.

Q

Quaresma 19, 26, 27, 87, 145, 216, 217, 218, 220.

R

Reconciliação 200, 201, 204, 205, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220,
221, 222.
Reino 10, 14, 19, 177, 182, 197, 203, 225, 242, 247, 260, 228, 303, 305.
Religiosidade popular 34, 284, 322.
Religiosos 38, 42, 273, 322.
Ressurreição 15, 19, 21, 22, 35, 75, 78, 92, 109, 122, 177, 206, 217, 228, 261, 289, 293, 307,
340, 342, 347, 353, 359.
Ritos finais 28, 77, 170, 199.
Ritualidade 30.

S

Sacerdócio 3, 9, 267, 268, 269, 309.
Sacerdócio comum 108, 268, 269, 305.
Sacramental 10, 22, 39, 69, 71, 139, 178, 179, 213, 214, 216, 220, 228, 244, 248, 263, 265, 286,
370.
Sacramentalidade 51, 216, 287.
Sacramento 5, 11, 14, 27, 61, 78, 88, 93, 103, 110, 120, 121, 122, 124, 128, 129, 130, 136, 141,
144, 147, 153, 160, 161, 162, 171, 174, 175, 178, 179, 180, 182, 192, 196, 200, 204, 205, 206, 207,
209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 223, 227, 228, 232, 233, 235, 238, 241, 243, 245,
249, 250, 251, 252, 262, 263, 265, 266, 295, 297, 298, 304, 306, 309, 355, 357, 361, 365, 370.



Sacrário 77, 81.
Sacrifício 37, 78, 94, 176, 210, 267, 269.
Salmos 42, 46, 56, 63, 297, 380.
Santíssimo Sacramento 88, 295, 297, 298, 355, 361.
Santos 19, 28, 49, 77, 87, 195, 279, 281.
Santos óleos 81.
Sédia 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 87.
Semana Santa 87, 139.
Serviço 2, 16, 32, 67, 93, 69, 96, 102, 108, 110, 111, 112, 119, 181, 197, 226, 246, 248, 260, 261, 263, 264, 268, 269, 274, 288, 291, 316, 349.
Silêncio 195, 196, 197, 218, 298, 364.
Símbolo 6, 26, 27, 41, 185, 197, 287, 346, 347, 373, 375, 376.
Solidariedade 21, 25, 226, 273, 284, 357.
Subsídios 32, 136, 346.

T

Tempo comum 19.
Tempo pascal 19, 27, 28.
Toalha 77, 78.
Transferência 127, 248.
Tríduo Pascal 216, 217.
Trindade 122, 151, 152, 379.

U

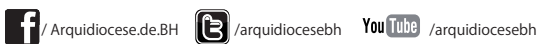
Unção 159, 166, 229, 231, 233.
Unção dos enfermos 103, 210, 218, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234.

V

Vestês litúrgicas 119, 314.
Via-sacra 87.
Viático 198, 218.
Vigília Pascal 27, 142, 147, 167, 346.
Voz 39, 53, 63, 64, 196, 198, 269.



www.arquidiocesebh.org.br



Produção gráfica



Rua Diamante, 1.100 - B. São Joaquim | Contagem (MG)
Tel.: (31) 3249.7400 | fumarccomercial@pucminas.br
